UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

CONDIÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO

PROPOSTA DE FOCOS QUALITATIVOS NO CENTRO DE SÃO PAULO

EDUARDO A. SIMÕES GERALDES

São Paulo
2006

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

CONDIÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO

PROPOSTA DE FOCOS QUALITATIVOS NO CENTRO DE SÃO PAULO

Eduardo A. Simões Geraldes

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Yázigi

São Paulo
2006

A meu pai, que me ensinou os caminhos do centro da cidade e, com entusiasmo, viu nascer este trabalho.

Saudade.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Eduardo Yázigi, pelo privilégio de sua orientação, indicações e incentivo frente aos desafios colocados pelo tema.

À Grace da Fonseca, Laila Halti, Paula Ikuta, Taíse Yasuhisa, Janaína Sanches e Daiana Rodrigues, que auxiliaram nas entrevistas e trabalhos de campo.

À Silvia Cardoso, Antonio Fraga, André Mauro, Carlos Penteado, Julia Brandão, Guilherme Dória, Renata Lucci, Jaqueline Moraes, Bruno Toldi, Ramon Aparecido, Francisca Mendes, Oswaldo Carlucci, Paulo Grenn, Manuel Fidalgo, Fernando Pereira, Antonia Ferreira, Gabriel Santos, Juliana Pinto, Igor Machado, Carlos Andreonni, Flavio Epitácio e Viviane Mendes, que participaram dos percursos realizados.

Ao Adilson Camacho pelas oportunidades de diálogo sempre proveitoso.

À Elisabeth Dudziak pela colaboração e auxílio na revisão e formatação do trabalho.

Ao Gabriel D. Geraldes pelas sugestões na redação

Ao Ivan D. Geraldes pelo apoio e auxílio na organização dos dados.

À Juliana Maraccini, companheira de todos os momentos, pelo apoio, incentivo e paciência.

Ao CNPq pela bolsa concedida para a elaboração deste trabalho.

RESUMO

O presente trabalho pretende contribuir com o aprofundamento da discussão em torno das dinâmicas espaciais urbanas materializadas nas permanências e transformações na paisagem urbana. A partir de tais dinâmicas se constituem os patrimônios históricos e culturais como proposta institucional para a consolidação e a permanência de determinados valores e identidades significativas. O objetivo geral é fornecer subsídios para compreensão de tais dinâmicas a partir da dimensão cultural da cidade, tomando o Centro de São Paulo como objeto. O objetivo específico é identificar e compreender as condições em que se constituem os significados do patrimônio ambiental urbano a partir das práticas sociais. Neste sentido, proponho a noção de focos qualitativos como lugares portadores de um potencial de significação que, independentemente de incluírem elementos arrolados oficialmente como bens patrimoniais, desempenham o papel de referência, orientação e identidade espacial na perspectiva do espaço vivido e do cotidiano do habitante. Esta hipótese implica em que os focos qualitativos constituam instrumento para a formulação das condições de qualificação do espaço urbano através da compreensão dos modos pelos quais os valores propostos pelo patrimônio ambiental urbano são vivenciados e apropriados nas práticas sociais e no cotidiano.

Palavras-chave: patrimônio ambiental urbano; focos qualitativos; São Paulo (cidade); paisagem urbana; geografia cultural.

ABSTRACT

The present work intends to contribute with the deepening of the discussion around the urban space dynamics, materialized in the permanence and changes in urban landscape. Such dynamics constitute the historic sites and cultural heritage as the institutional proposal to consolidate and conserve significant social values and identities. Thus, the general objective is to supply subsidies to understanding such dynamics from the perspective of the city's cultural dimension, taking São Paulo downtown as object. The specific objective is to identify and understand the conditions of constitution of the urban environmental heritage meanings from the perspective of social practices. In this way, I consider the notion of *qualitative foci* as places of potential meaning that, independently of being officially admitted as cultural heritage, play the role of reference, orientation and space identity in the perspective of the lived space and the daily life of the inhabitants. This hypothesis implies that *qualitative foci* constitute an instrument to formulate the conditions of urban space qualification through the understanding of the ways in which the values proposed by the environmental urban heritage are lived and appropriated in social practices and daily life.

Keywords: environmental urban heritage; *qualitative foci;* São Paulo (city); urban landscape; cultural geography.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 08

1. O ENFOQUE TEÓRICO METODOLÓGICO 17

1.1 A Evolução do Conceito de Patrimônio Cultural e Ambiental Urbano 18
1.2 Por um Conceito Contemporâneo de Patrimônio Ambiental Urbano 33
1.3 A Paisagem no Enfoque da Geografia Cultural 37
1.4 A Geografia do Mundo Vivido 43
1.5 Contribuições da Fenomenologia 51

2. CONTEXTUALIZAÇÃO 56

2.1 Cidades Mundiais – Cidade Global: O Paradigma e suas Implicações 56
2.2 Ordenação e Conservação no Espaço Urbano 64
2.3 O Caso de São Paulo 68

3. PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO, LUGAR E PAISAGEM 85

3.1 O Patrimônio Ambiental Urbano nos Jornais 101
3.2 A Perspectiva do Habitante 109
3.3 Os Percursos 113
3.4 A Dimensão Visual 138

4. CONCLUSÕES: CONDIÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO 165

BIBLIOGRAFIA 179

ANEXO A – Praça do Patriarca – Projeto Corredor Cultural

ANEXO B – Reportagens, Matérias e Artigos da Imprensa

ANEXO C – Estrutura das Entrevistas

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende contribuir com o aprofundamento da discussão em torno das dinâmicas espaciais urbanas. Seu objetivo geral é fornecer subsídios para sua compreensão a partir da dimensão cultural da cidade. Entende-se que tais dinâmicas se cristalizem em objetos, edifícios e conjuntos urbanos que compõem a paisagem urbana e, simultaneamente, estabeleçam seu fluxo através de re-arranjos e mudanças funcionais. A referência é a noção de *totalidade* em seu incessante processo de completar-se, que Santos (1997) aplica à perspectiva geográfica para afirmar a paisagem como totalização já perfeita, e o espaço como totalização em processo[1]. É este processo que proporciona a convivência dos diferentes tempos, através da permanência e da transformação de formas, usos, funções e significados. Assim, tais dinâmicas se materializam em permanências e transformações na paisagem urbana, propriedade que dá origem à constituição de patrimônios históricos e culturais como proposta institucional visando a consolidação e a permanência de determinados valores e identidades significativas. Desta forma, pode-se afirmar que o **patrimônio ambiental urbano constitui a representação material do discurso oficial sobre a dimensão cultural do espaço urbano**.

O objetivo específico deste trabalho busca identificar e compreender as condições em que se constituem os significados deste patrimônio a partir das práticas sociais. Em outras palavras, trata-se de examinar como se apresentam, são vivenciados e transformados aqueles valores históricos, culturais, identitários e afetivos que servem como referência teórica para a determinação dos bens patrimoniais, tomando a área central da cidade de São Paulo enquanto objeto de estudo.

---

[1] *"Assim, toda totalidade é incompleta porque está sempre buscando totalizar-se. ... Tal evolução retrata o movimento permanente que interessa à análise geográfica: a totalização já perfeita, representada pela paisagem e pela configuração territorial e a totalização que se está fazendo, significada pelo que chamamos de espaço. ... O processo histórico é um processo de separação em coisas particulares específicas. Cada nova totalização cria novos indivíduos e dá às velhas coisas um novo conteúdo."* (SANTOS, 1997, p.96)

Na produção científica atual, as dinâmicas do espaço urbano se apresentam como questão fundamental na busca por possíveis alternativas de futuro para as cidades. Na tentativa de aprofundar a compreensão sobre o fenômeno, novos enfoques são propostos e perspectivas diversas são sugeridas. A complexidade do tema parece não admitir as reduções operacionais necessárias a fim de ajustá-lo aos parâmetros que permitam abordagens exclusivas desta ou daquela disciplina ou corrente teórica.

Grande parte da produção acadêmica mais recente propõe o enfrentamento de tal complexidade partindo do processo de globalização econômica enquanto foco e motor das transformações. Tal enfoque inclui a *cidade global* enquanto paradigma para a metrópole contemporânea. Defendido de forma competente por Sassen (1998), entre outros autores, o conceito apresenta como principal argumento de seu sucesso a atualidade e adequação ao modelo econômico mundial vigente[2].

A adoção deste novo paradigma visa determinar uma nova perspectiva de análise da metrópole, e confronta as possibilidades de outras alternativas teóricas de abordagem e interpretação das questões urbanas. Não obstante seu valor e pertinência, é comum sua aplicação a questões de naturezas diversas, por vezes configurando verdadeira panacéia teórica, transformada em explicação para qualquer processo relativo à formação e transformação do espaço urbano. Nesse contexto, a boa crítica, a ideologia, a superficialidade e o oportunismo se confundem, propostas e pretextos passam a ser avaliados sob a perspectiva única e imperativa da globalização econômica.

Assim posta, a questão se reduziria a uma causa única, de natureza econômica, responsável por uma série de conseqüências sociais, políticas e culturais. As dimensões humanas da vida e do cotidiano, bem como sua espacialização adquirem o caráter de mero sub-produto do impacto e das demandas do processo

---

[2] *"A globalização da economia, acompanhada pelo surgimento de uma cultura global, alterou profundamente a realidade social, econômica e política dos Estados-Nação, ... e das cidades. Utilizando-me do estudo da cidade como um local determinado onde estão ocorrendo processos globais, procuro definir novos conceitos, úteis para o entendimento da interseção do global e do local no mundo de hoje e no de amanhã".* (SASSEN, 1998, p.11)

de globalização, configurando uma simples relação binária de causa e efeito. Sob tal enfoque, processos hegemônicos passam a ser o único horizonte possível e a perspectiva científica passa a protagonizar um jogo de espelhos, repetindo a mesma imagem infinitamente, o mesmo discurso, os mesmos argumentos que fundamentam o pensamento único.

Torna-se necessário, portanto, considerar que as dicotomias entre o global e o local, entre o econômico e o cultural, não podem ser resolvidas unilateralmente pela via da hegemonia e da subordinação econômica, sob pena de uma redução brutal do potencial analítico que se oferece. A natureza do problema requer uma perspectiva relacional, capaz de considerar as influências recíprocas e contínuas entre tais polaridades, cujas dimensões ultrapassam e redesenham os horizontes daquelas abordagens estabelecidas aprioristicamente.

Para que as dicotomias estáticas dêem espaço ao domínio das relações complexas, e o reducionismo dê lugar a uma sensível ampliação do campo analítico, é também necessária a opção por uma forma mais interpretativa que determinista na leitura do fenômeno. A adoção de tal perspectiva promete ser uma alternativa capaz de dar conta das relações de escala entre o local e o global e das interações de processos econômicos e culturais.

A natureza do problema requer a definição de um eixo teórico e metodológico que, longe de procurar seus fundamentos no economicismo estrito, seja capaz de incorporar a produção simbólica correlata aos processos de produção do espaço. Em um sentido mais amplo, pode-se afirmar que o espaço urbano é produto cultural por excelência, tomando por referência a perspectiva antropológica de cultura, seja no sentido de processo de transformação do meio pelo trabalho humano, seja enquanto estabelecimento de uma ordem simbólica como fundamento dos princípios de convivência em sociedade a partir da atribuição de valores às coisas, às relações humanas e aos eventos do cotidiano[3].

---

[3] v. CHAUÍ, 1999, p.294

Considerar a dimensão cultural da cidade como diretriz para o desenvolvimento desta investigação significa admiti-la como portadora dos processos de representação da realidade que fundamentam a própria vida social. Isto implica em considerá-la como contraposição necessária ao paradigma da cidade global que, conforme vimos, se propõe como determinação dos processos urbanos enquanto totalidade, a partir de uma dinâmica extrínseca e desterritorializada, relegando a um segundo plano as condições históricas e culturais específicas de cada cidade.

Para que a perspectiva proposta neste trabalho seja capaz de abordar a questão das permanências e transformações no espaço urbano a partir de sua dimensão cultural, deve-se considerar as diferentes modalidades de uso e apropriação do espaço urbano a partir das relações entre as práticas sociais e o discurso oficial representado pelas normas e políticas urbanas. Deve-se também priorizar aquelas categorias nas quais seja possível constatar os modos de materialização de tais relações. É neste sentido que comparece a paisagem, produto cultural capaz de mobilizar e registrar os processos históricos envolvidos na própria formação desse espaço[4]. É a paisagem urbana que permite perceber a espacialização das permanências e transformações e guarda um potencial analítico para muito além de um sentido meramente cenográfico ou cosmético que o senso comum e algumas tendências ideológicas lhe atribuem. A paisagem é sobretudo uma experiência humana e parte fundamental das práticas sociais que, por sua vez, têm o lugar como seu contexto e fundamento[5].

Posta a relação entre a paisagem urbana e as práticas sociais, resta apontar aqueles aspectos que permitam relacioná-la aos aspectos normativos relativos à dimensão cultural do espaço urbano. De fato, as políticas patrimoniais se

---

[4] *"As paisagens são criadas pela ação humana e, ao se tornarem referências de tempo-espaço para as ações e experiências compartilhadas, elas por sua vez realimentam o processo histórico".* (ARANTES, 2000, p. 84)

[5] *"...para compreendê-la, não basta saber como se agenciam morfologicamente os componentes do ambiente, nem como funciona a fisiologia da percepção – dito de outra forma, aquilo que deriva do objeto, incluindo o corpo humano... – é preciso também conhecer as determinações culturais, sociais e históricas da percepção – isto é, aquilo que constrói a subjetividade humana.* (BERQUE, 1988, p.85)

propõem basicamente a atuar no sentido da preservação de determinados bens, móveis ou imóveis, portadores de certos valores simbólicos, atribuídos em função da preservação e consolidação daqueles fundamentos identitários essenciais de uma coletividade. Assim, cabe ao patrimônio cultural, em especial àquelas modalidades materializadas na paisagem urbana, o papel de portador de tal perspectiva. Mais especificamente, trata-se do patrimônio ambiental urbano, conceito capaz de agregar aqueles fatores que especificamente interessam à presente investigação.

Uma definição mais precisa e atual de patrimônio ambiental urbano é objeto de uma discussão mais aprofundada a ser realizada no desenvolvimento deste trabalho. Como ponto de partida, toma-se a noção original elaborada em 1976 pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo[6], sob a coordenação de Eduardo Yázigi, afirmando que o "*patrimônio ambiental urbano consiste de espaços (que transcendem à obra isolada) caracterizadores da cidade devido a seu valor histórico, social, cultural, formal, técnico ou afetivo"* [7]. Como desdobramento e ampliação da noção de patrimônio histórico e artístico, o conceito avança no sentido de superar a noção de singularidade e de monumentalidade presentes nas formulações originais referentes ao patrimônio edificado, e adota como principal diretriz a representatividade. Assim, de forma sucinta, pode-se afirmar o patrimônio ambiental urbano como um sistema constituído por edifícios, equipamentos públicos, elementos naturais e paisagísticos, aos quais foram atribuídos valores capazes de conferir significado e identidade a determinado recorte territorial. Desta forma, o conceito de patrimônio ambiental urbano constitui o fundamento do discurso oficial que os órgãos da administração pública propõem sobre a dimensão cultural do espaço urbano, inclusive abrindo a perspectiva de sua aplicação nos processos de planejamento territorial.

---

[6] SÃO PAULO, 1976

[7] Ibid., p.35

Mas ao abordar o tema do patrimônio ambiental urbano, minha intenção é mais propositiva que normativa, isto é, não se fixa numa discussão sobre as normas específicas ou sobre os bens que devem ser incluídos ou tombados, mas trata de procurar critérios e condições que orientem a recuperação daqueles significados potenciais do espaço urbano não plenamente realizados. Do mesmo modo, não se pretende desprezar o rol de bens tombados, os critérios e razões do tombamento ou subestimar a ingrata mas importantíssima função de gerir o patrimônio cultural da cidade. Antes, a intenção é de contribuir com reflexões sobre os caminhos que venham a permitir que a cidade possa ser vivida como um bem cultural socialmente inclusivo.

É necessário afirmar que a dimensão normativa comparece nesta investigação significando o universo das regras e dos critérios de juízo. Constituída pela diversidade de diretrizes de conduta e apresentando-se como expressão das intenções projetadas no tempo futuro, "*sua validade não deriva do fato de ser aceita ou aplicada, mas do dever ser que exprime*"[8]. Assim, deve necessariamente admitir o uso, entendido como modos de emprego dos meios disponíveis, como sua contraparte necessária e fator condicionante de sua eficácia. Portanto, embora ideal, a convergência entre norma e uso é relativa, nunca é completa ou total e, portanto, não se aplicam quaisquer garantias de coincidência. No contexto do tema proposto, isto implica na necessidade de abordar as dimensões normativas do patrimônio ambiental urbano a partir das práticas sociais.

Neste sentido, **a proposição que fundamenta o trabalho, está centrada na idéia de *focos qualitativos* enquanto produto da relação entre a teoria de valores que justifica e caracteriza o patrimônio ambiental urbano e as modalidades de uso e apropriação do espaço propostas a partir das práticas sociais**. Proponho a noção de *focos qualitativos* como lugares portadores de um potencial de significação que, independentemente de incluírem elementos arrolados oficialmente como bens patrimoniais, desempenham o papel de

---

[8] ABBAGNANO, 1998, p. 716

referência, orientação e identidade espacial na perspectiva do espaço vivido e do cotidiano do habitante. No plano metodológico, esta **hipótese implica em que os *focos qualitativos* constituam instrumento para a formulação das condições de qualificação do espaço urbano através da compreensão dos modos pelos quais os valores propostos pelo patrimônio ambiental urbano são vivenciados e apropriados nas práticas sociais e no cotidiano**. Esta formulação evoca a noção de *foco* enquanto ponto de emanação de vetores. Desta forma, cada *foco qualitativo* constituiria simultaneamente o *locus* e o estágio inicial dos processos de qualificação do espaço urbano que potencialmente se irradiaria em direção aos outros focos, abrangendo por transbordamento o território adjacente.

Diante da numerosa produção intelectual atual enfocando a cidade de São Paulo e seu centro histórico enquanto objeto, o risco de redundância não é desprezível. A área central da cidade oferece a oportunidade e as condições de abordar a questão das dinâmicas urbanas a partir de diversas perspectivas, inclusive aqueles estudos e análises que tomam a *cidade global* enquanto paradigma. Assim, propõe-se uma análise interpretativa tomando por referência as permanências e transformações registradas na paisagem urbana na área central da cidade na perspectiva da cidade enquanto produto cultural. A delimitação do objeto de estudo obedece aos seguintes critérios:

- a inegável importância histórica do recorte considerado, constituído pelo núcleo original da cidade e de seus primeiros movimentos de expansão territorial em direção Oeste e Noroeste, cruzando o Vale do Anhangabaú;
- a concentração de edificações e conjuntos arrolados pelo poder público como patrimônio histórico e cultural;
- a justaposição de conjuntos urbanísticos datados de diferentes épocas;
- um característico sistema viário que agrega ruas, vias exclusivas de pedestres, avenidas e sistema metroviário, materializando as grandes transformações urbanas causadas pela sua adequação ao longo do tempo;

- a instalação de um processo de decadência e obsolescência de edifícios e do próprio espaço público ao longo das últimas três décadas, que veio a motivar as propostas de programas de revitalização;
- a convivência de diferentes segmentos sociais, revelada pelas marcas e registros na paisagem local e modalidades diversas de uso e apropriação do espaço público.

Em função dos objetivos estabelecidos, torna-se necessária a realização de procedimentos que permitam estabelecer as relações entre funções programáticas e as modalidades de uso e apropriação, a saber:

- o exame do discurso e das respectivas práticas oficiais no que concerne às relações entre a paisagem urbana local e o patrimônio ambiental urbano;
- o estabelecimento de indicadores das relações entre as normas e ações administrativas e usos propostos pelo habitante, tomando por referência a paisagem urbana e especificamente o patrimônio ambiental urbano;
- as indicações sobre os possíveis significados e referências espaciais na paisagem urbana, a partir do cotidiano do habitante;

A metodologia proposta mobiliza o cotidiano como ponto de partida para a discussão sobre as dinâmicas do espaço urbano, considerando o patrimônio ambiental urbano como eixo de articulação. Desta forma, impõe-se uma perspectiva da cidade a partir de três dimensões simultâneas, complementares, inseparáveis e em interação contínua: a cidade como *artefato*, a cidade como *campo de forças sociais* e a cidade como *imagem* [9]. Neste sentido, a metodologia fundamenta-se naqueles enfoques geográficos que privilegiam a experiência do espaço, a paisagem e o lugar enquanto fundamentos teóricos.

No primeiro capítulo são apresentados os fundamentos teóricos e metodológicos, as bases epistemológicas e principais conceitos adotados. Procura-se delinear um enfoque geográfico sobre a questão do patrimônio ambiental urbano a partir

---

[9] MENESES,2003

da paisagem e do lugar, privilegiando a perspectiva do habitante. É neste sentido que comparece a contribuição da Geografia Cultural, sobretudo no enfoque fenomenológico do espaço a partir da obra de Husserl e Heidegger. Ao privilegiar a perspectiva do habitante, a adoção da experiência do espaço e das práticas espaciais tornam-se os procedimentos que fundamentam o desenvolvimento do trabalho. Se admitirmos que *"...cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente"*[10], é possível afirmar que o lugar é o mediador entre o mundo e o indivíduo. Desta forma, cabe buscar os seus possíveis significados através do cotidiano, do espaço banal e das práticas espaciais.

No segundo capítulo procura-se contextualizar a questão em relação ao objeto de estudo, a área central da cidade de São Paulo, o recorte temporal adotado, que leva em conta a emergência e consolidação da metrópole no contexto nacional. É neste capítulo que se discute a questão da globalização econômica, o paradigma da *cidade global*, o surgimento de novas centralidades e suas implicações em relação ao objeto de estudo.

O terceiro capítulo apresenta os procedimentos metodológicos adotados e as análises interpretativas dos resultados obtidos, que constituem os fundamentos para a elaboração da parte final do trabalho, na qual são definidos os *focos qualitativos* e se apresentam as condições para a constituição de um patrimônio ambiental urbano significativo como primeiro passo para a gestão e vivência da cidade enquanto bem cultural.

---

[10] SANTOS, M.1997: p.273

1 O ENFOQUE TEÓRICO-METODOLÓGICO

> *"O método científico distingue-se porque, delineando novos objetos, desenvolve novos métodos. ...portanto, não é "o" método, mas sim o reconhecimento de que a criação de novos objetos de estudo, campos de pesquisa, esferas de interesse implica, mais do que a aplicação escolástica de fórmulas eternamente tiradas dos cânones, a paralela (e isomórfica) elaboração de novos métodos.* (CANEVACCI, 1997, p.111)

A proposta deste trabalho adota a perspectiva cultural da cidade como diretriz de abordagem das dinâmicas urbanas, entendidas como os movimentos de permanência e transformação de formas, usos, funções e significados do espaço urbano. A estratégia adotada procura relacionar a dimensão normativa da cidade, entendida como conjunto de regulamentos e legislação que procura determinar funcionalmente o espaço urbano, e os usos propostos pelo habitante. Afirma-se a paisagem como categoria capaz de materializar tais dinâmicas e, de forma simultânea, revelar as relações entre as práticas sociais e as normas estabelecidas nas políticas urbanas. No plano normativo, cabe ao patrimônio histórico e cultural urbano, o *patrimônio ambiental urbano*, o papel de representação do discurso oficial relativo às dimensões culturais da cidade. Elemento fundamental nas intervenções visando a revitalização dos centros urbanos, sua presença permite contrapor diretamente as funções programáticas estabelecidas pela administração pública às modalidades de uso e apropriação propostas pelo habitante. Desta forma, o cotidiano e as práticas espaciais são mobilizados como ponto de partida para a discussão sobre as permanências e transformações materializadas na paisagem urbana[1].

---

[1] *"O cotidiano, ele próprio, é uma mediação entre o econômico e o político, objetivação de estratégias do Estado no sentido de uma gestão total da sociedade; ... no cotidiano, entre o concebido e o vivido, travam-se as lutas pelo uso, ..."* (SEABRA, 1996, p.77.)

Considera-se que uma definição mais precisa de patrimônio ambiental urbano só pode ser elaborada a partir do exame da evolução do conceito e a necessária contraposição àquelas definições que constituem o estado da arte da questão. Somente desta forma se torna possível estabelecer de fato um conceito capaz de responder aos desafios que as dinâmicas urbanas atuais propõem. No mesmo sentido, a noção de paisagem urbana que orienta o trabalho se coloca na perspectiva da experiência humana, como parte fundamental das práticas sociais, ultrapassando aquelas definições que a restringem aos seus aspectos formais. Sobretudo, considera-se que a paisagem é portadora da dimensão simbólica inerente aos processos de produção do espaço e introduz a possibilidade de acesso ao movimento histórico relativo a tais processos. Desta forma, a proposta procura estabelecer relações entre a noção de patrimônio ambiental urbano e a paisagem urbana, respectivamente, enquanto representações da institucionalização funcional e da dimensão cultural das práticas do espaço. É a partir de tais relações que se estabelece a noção de *focos qualitativos* como portadores das condições de qualificação e constituição de um patrimônio ambiental urbano significativo.

1.1 A Evolução do Conceito de Patrimônio Cultural e Ambiental Urbano

Originalmente, o patrimônio cultural, em suas diversas modalidades, apresenta nuances de significado e interpretação que por vezes o colocam exclusivamente como expressão ideológica. Na perspectiva tradicionalista, o patrimônio cultural constitui um discurso sobre o passado, cuja referência é um conjunto de valores arbitrados por grupos de especialistas no sentido de legitimar um determinado status social vigente[2]. Suas diversas expressões, classificadas em outras tantas sub-categorias, correspondem diretamente às diferentes áreas do conhecimento científico. Desta forma, teríamos patrimônio cultural, patrimônio natural, patrimônio paisagístico, arqueológico e assim por diante, enquanto expressões

[2] *"São cartas mitológicas para toda a comunidade nacional, claro, e destinam-se a definir esta comunidade; mas esta definição há de incluir uma legitimação das suas estruturas de dominação política e econômica através da qual a elite se justifique enquanto elite. São portanto hegemônicas e totalizantes ..."* (FRENTRESS ; WICKHMAN, 1994, p. 165)

específicas, dotadas de certa autonomia, constituindo delimitações de campos de estudo independentes, domínios das respectivas disciplinas. Uma abordagem deste tipo representa obstáculo importante para a proposição de uma perspectiva unificadora, capaz de fazer convergir os diversos enfoques disciplinares através de uma proposta integradora.

Uma aproximação mais flexível foi proposta por Varine-Boham (1974) dividindo o patrimônio em três grandes categorias: *ambiental*, compreendendo os elementos pertencentes à natureza, recursos naturais e ao meio ambiente; o do *conhecimento*, compreendendo as técnicas, o saber fazer que permite a sobrevivência humana em seu ambiente, incluindo-se aí os costumes e crenças; o dos *bens culturais*, constituídos pelas coisas, artefatos e tudo o que resulta da utilização do patrimônio ambiental por meio do conhecimento e do saber fazer. As relações entre as diferentes categorias se estabelecem tomando por base a noção de cultura como transformação da natureza por meio do trabalho e do conhecimento humano. Partindo desta perspectiva, o patrimônio abrangeria um conjunto de *bens culturais* produzidos e mantidos pelo *conhecimento* acumulado pela sociedade.

Mas o processo de produção destes *bens culturais* necessariamente os submetem a outras transformações pelo investimento de um novo trabalho. Durham (1984) denomina este processo de acumulação sucessiva *de construção cultural*[3]. Isto implica em admitir que o patrimônio está submetido a uma dinâmica que afasta de forma definitiva qualquer tentativa de defini-lo por sua estabilidade no tempo, em termos de objeto imutável. Neste mesmo sentido, Lowenthal (1990) chama a atenção para o caráter ilusório de se justificar um patrimônio intocável como modo de preservação do passado. Aponta ainda que uma preservação assim concebida resulta em um exílio do passado, e que somente por meio de

[3] "*Devemos conceber um patrimônio cultural como cristalizações de um trabalho morto que se torna importante exatamente na medida em que se investe nele um novo trabalho cultural, através do qual esse bem adquire novos usos e novas significações. Aliás, uma das características desse processo de construção cultural reside exatamente no fato de que, quanto maior a carga simbólica conferida no passado a um bem cultural, tanto mais ricas serão a possibilidades de sua utilização futura*".(DURHAM, 1984, p.30)

alterações e adaptações às necessidades atuais este patrimônio pode ser de fato incorporado à vida e ao cotidiano[4].

Choay[5] atribui a Alois Riegl, em 1907, o pioneirismo da aplicação de uma teoria de valores ao patrimônio, embora sua referência seja especificamente a conservação de monumentos. Assim, Riegl estabelece duas categorias de valores. A primeira diz respeito à *rememoração (Erinnerungswerte)*, são valores ligados ao passado, que mobilizam a memória e propõem a consideração da idade do monumento, a *ancianeidade,* registrada nas marcas e cicatrizes adquiridas ao longo da história como dimensão simbólica da transitoriedade da obra humana, acessível de forma imediata a todos, às massas, e que irá constituir o valor preponderante no monumento histórico do século vinte[6]. A segunda categoria tem referência na contemporaneidade *(Gegenwartswerte)* propõe a relação entre os valores estéticos e as condições de utilização prática do monumento. A atualização de tal teoria tornou-se a base para a definição das políticas patrimoniais.

No contexto nacional, as contribuições de Meneses (1992) e Yázigi (2003; 2005), por exemplo, apesar de algumas nuances, convergem na proposta de quatro categorias: os *valores cognitivos,* associados à possibilidade de conhecimento, que se referem ao domínio da informação da qual o objeto (cultura material) é suporte; os *valores formais / estéticos,* que se referem às funções estéticas enquanto potenciação da percepção em determinado contexto sócio - cultural ; os *valores afetivos,* que são aqueles que implicam relações subjetivas dos indivíduos em sociedade com o espaço, estruturas e objetos; finalmente, os *valores pragmáticos,* que são os valores de uso, geralmente julgados como pouco ou nada culturais. Note-se que a convergência das diferentes categorias também permite sua conversibilidade em valores de mercado, a partir da

---

[4] "*Yet preservation itself reveals that permanence is an illusion. The more we save, the more aware we become that such remains are continually altered and reinterpreted. We suspend their erosion only to transform them in other ways."* (LOWENTHAL, 1990, p. 410)

[5] CHOAY, 2001, p.116-119

[6] CHOAY, 2001, p.169

instrumentalização dos bens culturais em função do lucro financeiro, razão de ser da *indústria cultural.*

Historicamente, as políticas patrimoniais se propõem a atuar no sentido da preservação de determinados bens, com o objetivo de consolidar os fundamentos de determinada identidade coletiva, nacional na maior parte das vezes. Choay demonstra a partir própria definição de monumento, a função social dos bens patrimoniais[7]. Tal definição deixa claro que o monumento já nasce com um significado pré-atribuído, em contraste com o espaço banal, que tem seus significados definidos pelo uso e interação social ao longo do tempo[8].

De acordo com Fonseca (1997), a partir do século XIX se consolidaram dois modelos de política de preservação do patrimônio: o modelo anglo-saxão, baseado em organizações civis, ligando o culto do passado com a valorização estética, e o modelo francês, de caráter estatizante e centralizador, voltado mais diretamente à consolidação do caráter nacional e aos interesses políticos. Tanto num quanto noutro modelo, o conceito de monumento passa a ser admitido enquanto testemunho do passado e documento histórico legítimo. Na Inglaterra, John Ruskin aponta também a arquitetura como importante elemento de conservação do passado, não apenas em sua materialidade, mas enquanto portadora de princípios e virtudes morais representativas da história da nação[9]. A postura francesa, representada por Viollet-le-Duc, parte da noção do monumento

---

[7] *"... o sentido original do termo é o do latim monumentum, que por sua vez deriva de monere ("advertir, lembrar"), aquilo que traz à lembrança alguma coisa... não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar,... uma memória viva. Nesse sentido primeiro, chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças."* (CHOAY, 2001, p.17)

[8] *"Nos lugares complexos, que geralmente coincidem com as metrópoles, há profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a ela se opõem. São vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas... Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo de todos os lugares."* (SANTOS,M., 1997, p.258)

[9] *" Tudo o que é manifestação do esforço humano deve ser objeto de reverência, daí seu intuito de preservar não apenas os monumentos excepcionais, como também o mundo doméstico e o do trabalho. Na Inglaterra pode-se dizer que o valor da nacionalidade foi eclipsado pelo valor de humanidade, e nesse sentido, a preservação também foi pensada em escala mais ampla..."* (RUSKIN, *apud* FONSECA, 1997, p.63)

ideal. Desta forma, a restauração de um monumento ou edificação objetivaria sua reconstituição a um estado ideal, completo, que talvez jamais tivesse existido na realidade. Portanto, a preocupação fundamental se atém à importância da esfera simbólica da nacionalidade em detrimento do caráter de referência histórica, evidenciando a instrumentalização do patrimônio cultural na enquanto instância ideológica subordinada aos interesses do Estado.

Entretanto, a idéia de um patrimônio urbano começa a ganhar vulto, paradoxalmente, a partir das intervenções radicais propostas por Haussmann para Paris, em meados do século XIX, que resultaram na destruição de grandes porções da malha urbana, em função da necessidade de modernização e de questões relacionadas à higiene das habitações e ao tráfego[10]. Trata-se do surgimento da concepção utilitária da cidade, no qual os modelos de intervenção baseados na lógica do monumento não encontravam parâmetros para sua aplicação. Até então, mesmo os historiadores da arquitetura não se ocupavam da cidade enquanto objeto de conhecimento. É a iminência da perda pelo advento da cidade moderna que provocou o interesse no estudo da cidade numa perspectiva histórica, concomitantemente ao aparecimento do *urbanismo* como nova disciplina[11]. Porém, deve-se notar que o urbanismo e a proteção do patrimônio histórico urbano não compartilham uma origem comum, pelo contrário. Foi a elaboração dos novos princípios de organização do espaço urbano propostos pelo urbanismo que despertou a preocupação com a preservação dos conjuntos urbanos antigos, o que se tornou um entrave para sua aplicação integral. É neste momento que as configurações antigas adquiriram sua identidade conceitual e

---

[10] *"A Paris moderna seria impossível na Paris de outrora.... A civilização abre largas avenidas no negro labirinto das ruelas, das encruzilhadas, das ruas sem saída da cidade velha; ela derruba as casas como o pioneiro da América derrubava as árvores... . As muralhas apodrecidas desmoronam para fazer surgir de seus escombros habitações dignas do homem, nas quais a saúde entra com o ar e o pensamento sereno com a luz do sol."* (GAUTIER, T. , apud. CHOAY, 2001, p. 176)

[11] A publicação de *"Teoría general de l'urbanización",* por Ildefons Cerdà i Sunier em 1867, como fundamentação teórica das intervenções para a modernização de Barcelona, estabelece os princípios gerais da nova disciplina do *urbanismo*.

estabeleceram as bases para a evolução do conceito de patrimônio ambiental urbano, *"resultado da dialética da história e da historicidade...* [12]"

Mas é Giovannoni (1931) quem fala pela primeira vez em *patrimônio urbano* como elemento de uma teoria urbana mais complexa e visionária, que desloca o urbanismo para uma escala regional, rompendo com a perspectiva de intervenções exclusivamente intra-urbanas e incorporando a idéia de organização em redes, numa anunciação pioneira da cidade enquanto espaço de fluxos. Baseando-se numa concepção que contava com a eficiência de uma rede de transportes e comunicação como elemento estrutural, tornou-se possível imaginar a cidade enquanto um conjunto de pequenas unidades espaciais específicas, determinadas através de sua função. Em tal sistema, o centro e os bairros constituiriam as unidades que responderiam pelas relações sociais que, enquanto instância especial, admitiriam os quarteirões antigos. Configurados em núcleos, estes seriam capazes de impor uma identidade ao lugar e recuperar sua atualidade no papel de portadores de valores históricos, estéticos e pedagógicos, desde que neles se implantassem atividades compatíveis à sua morfologia. Trata-se, portanto, de uma concepção bastante avançada para o período, prevendo inclusive a inclusão do patrimônio à cidade contemporânea através do uso, proposta que até hoje não foi absorvida em todo seu potencial pelas políticas culturais urbanas.

Desta forma, Giovannoni estabelece as bases da disciplina de conservação e restauração do patrimônio urbano baseado em três diretrizes:

- o fragmento urbano antigo deve ser integrado à malha urbana atual por meio de um plano diretor territorial *(piano regolatore)* de alcance local e regional, com o objetivo de garantir sua articulação com as redes funcionais da cidade e manter as referências sociais locais.
- o conceito de monumento histórico aplicado aos fragmentos urbanos não deve enfocar o edifício isolado, mas considerar o contexto do espaço construído no qual se insere, uma vez que o ambiente dos conjuntos

[12] CHOAY, 2001, p.180

urbanos tradicionais resulta da dialética entre a *"arquitetura maior"* e seu entorno.

- os conjuntos urbanos antigos requerem procedimentos de preservação e de restauração específicos, com o objetivo de respeitar sua morfologia, escala e preservar as relações originais com a malha urbana imediata.

São os fundamentos estabelecidos por Giovannoni que deram origem à *Carta Italiana del restauro,* que por sua vez serviu de base para elaboração da *Carta de Atenas para a Restauração de Monumentos Históricos*, em 1931, estabelecendo os critérios técnicos para a restauração e conservação e a necessidade do intercâmbio e cooperação internacionais. Especificamente, chama a atenção para a necessária relação harmônica entre o monumento e seu entorno imediato, principalmente no tocante à preservação das perspectivas e da visualidade, recomendando a supressão de qualquer tipo de publicidade, colocação de postes telegráficos e instalações industriais nas vizinhanças do monumento[13].

A consolidação de novas concepções sobre o espaço urbano na era industrial e as teorias a respeito da cidade moderna no início do século vinte, influenciadas pelo movimento internacional de arquitetura moderna, deflagram uma discussão mais conseqüente a respeito da inserção e preservação do patrimônio construído na trama urbana. Assim, em 1933 o IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) publica a *"Carta de Atenas"*[14], estabelecendo os princípios gerais do urbanismo e da arquitetura em função das novas necessidades e demandas da cidade moderna. O documento estabelece um conjunto de medidas técnicas, administrativas, econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento racional do espaço urbano. Trata-se do desenvolvimento do conceito de *cidade funcionalista*, estruturada na produção e na circulação, na qual o *"estilo moderno internacional"* se estabelece como paradigma, definindo uma nova maneira de viver a cidade. A *Carta de Atenas* dedica um de seus capítulos ao patrimônio histórico urbano, propondo sua salvaguarda por sua identidade específica na

---

[13] ICOMOS, 1931

[14] LE CORBUSIER, 1989. Este documento não deve ser confundido com a "*Carta de Atenas para a Restauração de Monumentos Históricos*", citada no parágrafo anterior.

trama urbana e como portador de valores históricos, estéticos e afetivos. Entretanto, alerta que sua conservação deve ser submetida a critérios específicos, pois *"nem tudo o que é passado tem direito à perenidade"*[15]. De forma sucinta, tais critérios dizem respeito à sua representatividade, ao compromisso com a salubridade dos habitantes e vizinhança, e a não interferência no bom funcionamento da cidade, incluindo aqui a obstrução das obras viárias, entre outras intervenções essenciais.

A distância temporal permite uma leitura mais crítica do documento, que pode ser tomado como o manifesto do urbanismo moderno. Sua essência reside no confronto entre os valores do passado e aqueles propostos pela modernidade, tomando a cidade por contexto. A era da máquina tem na racionalidade técnica sua diretriz , não admitindo mais a simples reprodução de concepções oriundas do passado. Estas se materializam nos estilos arquitetônicos e configurações urbanas obsoletas e incapazes de responder às necessidades e funções demandadas pelos novos tempos. Assim, o patrimônio histórico edificado é tratado como exceção, e sua conservação se insinua como ato de tolerância em nome do registro histórico. Neste sentido, persiste a concepção do patrimônio histórico como monumento.

Em 1964 o Congresso Internacional de Arquitetura e Técnicos de Monumentos Históricos, aprova a *Carta de Veneza*, consolidando o fato de que *"o monumento é inseparável do meio onde se encontra situado"*[16], ao mesmo tempo em que já indica o interesse pelo seu significado cultural e humano adquirido com o passar do tempo, incluindo no mesmo grau de importância as *"grandes obras e as obras mais modestas"*[17]. Progressivamente, o monumento considerado enquanto elemento isolado, dotado dos atributos de excepcionalidade que conferem seu estatuto, passa a admitir seu entorno imediato enquanto referência. Desta forma,

---

[15] Ibid., 1989, p. 25

[16] ICOMOS, 1964. Carta de Veneza: Definições, artigo 1

[17] Ibid.

torna-se necessário estabelecer um conjunto de restrições, de modo a garantir que as construções novas, demolições ou intervenções não alterem a volumetria e o *"colorido original do monumento e seu ambiente"*[18].

Neste mesmo sentido, e com o intuito de reiterar a importância de que os países da América adotassem as normas européias no que se refere aos princípios gerais da preservação, *"As Normas de Quito"*[19], documento aprovado em 1967 pelo Departamento de Assuntos Culturais da Organização dos Estados Americanos, reafirma que *"a idéia de espaço é inseparável do conceito de monumento, motivo pelo qual a tutela do Estado pode e deve estender-se ao contexto urbano ou ambiente natural imediato".*[20] Já então se confirma de forma inequívoca a necessidade de adoção de critérios que abordem o patrimônio enquanto um sistema de relações dentro do contexto social do lugar, e não mais como uma coletânea de monumentos isolados. Começa a se consolidar um contexto propício à formulação de um conceito de patrimônio ambiental urbano como solução mais abrangente. Também nas *Normas de Quito* encontram-se definidos outros conceitos importantes para a presente investigação: as relações entre patrimônio e valor econômico, a questão do uso e a incorporação da atividade turística no contexto da América Latina[21], insistindo na convergência entre o interesse turístico e afirmação da identidade nacional[22]. Embora a referência seja o Estado-Nação, destaca-se o fato de que os monumentos são admitidos como elementos de fundamental importância para a indústria turística

---

[18] ibid., artigo 6

[19] ICOMOS, 1967. Normas de Quito

[20] ICOMOS, 1967. Normas de Quito, Considerações Gerais.

[21] "*... os monumentos arqueológicos, históricos e artísticos constituem recursos econômicos da mesma maneira que os recursos naturais da nação. Por conseqüência, medidas visando sua preservação e utilização adequada não só devem ter relação com os planos de desenvolvimento, mas constituem ou devem constituir um componente de tais planos*". (ICOMOS, 1967. As Normas de Quito: Valorização econômica dos Monumentos.)

[22] *"...os valores culturais intrínsecos (deste patrimônio) não são enfraquecidos ou comprometidos pela associação com os interesses turísticos; pelo contrário, a atração das propriedades culturais e número crescente de admiradores estrangeiros confirmam sua importância e significado nacional. Um monumento restaurado corretamente, um complexo urbano que recuperou seus valores originais, não constituem apenas lições de história, mas razões legítimas de orgulho nacional".* (Ibid.)

local, demandando instrumentos que viabilizem sua conservação por meio da cooperação entre a iniciativa privada e a administração pública, e desta forma conciliando interesses econômicos e culturais.

Partia-se então do pressuposto que a administração pública deveria possuir condições de criar e manter sistemas de controle e direcionamento das políticas de conservação, tendo a força da legislação específica aplicada através de processos democráticos de planejamento urbano. Além disso, contava-se com a iniciativa de governos comprometidos com as questões sociais e com a manutenção dos princípios básicos da cidadania. Entretanto, vale lembrar que a situação política na América Latina neste período apontava em outra direção. A história registra, salvo exceções, a presença generalizada de regimes políticos ditatoriais de direita, golpes militares e restrições das liberdades individuais e da cidadania plena. Se por um lado houve a inclusão do patrimônio histórico no discurso ufanista, como exaltação dos valores e símbolos nacionais, por outro houve o comprometimento de iniciativas não ligadas explicitamente à defesa do regime instaurado ou capazes de colocar em risco os interesses das oligarquias ligadas a eles, inclusive no tocante às políticas urbanas.

Um fator definitivo estabelecido pelas *Normas de Quito* para a consolidação da importância do entorno imediato ao monumento se refere ao interesse no ambiente enquanto contexto necessário. Trata-se da recomendação para que sejam adotadas zonas de proteção cujos critérios de preservação se apresentariam progressivamente mais rigorosos: *zona de proteção da paisagem urbana*, *zona de proteção* e *zona de proteção rigorosa*, constituiriam as categorias por ordem de restrição, tendo como foco e referência o monumento em questão.

Tais preocupações e medidas colocaram a problemática da definição e uso de áreas envoltórias, uma vez que estas passaram a configurar zonas de transição inseridas no tecido urbano. Como recortes territoriais de uso restrito, seu caráter diferenciado constitui um fator de atração na lógica do mercado, onde o diferente, o escasso e o raro adquirem valor financeiro. Já se vislumbram evidências de consolidação daquele processo que mais tarde seria chamado de *gentrification,*

no qual a convergência entre interesses econômicos e valores culturais e simbólicos, representados pelo patrimônio construído, constituem uma das causas fundamentais para a mudança do perfil social do habitante local.

Com o objetivo de inserção e ampliação da dimensão histórica e cultural no ambiente urbano e no cotidiano, é publicada em 1975 a *Declaração de Amsterdã*[23] afirmando que o patrimônio construído não pode ser restrito a edifícios de qualidade excepcional e área circunvizinha, devendo ser estendida aos núcleos urbanos e cidades de interesse histórico e cultural. A conservação e a reabilitação dessas áreas passam a ser considerados objetivos fundamentais dentro do processo de planejamento urbano, recomendando-se expressamente que tais ações não devem alterar de forma significativa a composição do perfil social dos residentes locais. Tais diretrizes passaram a constituir a modalidade de planejamento que ficou conhecida como *Conservação Urbana Integrada*. Adotada pelas administrações municipais progressistas italianas da década de 70, esta abordagem de planejamento urbano ganhou especial notoriedade através da experiência de reabilitação do centro histórico de Bolonha, conduzida pela administração ligada ao Partido Comunista Italiano.

A *Declaração de Amsterdã* já previa que as ações de reabilitação levariam fatalmente à inserção de áreas degradadas do tecido urbano na economia de mercado, sobretudo nas áreas centrais. Como mecanismo de controle para manter o equilíbrio em tal processo, o documento coloca a necessidade da intervenção do Estado por meio da disponibilização de instrumentos financeiros capazes de garantir a eficácia da *Conservação Urbana Integrada*. Torna-se claro que sem a adoção de políticas urbanas pautadas por compromissos e ações de cunho social, os princípios de proteção e as propostas desta modalidade de planejamento ficam reduzidos a meros instrumentos de recuperação do valor imobiliário das áreas degradadas. Estas áreas geralmente contam com uma infra-estrutura de abastecimento, transportes e serviços totalmente operacionais, superiores à demanda local, o que significaria uma necessidade de investimento muito menor aliada à localização privilegiada do produto. Assim, abre-se a

[23] ICOMOS, 1975. Declaração de Amsterdã

possibilidade de que a retórica da reabilitação e revitalização passem a ser incorporadas sem restrições no discurso das políticas urbanas neoliberais das administrações municipais.

Dentro da perspectiva adotada, é importante observar a abordagem das *Recomendações Relativas à Preservação e ao Papel Contemporâneo das Áreas Históricas*, a *Carta de Nairobi*[24]. Seu texto aponta para os riscos de estagnação das áreas de interesse histórico quando tratadas apenas por seu aspecto "museal", ao mesmo tempo em que chama a atenção para o potencial de exploração pela especulação imobiliária e interesses específicos do mercado turístico. O documento ainda define *ambiente* enquanto *cenário* que influencia a maneira pela qual as áreas históricas são percebidas ou às quais se encontra ligado espacialmente por fatores sociais, econômicos e culturais. Assim, as áreas históricas, objeto do documento, deveriam ser consideradas como uma totalidade coerente, cujo equilíbrio dependeria da inter-relação de seus componentes principais, incluindo as atividades humanas, os edifícios, a organização espacial e os arredores. Consolida-se desta forma um conceito de patrimônio fundamentado na idéia de relações entre seus componentes, uma abordagem mais ligada à perspectiva de ambiente humano, *o habitat*, congregando numa mesma perspectiva o meio natural e o construído, abrindo caminho para a formulação do conceito de patrimônio ambiental urbano.

No contexto nacional, as preocupações com a proteção do patrimônio tomam forma com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), originado pelo projeto de lei elaborado por Mario de Andrade em 1936, e a constituição de 1937, conseqüências do momento histórico que o país vivia, assinalado por dois fatos históricos fundamentais: o movimento Modernista e a instauração do Estado Novo. A necessidade de construção de uma tradição brasileira autêntica, levantada pelos modernistas na semana de 22, viria ao encontro da exaltação nacionalista em consonância com a auto-afirmação do regime de Vargas. Ainda em 1936 o Estado começa sua mobilização, através do então ministro Gustavo Capanema, no sentido de proteger os monumentos e

[24] ICOMOS, 1978. Carta de Nairobi

obras nacionais, estabelecendo como ação inicial o levantamento de obras de arte existentes em poder de particulares na cidade do Rio de Janeiro. É portanto, pela noção de arte que começa a tomar corpo o patrimônio artístico nacional, partindo de contornos amplos e mais próximos do conceito antropológico de cultura.

Assim, tornam-se objeto das preocupações do SPHAN oito categorias de 'arte' : *arte arqueológica, arte ameríndia, arte popular, arte histórica, arte erudita nacional, arte erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e artes aplicadas estrangeiras*. Naquele momento, a importância de figuras como Mario de Andrade foi notória. Suas propostas iam além da mera conceituação de patrimônio, estendendo-se às funções sociais do SPHAN enquanto gestor de uma política cultural atuante, sobretudo por seu caráter propedêutico[25]. Mas a ampliação do campo de ação relativo às questões do patrimônio passou a esbarrar inevitavelmente no direito de propriedade. A conceituação de patrimônio, propositadamente deixada em aberto no início da atuação do SPHAN, foi obrigada a tornar-se mais objetiva a fim de se adequar aos instrumentos legais necessários à sua proteção. Foi fundamental passar a referir-se às coisas passíveis de proteção, expressões da cultura material, que tiveram de ser restritas, às categorias de *'bens móveis e imóveis',* compatíveis com o instrumento do tombamento como forma de conciliar o direito individual à propriedade e a defesa do interesse público na preservação dos valores culturais.

Textualmente, o Artigo 1º do Decreto-Lei nº25, de 30/11/1937 afirma que *"Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação e fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico ou artístico".* Este documento é a matriz das legislações estaduais que, no caso do Estado de São Paulo leva à criação do

---

[25] *" Em carta a Paulo Duarte , Mário disse que ' defender nosso patrimônio histórico e artístico é alfabetização.' Essa era a concepção que norteava a atuação do Departamento de Cultura... . Mário acreditava que, divulgando as produções artísticas, tanto as eruditas quanto as populares, criando condições de acesso a essas produções, se estaria contribuindo para despertar a população para o que costumava ficar reservado para o gozo das elites – a fruição estética."* (FONSECA,1997, p.111)

Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Turístico do Estado, *Condephaat*, em 1968, pela Lei 10.247, de 22 de outubro de 1968, que afirma: *"Competirá ao Conselho a adoção de todas as medidas para a defesa do patrimônio histórico, artístico e turístico do Estado, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental ou turístico, bem assim dos recantos paisagísticos, que mereçam ser preservados".*

Embora persista a referência a uma noção subjacente de monumento, a inclusão das manifestações folclóricas e da dimensão turística indica uma ampliação do conceito, que prosseguiu com a dos bens culturais, história social local, usos e costumes populares e entorno, inclusive árvores e vegetação. Tal abrangência do conceito de patrimônio nacional se coloca na mesma sintonia das tendências internacionais e recomendações da UNESCO. Acata-se a substituição da idéia de *excepcionalidade* pela noção de *representatividade*, mas o instrumental jurídico não se altera, restringindo a operacionalidade do conceito às suas manifestações materiais. A partir de então se evidencia a evolução e ampliação do conceito de patrimônio nas ações e iniciativas locais promovidas pelo órgão. Além de apontar para a importância e a necessidade de proteção e conservação do patrimônio histórico edificado como importante componente do espaço urbano, passível de inclusão nas diretrizes urbanísticas, o *Condephaat* volta sua atenção também para o *patrimônio natural*, propondo processos de tombamento para o Maciço da Juréia (1979), para a Reserva Florestal do Morro Grande (1980), para a Serra do Japi (1982), para a Serra de Atibaia (1983) e para a Serra do Mar (1985). Estas iniciativas representam uma significativa abertura no conceito de ambiente, que passa a admitir dimensões históricas, culturais e naturais, de forma simultânea e inter-relacionada.

Neste sentido, é bastante significativo o exemplo do processo de tombamento da Vila de Picinguaba, Ubatuba, no litoral paulista. A resolução n.7 do *Condephaat* , referente ao tombamento dos aglomerados humanos de Picinguaba, datada de 1983, afirma textualmente a necessidade de preservação das tradições caiçaras, inclusive a "*trama urbana...organicamente condicionada pela paisagem local*" e

"*as soluções construtivas típicas da chamada arquitetura vernácula*[26]". Esta preocupação revela uma parcela das bases conceituais do tombamento, considerando a estreita relação entre patrimônio cultural, memória social e a paisagem. Note-se que é por meio da introdução da noção de paisagem que a dimensão ambiental se faz presente enquanto patrimônio, apontando uma convergência importante para uma abordagem genuinamente geográfica. Numa perspectiva claramente referenciada nos fundamentos teóricos estabelecidos pela Geografia Cultural do início do século vinte, evidencia-se a idéia de que identidades culturais relacionadas a "*gêneros de vida*" específicos, produziriam "*paisagens culturais*"[27].

Mas a definição pioneira do conceito de patrimônio ambiental urbano foi apresentada pela Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo no final da década de 70, dentro das diretrizes da Política de Desenvolvimento Urbano e Regional do Estado de São Paulo o *Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano,* sob a coordenação do urbanista Eduardo Yázigi[28]. Apontava-se então a necessidade de ampliação da abrangência do conceito clássico de patrimônio histórico e artístico[29] no sentido de garantir a inclusão da dimensão social do espaço enquanto materialização de significados socialmente atribuídos. Desta forma, as referências teóricas levam à consideração do processo histórico em seu movimento e a cultura enquanto *"coisa viva"* em constante reelaboração, afastando uma perspectiva estática e museológica[30]. O documento relacionava ainda a noção de ambiente com a de *habitat*, assentamento humano, espaço de projeção da cultura local, e considerava a necessidade da criação de instrumentos didáticos visando

---

[26] SÃO PAULO, 1983

[27] v. GERALDES, 2001

[28] *"O Patrimônio Ambiental Urbano consiste de espaços (que transcendem à obra isolada) caracterizadores da cidade devido a seu valor histórico, social, cultural, formal, técnico ou afetivo.* (SÃO PAULO, 1978, p.35)

[29] *"...a noção mais recente reconhece antes o valor representativo dos aspectos históricos, sociais, culturais, formais, técnicos e afetivos dos elementos como critérios para sua inclusão"* (idem, p. 33)

[30] MENESES, 2000

a promoção do conceito e sua valorização enquanto bem comum. Uma diretriz de conservação assim elaborada seria capaz de introduzir a dimensão da cidadania pela promoção do uso do espaço público e da inclusão social.

A tal avanço conceitual não correspondeu, como de praxe, o aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e gestão institucionais que permitissem sua aplicação eficaz. Mas a postura oficial então já se mostrava sensível à evolução conceitual em curso, fato corroborado pela iniciativa do *Condephaat*, em 1990, propondo a elaboração de planos diretores com vistas à preservação dos núcleos históricos de Iguape e Cananéia, sob coordenação do arquiteto e urbanista Gustavo Neves da Rocha Filho[31], tomando por base a *Carta Internacional para a Conservação das Cidades Históricas* (ICOMOS, 1987).

1.2 Por um Conceito Contemporâneo de Patrimônio Ambiental Urbano

A formulação de um conceito de patrimônio ambiental urbano compatível com o contexto da globalização econômica, sobretudo nos países em desenvolvimento, coloca em foco questões mais amplas, derivadas das próprias condições sócio culturais presentes. Canclini (1994) aponta como caminho necessário para uma evolução das políticas patrimoniais uma maior permeabilidade social na produção e fruição do patrimônio, tornando-o capaz de absorver e determinar novos significados e usos ao conjunto de bens patrimoniais. Para tanto, caberia estabelecer os mecanismos e procedimentos políticos necessários para uma apropriação democrática desse capital cultural, novos instrumentos conceituais e metodológicos capazes de analisar as interações atuais entre a cultura popular e a cultura de massa, o tradicional e o moderno, o público e o privado. Daí a oportuna colocação de Ferrara (2000), retomando uma necessária revisão do conceito de patrimônio: *"Já não se documenta a informação que servirá de lição às gerações futuras, agora, salva-se a produção de hoje, para poder ser transformada amanhã"*[32].

---

[31] SHIEH, S.Y., 1990

[32] FERRARA, 2000, p.21

No sentido de formular um enfoque mais compatível com o contexto atual dos países emergentes, Yázigi (2005) propõe uma definição de patrimônio ambiental urbano essencialmente relacional e socialmente inclusiva, definida em função de valores *pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos e* caracterizada por sua configuração flexível e limites não perenes. Esta definição não se apóia necessariamente na idade dos objetos envolvidos, admitindo inclusive aqueles em processo de construção[33], entendendo o patrimônio enquanto processo e propondo os conjuntos urbanos como elemento estrutural, afastando-se definitivamente a noção de monumento histórico enquanto referência conceitual.

Assim, estabelecidos os parâmetros que condicionaram a evolução do conceito de patrimônio ambiental urbano, incluindo sua definição mais atual, cabe retomar os aspectos mais relevantes deste processo no sentido de estabelecer seu alcance e limites na perspectiva proposta por esta investigação:

- A origem do conceito se remete ao *monumento histórico*, objeto que já nasce com a função programática de simbolizar os princípios e virtudes morais representativas da história de uma nação. Inclui tudo o que for edificado por uma comunidade para rememorar ou fazer com que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, ritos ou crenças. Neste aspecto, persiste como objeto isolado do contexto onde se insere, fazendo do destaque sua própria razão de ser. Note-se que as ações e políticas de preservação, em sua grande maioria, continuam a ser pautadas a partir da noção de monumento. Seja um edifício, elemento paisagístico ou conjunto urbanístico, sua monumentalização os transforma em fetiches, elementos dotados de uma existência própria, independentes e necessariamente diferenciados de seu

[33] *"Defino o patrimônio ambiental urbano como sendo constituído de conjuntos arquitetônicos, espaços urbanísticos, equipamentos públicos e elementos naturais intra-urbanos, regulados por relações sociais, econômicas e culturais, onde o conflito deve ser o menor possível e a inclusão social uma exigência crescente. São reconhecidos e preserváveis por valores potencialmente qualificados: pragmáticos, cognitivos, estéticos e afetivos, de preferência sem tombamento. Geograficamente, esses conjuntos podem se apresentar sob forma de manchas urbanas ou formações lineares, sem limites perenes, mas sempre transcendendo as unidades de significado autônomo. O conceito se refere tanto a um conjunto existente como a um processo em construção: trata-se, pois, do ser e do devir."* (YÁZIGI, 2005, p.3)

contexto[34]. Deve-se ainda lembrar que somente no final da década de 60 é que os organismos internacionais passam a adotar a expressão *bem cultural* em substituição a *monumento*.

- Sua definição é determinada por uma teoria de valores, arbitrada por especialistas, objetivando a manutenção de um status social e a consolidação de determinada identidade coletiva, persistindo o conflito entre seu caráter normativo e seu significado para os diferentes agentes e estratos sociais. É desta maneira que o monumento se torna instrumento da ideologia.

- Progressivamente se consolida a concepção de inseparabilidade entre o patrimônio urbano e seu entorno, propondo a definição de zonas de proteção e a discussão sobre as áreas envoltórias. O estabelecimento destas áreas envoltórias implica numa configuração constituída por um meio físico, estético, psicológico e social, organizada em função do exercício de atividades humanas e capaz de qualificar o bem protegido. Assim o objeto de proteção e seu entorno passam a integrar um tecido orgânico, formando uma unidade.

- Se a identidade conceitual do patrimônio urbano advém do seu caráter de resistência aos princípios utilitários de organização do espaço urbano à concepção funcionalista da cidade moderna, sua presença na malha urbana propõe sua necessária inclusão nos processos de ordenação e planejamento urbano.

- A inserção da noção de *bem cultural* como fundamento do conceito de patrimônio cultural implica em considerá-lo enquanto produção resultante do conhecimento acumulado por determinada comunidade. Trata-se, portanto, de

---

[34] " *... muitas vezes a consideração da paisagem como patrimônio se faz pelo processo da monumentalização. A monumentalização toma elementos da paisagem e os transforma em fetiches, por assim dizer sacralizados, dotados de valores próprios, como se fossem autônomos, imutáveis, independentes das contingências da vida sociocultural, independentes também do próprio contexto ambiental. O monumento é sempre algo que seu entorno não é." (*MENESES, 2002,p.*50)*

um processo de *construção cultural*, em constante reelaboração, o que afasta de forma definitiva qualquer tentativa de defini-lo por sua estabilidade[35].

- O patrimônio urbano tem a visualidade como condição fundamental, ponte que abre as diversas possibilidades de percepção e fruição, entendida aqui como uma operação que vai além do campo visual e implica em operações cognitivas, mneumônicas e afetivas. É também por meio da visualidade que se estabelece a ambientação, entendida como contexto da percepção sinestésica do espaço.

- Existe a necessidade de manutenção de sua função de instrumento propedêutico, de acordo com a definição original de patrimônio cultural nacional, como condição de inclusão social e introdução dos princípios básicos de cidadania.

Desta forma, uma definição contemporânea de patrimônio ambiental urbano deve necessariamente considerá-lo como mediador entre os valores que conferem seu estatuto e o território no qual se insere. Ele é o portador material de características capazes de qualificar e mobilizar a percepção do espaço, potencializando as possibilidades de atribuição de significados pelo habitante. Simultaneamente, o patrimônio ambiental urbano deve se constituir em referência espaço-temporal, indicando por sua permanência na paisagem o contraponto necessário às transformações derivadas das dinâmicas urbanas. Apoia-se na visualidade como condição das possibilidades cognitivas, mneumônicas, afetivas e propedêuticas que se estabelecem a partir da experiência do espaço.

Mas a problemática da inserção do patrimônio na vida cotidiana esbarra em questões mais amplas. A própria estrutura do espaço urbano fornece evidências de que a cultura se refere a um universo à parte, que se opõe à rotina diária e se expressa apenas em momentos e lugares específicos. As atividades culturais passam a ser definidas como exceções no cotidiano e se referem ao uso de equipamentos culturais, ao consumo de bens e produtos supostamente culturais,

[35] Característica identitária do monumento histórico.

e atividades que, de forma significativa, se ligam de modo indissolúvel ao lazer. Nem a cultura do trabalho, que *"...engloba ao mesmo tempo os saberes e o saber fazer, os conhecimentos técnicos e as relações sociais no trabalho, os sistemas de representação e dos valores que lhe estão articulados, nas práticas cotidianas..."*[36], nem o *habitar,* considerado enquanto condição fundamental da existência e do compartilhamento de experiências e práticas sociais, fatores que fundamentam o próprio cotidiano, parecem fazer parte deste universo específico e aparentemente autônomo. É a partir deste equívoco que se legitimam as políticas culturais baseadas no produto cultural transformado em objeto de consumo, de acesso restrito e submetido à lógica do mercado. A mesma visão simplista desta modalidade de política cultural é a raiz da museificação do patrimônio edificado como ação preferencial, cujo testemunho mais eloqüente é a instalação de *centros culturais* e *museus* localizados em edifícios antigos, aparente solução única para sua inserção na vida urbana. Desta forma, reforça-se a perspectiva esquizofrênica da dimensão cultural da vida e do cotidiano por meio da instituição de *espaços culturais* segregados, uma transposição da velha noção de monumento como sinônimo de patrimônio.

Outra questão importante, diz respeito à indiscutível precedência dos aspectos visuais e perceptivos como condição para a atribuição dos possíveis significados a lugares, fragmentos do espaço urbano e bens patrimoniais. De certa forma, tomada apenas no sentido estrito, a visualidade pode restringí-los aos aspectos estéticos e cenográficos, não implicando numa relação imediata com o processo histórico que os originou. Cabe, portanto, buscar na própria espacialidade do cotidiano aqueles elementos e condições capazes de colocá-lo como contexto dos significados sociais. Neste sentido, a imagem passa a funcionar como vetor do potencial semântico da materializado na paisagem urbana.

1.3 A Paisagem no Enfoque da Geografia Cultural

A perspectiva adotada implica em abordar as convergências teóricas que relacionam o patrimônio ambiental urbano à paisagem. Neste sentido é

[36] CHOMBARD de LAUWE, et alii (1983, p.7, apud MENESES, 2003, p.4)

necessário examinar os avanços na concepção de paisagem que conduzem sua afirmação para além das definições puramente morfológicas. A partir dos trabalhos de Ritter e Ratzel, ainda no século dezenove, enfocando as determinações do ambiente sobre a atividade humana, o corpo teórico da geografia cultural começa a se delinear de forma definitiva a partir dos trabalhos de Vidal de la Blache na França e Carl Sauer nos Estados Unidos, a partir de perspectivas diferentes.

Sauer sustentou que a paisagem constituiria a categoria de análise central da geografia, lançando mão do conceito de *landschaftkunde*[37], desenvolvido por Passarge. Acreditando que o estudo das marcas das atividades humanas sobre determinada área deveria ser a abordagem preferencial de uma geografia cultural, Sauer propunha três diferentes diretrizes de investigação, a partir de uma perspectiva ecológico-histórica[38]: as forças naturais e humanas que formataram a paisagem; a identificação de regiões culturais definidas pelo conjunto dos artefatos materiais, linguagem e religião; e o estudo dos usos e percepções da paisagem culturalmente condicionados.

Paralelamente, a geografia cultural francesa se desenvolvia adotando como categoria central o conceito de *genre de vie*, desenvolvido por La Blache e posteriormente Sorre, que aponta para um enfoque de cunho antropológico e evolucionista[39]. Estes autores se colocavam em oposição ao determinismo de

---

[37] *" Landscape is the english equivalent of the term that German geographers are using largely, and strictly has the same meaning: a land shape, in which the process of shaping is by no means thought of as simply physical. It may be defined, therefore, as na area made up of distinct association of forms, both physical and cultural. "* (SAUER, apud. HOLZER, 1992, p.31)

[38] *" A geografia baseia-se, na realidade, na união de elementos físicos e culturais da paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, portanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas do seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana."Há uma forma estritamente geográfica de se pensar a cultura, a saber, a marca da ação do homem sobre a área. Podemos pensar nas pessoas como associadas dentro e com uma área, como podemos pensar nelas como grupos associados por descendência ou tradição. No primeiro caso, estamos pensando em cultura como expressão geográfica, composta de formas que são uma parte da fenomenologia geográfica."* (SAUER, 1998:29-30)

[39] *" A noção de gênero de vida é extremamente rica, pois abrange parte, senão a totalidade das atividades do grupo humano. ... "Conjunto de técnicas, os gêneros de vida são formas ativas de adaptação do grupo humano ao meio geográfico. Da especialização deste, de sua estabilidade,*

Ratzel a respeito das relações homem – ambiente, e suas principais contribuições se referem principalmente à visão dinâmica do fato geográfico e à incorporação das explicações sociológicas e culturais como fatores fundamentais no processo de construção e transformação do espaço.

Assim, apresentada com maior ou menor ênfase, tanto no enfoque da escola anglo-americana como no da escola francesa, a paisagem passa e ser considerada essencialmente como fato cultural, um produto concreto e característico das relações entre determinada sociedade, portadora de referências culturais e históricas, e seu meio[40]. Entretanto, este enfoque tradicional, especialmente apropriado ao estudo das comunidades rurais pré–industriais, passa a encontrar sérios problemas quando confrontado com a cultura urbana e a cidade moderna. O pensamento de Sauer não privilegiava a influência das estruturas sociais, políticas e econômicas, e, tanto ele quanto os representantes da escola francesa, tendiam a reificar a cultura enquanto elemento determinante e causal nos modos de transformação da natureza e da formação da paisagem. Desta forma, o desenvolvimento da geografia cultural passou a exigir um corpo conceitual capaz de lidar com contextos sócio – econômicos mais dinâmicos e com as questões relativas a estruturação de classes da sociedade urbana industrial e suas implicações na apropriação do espaço. Tornou-se necessário constatar e aceitar a convivência de significados e práticas culturais diversos num mesmo lugar e ao mesmo tempo, subverter as noções de região cultural e paisagem cultural enquanto cenários estáticos para o desenvolvimento de identidades culturais específicas.

Ainda nos anos 50, a geografia cultural anglo–americana já apontava para o desenvolvimento de duas tendências. A primeira, de raízes sociológicas, na tradição britânica de estudos culturais e história social, enfocando as relações sociais e o significado simbólico atribuído ao lugar e à paisagem. A segunda, mais autenticamente geográfica, enfocando a paisagem numa perspectiva voltada

---

dependem, em grande parte, a especialização e a estabilidade dos gêneros de vida, suas possibilidades de duração." (SORRE, 1984, p. 103)

[40] WAGNER; MIKESELL, 1962

aos processos de sua produção, em sua imagem enquanto produto cultural e nas variáveis culturais como condicionantes da percepção ambiental. McDowell (1996), chama a primeira corrente de "*materialismo cultural*" e a segunda de "*escola do paisagismo*".

A primeira corrente tomou por base os trabalhos de Raymond Williams e Stuart Hall, enfatizando o papel dos fenômenos culturais, significados compartilhados e identidades sociais relacionadas ao cotidiano, às ideologias e ao consumo. Williams voltou-se mais ao estudo das formas e significados culturais em relação às estruturas de poder vigentes, a partir da análise do desenvolvimento da cultura operária inglesa, seu modo de vida local e sua influência na determinação das políticas trabalhistas. Hall (1998), por sua vez, enfoca a subversão dos hábitos de consumo e estilo de vida, promovidos por setores sociais não hegemônicos, na construção de novas identidades culturais desterritorializadas. O autor enfatiza a produção simbólica, o consumismo como fator identitário e as comunidades imaginadas, num sentido semelhante àquele atribuído às nacionalidades por Benedict Anderson (1993). Desta forma, passa-se a questionar um dos pilares fundamentais da geografia cultural tradicional: a específica e necessária vinculação entre lugar e identidade cultural.

A perspectiva adotada pela segunda corrente, *a escola do paisagismo*, se remete diretamente ao trabalho de Sauer, e adota a paisagem com categoria central, partindo daquelas mesmas análises descritivas de artefatos culturais, do significado da paisagem e do contexto cultural das cidades. Porém, busca-se agora estabelecer a paisagem, sua construção e percepção, enquanto reflexo das relações de poder e das modalidades adotas pelas classes hegemônicas na representação da realidade[41].

---

[41] *" ... os novos geógrafos da paisagem reteorizaram a paisagem não apenas como resultado material das interações entre o ambiente e a sociedade, mas também como conseqüência de uma maneira específica de olhar. A noção de uma maneira objetiva, neutra e especificamente geográfica de olhar a terra é, portanto, questionada. O geógrafo encontra-se também culturalmente situado, e assim, o modo como ele / ela (*sic.*) vê a paisagem é culturalmente e historicamente específico."* (McDOWELL, 1996, p.176)

A partir da década de 70 a geografia cultural passa a incorporar cada vez mais intensamente métodos e conceitos das ciências sociais, numa tentativa de estabelecer uma nova compreensão sobre a produção, reprodução e mudança cultural, significados e práticas culturais urbanas. Novas relações sociais e novas identidades culturais, não mais concebidas como algo estático, mas em processo contínuo, apontam para novos modos de percepção e representação transformando a concepção de paisagem. Sua análise passa a considerá-la enquanto produto de consumo, expressão de poder e espetáculo, produto e imagem cultural de uma sociedade estruturada em classes na qual o excedente da produção é apropriado e usufruído pelo grupo dominante, gerando uma produção simbólica paralela que objetiva a legitimação de tal status social (COSGROVE, 1983).

A atenção desta nova geografia cultural volta-se para a paisagem enquanto representação em texto, na literatura, nas artes pictóricas, na fotografia e o no cinema. Seu corpo teórico passa a abranger a teoria literária, a análise do discurso e a semiótica, enfatizando a abordagem intertextual e as relações com o lugar e as identidades. As relações entre a paisagem e o imaginário, bem como a representação simbólica e os significados culturais na paisagem adquirem especial importância. A paisagem passa a ser abordada como construção cultural, apontando para duas perspectivas imbricadas: a primeira considera a paisagem como o uso da terra, aquilo que torna o trabalho humano visível; a segunda aponta a paisagem como representação do mundo, fonte de apreciação estética, especialmente nas artes pictóricas[42].

Vale lembrar que, embora no senso comum o termo *estética* apresente um significado sempre relacionado ao universo do *belo*, implicando as manifestações artísticas como expressão preferencial, é necessário reportar-se à origem etimológica do termo, derivado do grego *aisthesis,* que diz respeito à percepção sensorial e não à beleza em si. Portanto, trata-se de fato de uma perspectiva que não somente abrange o universo da representação artística, mas aponta para

---

[42] COSGROVE, 1988

muito além dela. A dimensão estética, entendida enquanto universo de possibilidades perceptivas, conduz a uma pluralidade de modos de compreensão e interpretação da realidade.

Berque (1995), aprofunda a questão ao afirmar a existência de diferenças culturais capazes de determinar não apenas a concepção de paisagem, mas os modos e a importância das relações entre paisagem e sociedade. Assim, propõe a existência de quatro condições, ou critérios, para a existência cultural da paisagem e identificação das *sociedades paisagísticas* (société paysagère): as representações lingüísticas, compreendendo a quantidade de termos utilizados com o significado de paisagem; as representações literárias, orais ou escritas tomando como referência a freqüência com que a descrição da paisagem comparece como texto; as representações pictóricas tendo a paisagem como tema; as representações em jardins e seus modos de organização.

Na mesma direção, Roger (2000) reafirma a ligação visceral entre a paisagem e a representação pictórica relacionando o nascimento da paisagem ocidental ao aparecimento da *veduta,* a janela como abertura e moldura para o mundo exterior, na pintura flamenga[43]. Admite-se, portanto, a contingência de variáveis históricas e culturais envolvidas no processo de atribuição de significado e valor às formas, objetos e arranjos espaciais, enquanto componentes da paisagem, e que este conjunto de possibilidades de significação, elaborado de diferentes modos pelos diferentes segmentos sociais, tem papel fundamental na produção e representação do lugar.

A partir dos anos 80, o contexto da globalização econômica obriga a nova geografia cultural a passar por uma revisão teórico-metodológica. As noções de *comunidades imaginadas,* desenvolvida por Anderson (1993), *culturas itinerantes* de Clifford (1992) e de *culturas híbridas* de Canclini (1997) se mostram mais adequadas para a abordagem teórica a respeito da desterritorialização da cultura.

---

[43] *"...l'apparition de la fenêtre, cette veduta intérieure au tableau, mais qui l'ouvre sur l'exteriéur. Cette trouvaille flamande est, tout simplement, l'invention du paysage occidental. La fenêtre, est en effet ce cadre qui, l'isolant, l'enchânssant dans le tableau, institue le pays en paysage."* (ROGER, 2000, p. 35)

O interesse se desloca para a compreensão das relações entre os processos globais e os significados locais, a pretensa homogeneidade da produção cultural globalizada em confronto com a percepção, uso e apropriação pelo habitante local. Essa nova perspectiva se fundamenta numa discussão epistemológica própria que reafirma a dimensão polissêmica do conceito de paisagem, que passa a considerar os processos de construção, transformação e percepção, incorporando enfoques e significados anteriormente desprezados. Simultaneamente, também propõe a discussão do conceito de lugar, superando a simples dimensão de escala, numa perspectiva que busca na fenomenologia um enfoque mais próximo da experiência e da vivência humanas[44].

1.4 A Geografia do Mundo Vivido

A procura por critérios e condições para a apropriação da cidade enquanto bem cultural implica na constituição de um patrimônio ambiental urbano significativo. Ao mesmo tempo assinala a dimensão cultural do espaço urbano, admitindo o *lugar* como referência e a *paisagem urbana* como representação dos processos de permanência e transformação ao longo do tempo. Dentro desta convergência de interesses, considera-se que a paisagem urbana, para além de simples aspecto morfológico do espaço urbano e de mera projeção e reflexo do universo psicológico individual, se constitui num campo de interação destes aspectos enquanto prática cultural[45]. É assim que a paisagem também se revela como resultado da acumulação desigual de diferentes tempos[46], permitindo perceber em sua materialidade os processos culturais e as práticas espaciais envolvidas em sua produção e transformação.

---

[44] *" Ao desvendar os vínculos entre a globalização e a 'estrutura de sentimentos locais', ao revelar os múltiplos sentidos de lugar inscritos nos habitantes, ao registrar as maneiras como as tendências globais estão interagindo com costumes e hábitos sociais localmente baseados para criar novas camadas de significado, os geógrafos estão se voltando para novos métodos. Particularmente abordagens qualitativas detalhadas e em pequena escala, incluindo as baseadas nos registros de depoimentos orais...".* (McDOWELL, 1996, p.181)

[45] MENESES, 2002, p.32

[46] SANTOS, M. 1997, p.83

Mas a paisagem não se reduz apenas a uma realidade material que se oferece à visão. Como resultado de um processo histórico, ela está submetida a diferentes modalidades de olhar, interagir e conceber a realidade, que determina seu contingenciamento histórico e cultural. Tal postura demanda uma perspectiva relacional baseada na experiência do espaço. É assim que a paisagem comparece como termo mediador na relação entre o homem e seu ambiente: *"... a paisagem não reside somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa entre os dois termos. Esta relação que coloca em jogo diversas escalas de tempo e de espaço, implica tanto a instituição mental da realidade quanto a constituição material das coisas"*[47].

Admitindo que no processo de conhecimento não existe objeto sem sujeito, e por conseqüência, nem paisagem sem observador, Berque introduz através do conceito de paisagem um enfoque da dimensão existencial humana no espaço. A paisagem, assim como o ecúmeno, o ambiente humano da qual é componente, é uma *realidade trajetiva*[48] . Fundamentado na fenomenologia de Heidegger, o autor reafirma a abordagem da paisagem enquanto problema ontológico[49]. Mas tal preocupação já estava presente na publicação *"L'Homme et la Terre: Nature de la Realité Géographique"* por Eric Dardel em 1952. A obra, que permaneceu mais ou menos esquecida até a década de 80, tornou-se uma referência importante por estabelecer de forma definitiva as possibilidades de uma abordagem fenomenológica para a geografia, antecipando questões epistemológicas que posteriormente constituiriam os marcos teóricos de uma geografia cultural renovada e da geografia humanista[50].

---

[47] BERQUE, apud. HOLZER, 1998, p.64

[48] "*La réalité de la chose est donc à mi-chemin entre les deux pôles théoriques de l'objectif et du subjectif; elle est trajective. ... parce qu'animée par l'allée-venue incessante, la pulsation de notre existence."* (BERQUE, 2000, p.46)

[49] *...la forme donne l'être à la chose. La forme de la ville lui donne son être de ville. Oui, mais ce qui donne forme à cette forme, c'est l'être humain. C'est donc l'être humain qui donne son être à la ville.Autant dire que la question du paysage urbain est un problème ontologique. Bien entendu, ce n'est pas seulement un problème ontologique; c'est aussi un problème technique, politique, éthique, etc.; mais au plus profond, c'est bien la question de l'être qui se pose dans la paysage de la ville;..."* (idem, p.41)

[50] Proposta formalmente por Tuan em 1976: "*Humanistic Geography" in. Annals of the Association of American Geographers, vol.66, n.2, june, 1976.*

Sem pretender detalhar sua evolução, tarefa levada a cabo em profundidade por Holzer (1992), torna-se necessário destacar a importância da obra de Dardel, seja pela importância na introdução de questões relevantes em relação aos fundamentos teóricos, síntese representativa da abordagem cultural e humanista do espaço, seja enquanto diretriz metodológica que orienta este trabalho. Este é o caso da noção de *geograficidade*[51] como condição existencial humana. Contraposta à visão positivista da geografia, que busca a explicação do espaço geográfico não pela vivência, mas pela abstração totalizadora, Dardel afirma que o equívoco de se tomar o espaço geométrico como espaço geográfico, a abstração racionalista em oposição à materialidade do espaço, constituiria o principal obstáculo para uma real compreensão geográfica do mundo em que vivemos[52].

Esta espacialidade, inerente à condição humana, se apresenta enquanto prática do mundo vivido e é estabelecida em situação concreta, no cotidiano. Note-se que o mundo vivido, enquanto diversidade de experiências, não permite a aplicação direta de referenciais quantitativos expressos em forma de medidas de distância ou quadrantes de orientação, que, enquanto abstrações, são sempre elaboradas *a posteriori*. Assim, Dardel afirma que os referenciais, as experiências espaciais presentes e fundamentais, são expressos pelas noções de *afastamento* e *direção,* que têm por foco o corpo e sua presença material no espaço, o ser que se encontra *perto ou longe* de algo ou de alguém, que *se dirige* a algum lugar ou a alguém, em meio ao mundo que o circunda. O espaço, portanto, é construído nesta relação direta com a experiência, e os referenciais quantitativos só

---

[51] *"Connaitre l'inconnu, atteidre l'inaccessible, l'inquiétude géographique précède et porte la science objective. ... une relation concréte se noue enttre l'homme et la Terre, une géographicité de l'homme comme mode de son existence et de son destin.* (DARDEL, 1990, p.1-2)

[52] *"L'espace géométrique est homogéne, uniforme, neutre. ... Le relief, le ciel, la flore, la main de l'homme donnent à chaque lieu une singularité d'aspect. L'espace géographique est unique;... La géometrie opère sur un espace abstrait, vide de tout contenu, disponible pour toutes les combinaisons. L'espace géographique a un horizon, un modéle, de la couleur, de la densité, il est solide, liquide ou aérien, large ou étroit: il limite et il résiste."* (DARDEL, 1990, p.2)

comparecem como formas abstratas especificamente voltadas para a regulamentação e organização da vida em sociedade.

Esta relação de *situação,* da materialidade do corpo-sujeito em relação ao mundo circundante é que determina a noção existencial de *lugar*[53]*,* conceito que fundamenta a geografia que parte da experiência de mundo vivido e se opõe às noções de espaço objetivo e homogêneo, resultado direto da abstração e da redução quantificadora. Assim, é a própria existência humana e as relações sociais que realizam o lugar. Nesta direção, o pensamento geográfico busca referências para uma ontologia da espacialidade nos avanços promovidos pela filosofia contemporânea, mais sintonizada com uma orientação fenomenológica, na qual o lugar e o indivíduo se definem mutuamente através de suas relações.

Mas a necessidade de rotular a obra dos autores ligados a esta tendência fez com que a indústria cultural produzisse denominações como *nova geografia cultural, geografia fenomenológica, geografia existencialista, geografia humanista, geografia humanística.* Dada a diversidade de referências, orientações ideológicas e pluralidade metodológica, seria precipitado afirmar uma corrente do pensamento geográfico perfeitamente homogênea e definida. No limite, pode-se formular, como Buttimer (1976), que os autores arrolados sob esses rótulos compartilham um enfoque inspirado mais no espírito que no método da fenomenologia, tomando a compreensão do *Lebenswelt* – o mundo vivido- por diretriz, e o *lugar* e a *paisagem* como categorias fundamentais. Esta geografia do mundo vivido tem o *lugar* como condição e centro existencial, *locus* da experiência e significação, e por esta via introduz a dimensão temporal, a partir da própria existência humana, na qual *"...o tempo é sempre algum lugar e o lugar é sempre algum tempo"* (SAMUELS, 1981). É importante notar que uma tal definição de lugar não pode admitir um caráter estático, permanente e imutável, nem corresponder à *localização*, situação inerente à mobilidade do indivíduo a cada instante. Para a manutenção de uma perspectiva fiel ao espírito da

---

[53] *"Du plan de la géographie, la notion de situation déborde dans les domaines les plus variés de l'experience du monde. La "situation" d'un homme suppose un 'espace' oû il se meut; un ensamble de relations et d'echanges; de directions et des distances qui fixent en quelque sorte le lieu de son existences"* (DARDEL, 1990, p.19).

fenomenologia, torna-se obrigatório reconhecer o *lugar* enquanto contexto de espacialização das práticas culturais e produto destas mesmas práticas, cujo significado só pode ser apreendido através da vivência[54].

Uma noção de *lugar* assim formulada é fundamentalmente relacional e se aproxima da definição de *ponto nodal* em uma rede de conexões entre o indivíduo e o mundo, colocando em jogo os significados intersubjetivos em contextos espaço-temporais definidos. É esta noção que permite introduzir o *habitante* integrante fundamental do processo de constituição do *lugar*. O radical latino *habeo* indica uma relação de constância e permanência, significado que se conserva em *hábito*, *habitualidade* e também em *habitar*, *habitante*, e fundamenta a noção de pertença. Coloca-se, assim, uma dicotomia fundamental entre o *transeunte* e o *habitante*. Se a noção de *habitante* implica em cotidianidade, a de *transeunte* se coloca em oposição direta, conforme indicado pelo prefixo *trans*, indicando travessia, movimento, não permanência. O *habitar* corresponde à relação fundamental entre o homem e o espaço, referência para a constituição de sua identidade e, por extensão, da própria identidade do lugar.

A abordagem do mundo vivido, o *Lebenswelt,* pela geografia não é proposta recente. Remete-se à busca de uma ontologia da espacialidade humana que remonta à primeira metade do século vinte, com as abordagens pioneiras de La Blache, Sorre e Sauer, e pouco mais tarde Dardel. Mas o aprofundamento da problemática envolvida tornou necessário lançar mão dos aportes da filosofia existencialista e da fenomenologia. Relph (1970) explicita as possibilidades de utilização da fenomenologia na geografia ao propor a proposta husserliana de "*volta às coisas em si"* enquanto instrumento para a compreensão do mundo vivido. Nela estão implícitas as críticas às abordagens positivistas, que na geografia resultaram no aparecimento de tendências que adotam de forma sistemática e acrítica os métodos quantitativos . Entretanto, nem a fenomenologia nem o existencialismo procuram propor soluções prontas para os problemas

[54] "*Place is both the context for practice – we act according to more or less stable schemes of perception – and a product of practice – something that only makes sense as it is lived. ... Place as practice and practice as placed always relies on the symbiosis of locatedness and motion rather than the valorization of one or the other."* (CRESSWELL, 2002, p. 26)

epistemológicos das ciências, nem oferecem um receituário de procedimentos metodológicos como guia para a pesquisa empírica. De fato, seu valor reside em propor uma aproximação científica à experiência do mundo vivido tomando por base as discussões e fundamentos filosóficos mais recentes e afeitos ao universo contemporâneo.

Cientes da complexidade e eficácia duvidosa que envolveria uma aplicação direta dos métodos definidos pela fenomenologia pura de Husserl à geografia, tanto Relph (1970) como Buttimer (1976) preferiram ater-se aos seus aspectos teóricos e conceituais, no que foram seguidos pela maior parte dos autores engajados na discussão. Admitindo que o objetivo da fenomenologia é *"o estudo da constituição do mundo na consciência"*, e sua tarefa *"... analisar as vivências intencionais da consciência para perceber como aí se produz o sentido dos fenômenos, o sentido desse fenômeno global que se chama mundo"*[55], ou de forma simplificada, *o estudo interpretativo dos significados da experiência humana*, torna-se necessário mobilizar alguns conceitos e aspectos relevantes para uma possível abordagem da espacialidade humana. Note-se que a intenção aqui não é propor uma discussão sobre a teoria e as implicações filosóficas da fenomenologia, tarefa que foge aos objetivos e contexto do trabalho, mas apontar as possíveis convergências com a perspectiva geográfica proposta. Busca-se fundamentar as bases teóricas que permitam explorar o patrimônio ambiental urbano através do espaço vivido.

Ao enfocar o mundo vivido enquanto objeto, um dos primeiros fundamentos teóricos da fenomenologia é a noção de intersubjetividade, que se revela a partir do momento em que o ser, enquanto materialidade, corpo em movimento, se põe em contato com o exterior, com seu ambiente, e com o outro[56]. Neste sentido, a intersubjetividade se revela de fato no cotidiano, e portanto só pode existir a partir da noção de estar no mundo enquanto experiência. A noção de intersubjetividade se origina naquela unidade indissolúvel entre o indivíduo em sociedade e o lugar

[55] DARTIGUES, 1973, p.30

[56] Cf. MERLEAU-PONTY, 1999

como entidade formadora e constituinte do mundo vivido, conforme já examinado anteriormente. Isto é um dos aspectos relevantes do conceito de *Dasein,* elaborado por Heidegger[57]. *Dasein*, literalmente *"ser-aí"* , ou "ser-no-mundo", implica na espacialidade inerente à existência humana: *ser* é necessariamente ser em algum lugar. Por este conceito Heidegger estabelece que, não apenas a subjetividade humana, mas a própria existência, não pode se realizar sem o mundo, e que sem a consciência do mundo não pode existir o sujeito enquanto ser. A espacialidade implícita no conceito do *Dasein* compreende a *situação* do sujeito, não enquanto localização geometricamente determinada em um espaço homogêneo e neutro, mas em termos de lugares qualitativamente diferenciados, carregados de significados que emergem dessa unidade do *"ser-aí"*: *"O Dasein não habita o espaço, ele espacializa: abre o espaço que ocupa como ser no mundo"*[58].

Admitindo que a própria existência, o ser-no-mundo, implica na consciência deste mundo, Dartigues (1992), afirma que esta só se constitui a partir do momento em que ela se dirige a um objeto. Ter consciência é ser consciente de alguma coisa. Para a fenomenologia isto é a *intencionalidade*, o ato de ligação entre sujeito e objeto, o momento em que o ser se volta para o mundo e constitui a consciência enquanto intenção (*intentio*). Assim, a intencionalidade é característica da própria existência humana enquanto consciência de si mesmo e do seu contexto espaço-temporal. Sua formulação busca superar a dicotomia entre sujeito e objeto e permite introduzir a noção de *cotidiano* enquanto *mundo vivido* (*Lebenswelt)*, nos termos do próprio Husserl, *"o mundo da experiência imediata"*, o mundo pré-reflexivo. Contexto tácito e portador dos ritmos da vida diária, esta noção de mundo vivido inclui o rotineiro e o incomum, o natural e o extraordinário, e se reflete num modo de atenção no qual as pessoas aceitam as coisas como são, sem questionamentos e sem alternativas, modo que a fenomenologia chama de *atitude natural*.

---

[57] HEIDEGGER, 2005

[58] NUNES, 2004, p.17

Este mundo do cotidiano é tão familiar e próximo de nós que o tomamos como um dado perene e imutável, e por isso, menos importante, demandando menor atenção. Aparente ponto fixo ancorado no presente, o mundo do cotidiano carrega e atualiza os valores, a memória e as referências compartilhadas do passado. É desta forma que o mundo vivido do indivíduo se dá como um horizonte particular da situação coletiva, uma versão das infinitas possibilidades de realização sob o contexto histórico e cultural da vida em sociedade. Sua dinâmica se baseia na ação e na temporalidade, implicando num conceito de espaço como *"continuum dinâmico no qual o indivíduo que o experimenta vive, se movimenta e procura por seu significado. É um horizonte vivido ao longo do qual as coisas e as pessoas são percebidas e valoradas*[59]*".*

Seamon (1979) propõe a abordagem da experiência do cotidiano através de três componentes que estabelecem sua essência: *o movimento*, *a permanência* e *a interação* [60]. De fato, trata-se de três diferentes momentos presentes em qualquer atividade humana, diferentes tempos da ação que se apresentam como a unidade constituinte da própria intencionalidade[61]. Assim, o cotidiano se insere como condição inerente à vida social e fundamento da intersubjetividade, situação em que cada indivíduo, desde seu nascimento, aprende a linguagem e todo protocolo de comunicação e comportamento que o habilita a se engajar socialmente no mundo vivido. Fica patente que, ao contrário do que querem alguns críticos mais radicais desse enfoque humanista na geografia, esta perspectiva não implica na necessidade programática de se construir uma série infinita de geografias

---

[59] *"... space is a dynamic continuum in which the experiencer lives and moves and searches for meaning. It is a "lived hirizon along which things and persons are percieved and valued."* (BUTTIMER, 1976, p.282)

[60] *"Movement, rest and encounter are the three primary themes used to reveal the whole here. ... movement explore the role of body, habit, and routine in our day-to-day environmental dealings, ... rest examine human attachment to place. ... encounter consider the ways in which people observe and notice the world in which they live. I argue that these three themes portray in one possible fashion the essential core of people's behavioral and experiential involvement with their everyday geographical world."* (SEAMON, 1979, p.4)

[61] Cf.. SANTOS, M. 1997, p. 74-5

individuais, mas afirma a experiência do mundo enquanto experiência coletiva, pois *ser no mundo* é necessariamente *ser com o outro*[62].

1.5 Contribuições da Fenomenologia

Dado o contexto teórico e conceitual, os procedimentos metodológicos adotados se fundamentam necessariamente no contato com o fenômeno a ser estudado através da participação direta, inclusive as experiências vividas pelo próprio pesquisador. Dentro de uma diretriz fenomenológica, esta aproximação deve ser realizada numa atitude livre de noções e comportamentos pré-concebidos, *"colocar o mundo entre parêntesis"*, etapa correspondente à *redução fenomenológica* do método formulado por Husserl, de modo a abordar a *atitude natural*, a experiência pré-reflexiva e, a partir dela, engajar-se na descrição aprofundada do fenômeno em questão.

Trata-se, portanto de uma diretriz que admite a perspectiva na primeira pessoa e busca a essência do fenômeno a partir da própria experiência. Ela se baseia no fato de que *ser-no-mundo* é *ser-com-o-outro* (*Mitsein)*, *"o mundo do Dasein é (necessariamente) um mundo-compartilhado (Mitwelt)"*[63]. A partir da intersubjetividade, das convergências dos horizontes pessoais enquanto referências compartilhadas, é que se realiza a abordagem do mundo vivido. Mais especificamente para o caso em estudo, é a partir das expressões e representações dessas referências comuns que se estabelecem as condições para a compreensão das práticas culturais espacializadas, incluindo aí as questões referentes ao patrimônio ambiental urbano.

Assim, torna-se necessário explorar os modos e formas de representação a partir das narrativas e descrições individuais, buscando a compreensão dos significados das convergências dos horizontes pessoais por meio de um processo

---

[62] *"Seja de maneira positiva, negativa ou indiferente, a existência não é só a minha existência,mas também a de outro, comigo compartilhada num ser-em-comum (Mitsein). Ser-no-mundo, o Dasein é igualmente ser com outros, tendo nisso a outra via de acesso ao mundo..."* (NUNES, 2004, p.17)

[63] HEIDEGGER apud. REE, 2000, p.30

interpretativo. Realizada a partir da proposição do *Dasein* enquanto situação espaço-temporal do ser-no-mundo, a interpretação leva em conta o contexto histórico e social e a formação cultural dos autores destes relatos. Heidegger afirma que a linguagem e a compreensão são aspectos estruturais inseparáveis do ser-no-mundo e constituem os instrumentos que permitem a interação do indivíduo com o meio e com o outro. Desta forma estabelece a idéia fundamental que orienta sua proposta de uma fenomenologia hermenêutica: *ser-no-mundo* é interpretar o mundo, uma vez que cada ato implica numa busca de compreensão, uma interpretação influenciada diretamente pela historicidade e pela experiência.

Polkinghorne (1983) descreve este processo de interpretação como uma busca dos significados historicamente condicionados da experiência humana, e o desenvolvimento de seus efeitos cumulativos na interação social. Na mesma direção, Gadamer (1997) afirma que a linguagem é o meio universal onde a compreensão ocorre. Esta compreensão é uma *"fusão de horizontes",* uma interpretação que consiste na relação dialética entre a situação do intérprete e o significado daquilo que é proposto (o texto). Assim, a fenomenologia hermenêutica tem por objeto específico a interpretação das expressões culturais em busca de seus significados. Partindo da obra de Heidegger e Gadamer, e tendo como fundamento a experiência do mundo vivido enquanto "*a linguagem da experiência e a experiência da linguagem"* (ROHDEN, 2002), a densidade da proposta hermenêutica enquanto sistema interpretativo-filosófico acabou por ampliar a própria definição de *texto* dentro das Ciências Humanas. A noção de *textualidade* passou a ser aplicada a qualquer ação ou situação humana: as linguagens corporais, o vestuário, os costumes sociais, a arquitetura, as paisagens e outras manifestações passam a ser assumidas enquanto expressões culturais *legíveis* e, portanto, passíveis de interpretação.

Para Heidegger, a noção de compreensão hermenêutica não visaria à reprodução da experiência do outro, mas a capacidade de discernir as próprias possibilidades de ser-no-mundo. Interpretar um texto é compreender as possibilidades existenciais reveladas por ele. É neste sentido que Lepetit (2001) propõe a análise hermenêutica do espaço urbano: para compreendê-lo, é necessário que o

leitor-intérprete se aproprie do universo delineado pelo *texto-cidade,* considerando que sua interpretação está limitada ao seu próprio horizonte, historicamente condicionado. A compreensão implica em enfrentar a distância que separa o *leitor-intérprete*, sua formação cultural e experiência de vida, do sistema de valores a partir do qual o texto foi construído. A conduta hermenêutica explora essa distância temporal: "*As características da inscrição temporal conjunta das formas urbanas e dos usos sociais da cidade, as modalidades de apropriação do espaço urbano pelos diferentes grupos citadinos...*"[64]. Ora, no contexto urbano a variedade de práticas culturais, a permanência de protocolos e comportamentos sociais e a raridade de momentos de ruptura fazem dos usos da cidade um misto de reprodução e inovação de práticas e configurações espaciais. A cidade faz convergir num mesmo tempo os fragmentos do espaço e os hábitos vindos de diversos lugares e tempos, que se refletem em mudanças mais ou menos difusas e constantes. Estas são práticas culturais não acessíveis por meio de uma leitura superficial e imediata, mas através de uma perspectiva hermenêutica. Segundo Lepetit é isso que torna importante estudar os processos de reatualização e mudanças de significado das formas antigas.

Se a perspectiva fenomenológica é fundamentalmente descritiva e tem por foco as experiências e os princípios de organização que dão forma e significado ao mundo vivido, a proposta hermenêutica comparece como um complemento importante, visando a interpretação dos significados daquelas experiências e suas implicações sociais numa perspectiva histórica. Este processo de interpretação é representado pelo *círculo hermenêutico*, uma estrutura dinâmica cujo movimento se estabelece como *compreensão – interpretação - nova compreensão*. O processo aponta para uma circularidade da dialética que se estabelece entre o intérprete, ciente de suas limitações em função da historicidade de sua existência, e o texto, aprofundando progressivamente o envolvimento na experiência e o nível de compreensão. De fato, tomada em sua complexidade, a cidade contemporânea nos permite traçar uma analogia com o *hipertexto* que, em contraste com o texto impresso tradicional, tem uma natureza dinâmica, remetendo o leitor a outros textos e narrativas por meio de referências cruzadas,

[64] LEPETIT, 2001, p.151

os *hyperlinks*. Também a cidade oferece um texto no qual cada unidade de significação remete a uma nova narrativa, a novas referências, e novos textos e encadeamentos de narrativas.

Os fundamentos teóricos aqui estabelecidos permitem delinear mais claramente a noção de *focos qualitativos* como hipótese que orienta este trabalho. Na medida em que assume o papel de instrumento estratégico para a formulação de critérios e condições de constituição de um patrimônio ambiental urbano, a formulação da noção de *focos qualitativos* mobiliza a convergência de conceitos e proposições referenciados na geografia cultural e na fenomenologia, que podem ser sintetizados da seguinte maneira:

- o patrimônio ambiental urbano e a paisagem urbana compartilham características e funções que têm a visualidade enquanto requisito para a abertura de possibilidades cognitivas e semânticas em relação ao espaço urbano;
- a paisagem urbana constitui uma representação das transformações e permanências no espaço urbano ao longo do tempo, cabendo ao patrimônio a função de materializar tais permanências. Isto permite afirmar o patrimônio ambiental urbano como instância específica da paisagem urbana;
- a paisagem é uma realidade trajetiva por meio da qual se estabelecem as relações primordiais entre o homem e seu ambiente, implicando na vivência do espaço enquanto condição existencial ;
- a espacialidade é inerente à condição humana enquanto ser material e se apresenta como prática do mundo vivido no cotidiano;
- a noção de espaço vivido é relacional e parte da condição corpórea do ser humano que define seu campo de interação pela distância e extensão;
- o lugar se constitui em um ponto nodal de uma rede de relações e significados atribuídos por meio da intersubjetividade e admite que as condições de sua produção e representação são histórica e culturalmente contingenciados;

- o acesso ao cotidiano como fonte das práticas espaciais se dá a partir dos três momentos que estabelecem sua essência: o movimento, a permanência e a interação.

Neste sentido, a idéia de *focos qualitativos* se apóia nestas considerações teóricas para propor a relação entre a teoria de valores que justifica e caracteriza o patrimônio ambiental urbano e as modalidades de uso e apropriação do espaço constituídas a partir das práticas sociais. Sua formulação visa compreender os modos pelos quais os valores propostos pelo patrimônio ambiental urbano são vivenciados e apropriados no cotidiano. É a partir da espacialização das práticas sociais, materializadas na paisagem urbana, que se torna possível estabelecer as condições para a qualificação da cidade como um bem cultural socialmente inclusivo. Assim, pode-se formular a noção de ***focos qualitativos*** **enquanto lugares portadores de um potencial de significação que desempenham o papel de referência temporal, orientação e identidade espacial na perspectiva do espaço vivido e do cotidiano do habitante, repropondo os valores institucionalizados através do patrimônio ambiental urbano pelas práticas do espaço**. A dimensão cultural comparece não apenas no estabelecimento do patrimônio como objeto, mas na própria *transtemporalidade* da paisagem, capaz de arranjar objetos passados e presentes numa construção horizontal cujo significado é histórica e culturalmente determinado pelas dinâmicas espaciais[65]. A identificação dos *focos qualitativos* através das relações entre usos e funções e da análise interpretativa das suas características comuns forneceriam as condições de constituição de um patrimônio ambiental urbano: trata-se do patrimônio ambiental urbano em potência, incorporando a noção de processo estabelecida pela definição de Yázigi (2005). Esta formulação evoca a noção de foco enquanto ponto de emanação de vetores. Desta forma, cada *foco qualitativo* constituiria o *locus* potencial de início dos processos de qualificação do espaço urbano, abrangendo por transbordamento o território adjacente e deflagrando a constituição de um patrimônio ambiental urbano representativo e significativo.

---

[65] SANTOS, M. 1997, p. 83

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Deus recortou a alma de Paulicéia
numa cor de cinza sem odor...
Oh! Para além vivem as primaveras eternas!...
Mas os homens passam sonambulando...
E rodando num bando nefário,
vestidas de eletricidade e gasolina,
as doenças jocotam em redor... (...)
São Paulo é um palco de bailados russos.
Sarabandam a tísica, a ambição,
as invejas, os crimes
e também as apoteoses de ilusão...

(Mário de Andrade – Paisagem n.2)

O enfoque adotado nesta investigação propõe um exame das relações entre as perspectivas local e global e as interações dos processos econômicos e culturais representados pelas transformações e permanências no espaço urbano. Neste sentido, é necessário abordar alguns aspectos relativos aos efeitos da mundialização econômica sobre o espaço urbano, especialmente aqueles novos enfoques e conceitos derivados da aplicação do paradigma da *cidade global* na abordagem das dinâmicas metropolitanas.

2.1 Cidades Mundiais – Cidade Global: o Paradigma e suas Implicações

O conceito de *cidades mundiais,* que surge em meados dos anos 80 com a publicação do artigo de J. Friedmann, *The world city hypothesis*[1]*,* emerge como

[1] FRIEDMANN, 1986

marco analítico para a investigação dos processos de transformação associados à globalização econômica que se instalavam em algumas metrópoles mundiais. A teoria está centrada nas transformações da centralidade econômica destas metrópoles, mais especificamente nos processos de re-significação no interior do sistema produtivo internacional, caracterizada principalmente pela substituição das atividades industriais pelo setor de serviços. Embora determine uma hierarquia implícita, a teoria de Friedmann se recusa a enfrentar a complexidade da questão deixando em aberto a definição dos possíveis critérios necessários a uma tal classificação. Ainda carente de uma maior precisão na identificação das demais características, o conceito foi apropriado por Sassen (1991), sob a denominação de *cidades globais*, cuja importância se refere principalmente à identificação e especificação de alguns destes critérios a partir de uma análise comparativa entre Nova York, Tókio e Londres, que então viriam a constituir a tríade de *cidades globais*. A partir de então foi se consolidando enquanto paradigma e apontando metrópoles como Paris, Frankfurt, Los Angeles, Cingapura, Hong Kong, Miami, Cidade do México, São Paulo e Bombaim, como virtuais candidatas ou reais portadoras das qualidades necessárias a tal status.

Embora indicando a importância das transformações do sistema financeiro internacional no processo, Sassen argumenta que as cidades globais não poderiam ser definidas apenas por sediar as grandes corporações financeiras, como afirmava Friedmann, mas principalmente por constituírem os *loci* do gerenciamento e da produção de serviços fundamentais para a sustentação do sistema econômico mundial. Desta forma, sua referência fundamental é um determinado conjunto de características comuns identificadas naquelas três metrópoles, implicando em sua constituição como ponto nodal entre a economia nacional e o mercado internacional, baseada principalmente nos avanços tecnológicos nas telecomunicações e no setor produtivo.

Considerando a competitividade como condição imprescindível à hegemonia no mercado globalizado, as cidades mundiais abrigam em seu território sedes e postos

de comando de empresas cuja operação se apóia na produção e domínio de tecnologias de ponta, em modelos informatizados de gestão e na acessibilidade facilitada aos mercados de capitais. Assim, sua localização é determinada pelas condições de infra-estrutura, suporte e vantagens econômicas oferecidas pelas cidades, uma vez que através da tecnologia disponível torna-se possível o controle de redes mundiais de fornecedores, plantas de montagem e cadeias de vendas dispersas mundialmente, a partir de critérios de localização e regionalização que livremente estabelecem.

Estas novas possibilidades produtivas e gerenciais voltadas à eficiência econômica passaram a demandar transformações estruturais envolvendo o próprio espaço urbano. Faz-se necessário que a infra-estrutura e os serviços urbanos básicos - energia, transportes, comunicações, saneamento, saúde, educação, cultura, lazer - propiciem as condições para a implantação e o desenvolvimento, em bases competitivas, de novas atividades produtivas, implicando na adequação qualitativa das atividades econômicas presentes. Desta forma, os efeitos das transformações necessárias deflagrariam um efeito em cascata sobre toda a economia local, incluindo os mercados financeiros e de capitais, as redes de informática e telecomunicações, os centros de pesquisa e desenvolvimento, mídia e publicidade, universidades e institutos, serviços médico-hospitalares, consultorias econômico-financeiras, além de toda uma gama de profissionais especializados, todos diretamente envolvidos no apoio ao novo perfil empresarial que se estabelece. Como requisito adicional, mas não menos importante, o paradigma da cidade global mobiliza a qualificação do ambiente urbano como indicador seguro da qualidade de vida e do grau de acessibilidade às demais facilidades e amenidades urbanas disponíveis para seus potenciais novos habitantes.

De fato, o paradigma sugere que as transformações sensíveis no espaço urbano são provocadas principalmente pelas alterações no mercado de trabalho relativas à demanda por mão de obra altamente qualificada, necessária para os serviços de manutenção e sustentação da estrutura produtiva da economia mundializada. Assim,

seria essa reestruturação do mercado de trabalho o fator principal nas transformações no uso da terra e no perfil imobiliário, acentuando a polarização social já existente e produzindo uma nova configuração da segregação urbana. Neste ponto já se apresentam alguns problemas derivados diretamente da aplicação da cidade global enquanto paradigma teórico. Por definição, o *paradigma* se apresenta como ruptura com as lógicas e abordagens que o antecederam, e se constitui em ponto de referência para as práticas que se pretendem como superação dos problemas atuais.

No caso do paradigma da cidade global, a explicação sobre a segregação urbana é reduzida apenas aos fatores econômicos, considerados exclusivamente a partir daquelas determinações oriundas do capitalismo globalizado e, portanto, extrínsecas ao próprio território da metrópole. Ao contrário das explicações clássicas, que discutiam o processo de segregação a partir da dinâmica intrametropolitana entendida como elemento estrutural da própria produção capitalista do espaço, os estudos baseados no novo paradigma parecem sugerir que a apropriação do espaço pelo capital, origem da segregação urbana, decorre exclusivamente da diferença na renda auferida pelos diferentes grupos profissionais. É necessário considerar que o conceito de cidade global foi elaborado a partir da experiência das metrópoles do primeiro mundo, ganhando independência em relação ao seu contexto histórico e cultural de origem para se constituir no instrumento preferencial de análise das metrópoles em geral, como é o caso de São Paulo. Assim, as contradições que emergem como efeito de um processo histórico são entendidas de forma parcial, como atributos do conceito. A polarização social e a segregação urbana passam a ser questões colaterais do processo de globalização e não mais contradições inerentes ao próprio processo histórico. Abstraídas as especificidades históricas, torna-se difícil delimitar as reais dimensões dos processos globais e determinar seu grau de interação com as condições locais. Nesta perspectiva, a racionalidade técnica e a lógica do capital passam a ser os únicos protagonistas possíveis e impõem seus próprios parâmetros e valores, implicando em problemas teóricos consideráveis.

A natureza de tal redução também resulta na dimensão econômica matriz exclusiva para se pensar o espaço e a vida em sociedade, o que configura o chamado *pensamento único*. A cidade passa a ser a materialização do modelo de otimização funcional e produtiva do espaço, como forma típica de apropriação do espaço metropolitano pelas forças econômicas atuantes no processo de globalização[2]. Assim colocada, a questão se atém às determinações do capital globalizado enquanto totalidade que se realiza na ocorrência da cidade global enquanto evento[3].

A necessária discussão se articula por meio das relações entre o global e o local que, na abordagem proposta por Santos (1997), se desenvolve através dos conceitos de *verticalidades e horizontalidades*. Enquanto as horizontalidades se constituem nas relações de contigüidade espacial e têm por base o lugar, as verticalidades prescindem dessa contigüidade e obedecem a uma lógica hierárquica externa, constituindo um sistema cujo rebatimento no território determina o *espaço de fluxos*[4]. É desta forma que se impõem as determinações das economias hegemônicas globais, tendo por instrumento preferencial a tecnologia da informação e por estrutura operacional o próprio espaço urbano. Ao mesmo tempo em que privilegia a importância das verticalidades nos processos de transformação do espaço urbano, o paradigma da cidade global relega a um segundo plano as relações horizontais, incluindo as relações sociais e o cotidiano. Mais que isso, ratifica a perspectiva economicista da vida social enquanto única dimensão existencial possível.

Entretanto, mesmo afirmando o espaço urbano como condição de reprodução do capital, é preciso admiti-lo em sua complexidade, renunciando a soluções simplistas

---

[2] CARVALHO, 2002

[3] *"Um evento é o resultado de um feixe de vetores, conduzido por um processo, levando uma nova função ao meio pré-existente."* (SANTOS, M., 1997, p.76)

[4] CASTELLS, 1999

e redutoras. De acordo com os objetivos deste trabalho, torna-se necessário incorporar a dimensão cultural inerente aos processos produtivos[5]. Ao considerar que a dimensão cultural do espaço toma por referência a perspectiva antropológica da transformação do meio pelo trabalho humano, admite-se que tal processo implique na criação de uma ordem simbólica capaz de organizar toda atividade humana, a linguagem, as crenças, comportamentos, as relações sociais, as concepções de tempo e espaço.

Neste sentido, procede-se como Geertz, *"... acreditando como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias..."*[6]. Daí a relevância das horizontalidades e a importância do lugar como contexto e origem da ordem simbólica, contraparte necessária para a discussão dos modelos generalistas, pré-estabelecidos e unilaterais.

Neste sentido vale lembrar que o "pacote conceitual" que acompanha o paradigma da cidade global inclui a noção de *cultura global*. De fato, considerando que os avanços da tecnologia, o alcance e ubiqüidade dos meios de comunicação constituem os instrumentos da otimização produtiva do tempo, devidamente apropriados pelo programa da globalização da economia[7], pode-se afirmar que também o cotidiano passa a se re-estruturar em função dos novos ritmos impostos. Espaço e tempo são os referenciais e coordenadas básicas de todos os sistemas de representação. Suas diferentes concepções constituem elementos culturais distintivos e fundamentais, que são recriados pelas práticas sociais e processos materiais que servem à reprodução da vida social. Entretanto, as dinâmicas culturais, que envolvem os processos de influência, interação, aculturação e hibridações

---

[5] *"Culture is intertwined with capital and identity in the city's production systems".* (ZUKIN,1999, p.15)

[6] GEERTZ, 1989, p.15

[7] A *compressão espaço-temporal* de Harvey (1992)

culturais[8], não representam novidade e são temas discutidos em profundidade desde muito anteriormente ao surgimento dos fenômenos globalizantes. No limite, pode-se apenas constatar uma tendência à uniformização destas concepções de tempo e espaço, relacionando-as mais diretamente ao processo de urbanização das sociedades do que propriamente à globalização da economia.

Desta forma, a legitimação do paradigma da cidade global, implica numa perspectiva objetivista e redutora da noção de cultura. É tal redução que permite substituir, sem grande prejuízo de significado, a expressão *cultura global* por *novos padrões de consumo*, uma vez que *"... os fluxos culturais entre as nações e o consumismo global criam possibilidades de identidades partilhadas - como consumidores para os mesmos bens, clientes para os mesmos serviços, públicos para as mesmas mensagens e imagens - entre pessoas que estão bastante distantes umas das outras no espaço e no tempo"*[9]. Nesta perspectiva, o estabelecimento de uma cultura global constituiria um recurso estratégico dedicado a implementar as condições necessárias para o estabelecimento e bom funcionamento do processo de globalização da economia. Sua eficácia estaria na proporção direta à sua capacidade em reduzir o cidadão à condição de consumidor e, em um segundo momento, sob a mesma lógica estender seu campo de ação a fim de reduzir a cidade à condição de mercadoria.

Ao manipular os significados envolvidos, por meio de uma retórica eficaz, a lógica mercantil aplicada ao espaço urbano instrumentaliza sua dimensão cultural, principalmente através da imagem da cidade. Assim, sua inclusão nas estratégias e intervenções urbanas emprestam uma aura de boas intenções e de responsabilidade social implícita. Evidencia-se um conflito entre duas lógicas de apropriação do espaço urbano: de um lado, a lógica da mercadoria, que entende o espaço urbano quase que exclusivamente como meio de reprodução do capital, posto que também ele é produto do trabalho social; de outro, a lógica sócio-cultural que, fundamentada

---

[8] v. CANCLINI, 1997

[9] HALL, 1998, p.74

no cotidiano, propõe a apropriação do espaço como meio existencial e *locus* das relações sociais. A lógica mercantil produz uma representação do espaço fundamentada numa racionalidade produtiva. Sua referência é o espaço geométrico, o espaço ideal, neutro, pronto para a apropriação por conceitos e estratégias que se fundamentam em índices de eficiência[10]. Por sua vez, a lógica sócio-cultural fundamenta o lugar como condição existencial e a cidade como processo cultural e produto de seu cotidiano.

Meneses (2003) adverte que, de fato, não existe oposição entre valor cultural e valor de mercado, uma vez que, guardados os devidos contextos e proporções, ambos dizem respeito à capacidade de atender e satisfazer às necessidades humanas e atribuir valores correspondentes ao grau de satisfação oferecida. O problema está exatamente na oposição entre a *lógica cultural* e a *lógica de mercado*, entre a produção de significados e a produção de lucro. Neste sentido, a lógica de mercado visa a utilização da cultura como instrumento para obtenção de lucro financeiro. A imposição da lógica de mercado como principal motor das transformações do espaço urbano não é inédita, como atesta o processo de formação metropolitana, que tem a própria cidade de São Paulo um exemplo bastante eloqüente. O processo de globalização da economia parece reafirmar e acentuar a perspectiva econômica e financeira como diretriz para a vida na metrópole, utilizando-se do paradigma da cidade global como uma versão contemporânea mais eficaz de processos e atributos já conhecidos e consolidados na dinâmica das cidades.

---

[10] LEFEBVRE, 1999, p.141

2.2 Ordenação e Conservação no Espaço Urbano

O status de cidade global tornou-se objeto de desejo das administrações públicas das metrópoles mundiais. As promessas de fluxos financeiros privilegiados com a inserção no seleto grupo de cidades é uma perspectiva sedutora e desloca definitivamente a questão para uma lógica e terminologia características: oferta - procura - competição. É neste contexto que o planejamento urbano se insere como instrumento privilegiado. As críticas que desencadearam sua crise ao longo dos anos 70 estavam centradas, por um lado, na sua excessiva regulamentação e nos mecanismos de restrição ao crescimento da atividade empresarial e, por outro, na sua postura tecnocrática, autoritária e centralizadora. Como resultado, seu alcance tornou-se mais limitado, e sua escala regional foi paulatinamente sendo reduzida, tendendo ao pontual e ao fragmento urbano.

Mesmo naquelas cidades onde jamais foi implantado de forma eficaz, como processo integrador em escala regional, visando horizontes de longo prazo, como o caso de São Paulo, os entraves estruturais e instrumentais aliados às dificuldades políticas relativas à sua implementação foram abrindo caminho para a elaboração e assimilação de uma outra nova modalidade, mais flexível e imediata, capaz de atender às demandas impostas pela nova ordem econômica mundial.

O *planejamento estratégico,* que consolidou suas diretrizes ainda na década de 80, se origina principalmente na identificação de uma crise na centralidade econômica da cidade, propondo a reversão do processo através de sua inserção no cenário da economia global por meio da atração de investimentos do capital internacional. Seu desenvolvimento toma por referência um conceito específico de espaço urbano que, na formulação de Borja (2001), um de seus principais defensores e divulgadores[11], é essencialmente descontínuo, funcional e objeto de ações futuras, um *espaço*

[11] Jordi Borja, sociólogo e urbanista, foi prefeito de Barcelona e responsável pela consultoria aos planejamentos estratégicos de Barcelona, Lisboa, Bogotá e Rio de Janeiro.

estratégico entendido como *espaço econômico.* Não por acaso, são as diretrizes que orientaram o conjunto de obras preparatórias para os Jogos Olímpicos de 1992, e que transformaram Barcelona no seu modelo paradigmático.

O principal fundamento operacional do *planejamento estratégico* consiste na elaboração de grandes projetos, capazes de promover transformações urbanas de impacto regional e a *"geração e reconversão de centralidades no conjunto do território"*[12]. Esses *grandes projetos estratégicos*, centrados na criação de uma infra-estrutura voltada à eficácia do espaço de fluxos, incluem equipamentos culturais e turísticos, que na perspectiva proposta constituem *infra-estruturas econômicas*. Como condição para sua implementação, torna-se necessária a otimização da acessibilidade e mobilidade intra-urbanas, "*essenciais para a competitividade da cidade como meio econômico e para que cumpra sua função de integração social"* [13]. Entretanto, o autor afirma que a centralidade não pode ser produzida apenas pela qualificação das atividades econômicas: *"Somente a existência de espaços e equipamentos públicos, acessíveis, seguros, polivalentes, dotados de qualidade estética e de carga simbólica, quer dizer, culturalmente significativos, cria centralidade"*[14].

Desta forma, a dimensão cultural do espaço urbano se revela um fator estratégico a ser incluído no conjunto de ações de divulgação da imagem da cidade para o mundo. É sobretudo a qualidade da paisagem urbana local que fornece os insumos para a elaboração da *boa imagem* como marca de identidade para a cidade, catalisadora importante de consensos e investimentos da parceria entre a administração pública e a iniciativa privada[15], a partir da qual se articulam as grandes obras necessárias para a inserção da cidade no circuito da economia global. Sob tal perspectiva, a cidade

---

[12] BORJA, 2001, p.70

[13] Ibid.

[14] Ibid., p.71

[15] BORJA; CASTELLS, 1996

passa a ser pensada como empreendimento a ser gerido pelos princípios do planejamento estratégico, e a gestão urbana passa a ser entendida como política de governo, e o marketing de cidades, *city marketing,* cujas origens estão no mercado turístico, se coloca como principal instrumento de divulgação da *boa imagem da cidade* como condição de competitividade internacional[16].

Se na perspectiva do planejamento estratégico o espaço urbano é eminentemente o *espaço econômico,* como afirma Borja, é previsível que a lógica de mercado esteja diretamente envolvida nas principais diretrizes de ação. Sob tal enfoque, a imagem da cidade deve ser necessariamente construída de forma seletiva, utilizando os fragmentos mais fotogênicos e as perspectivas mais favoráveis: "*... as imagens urbanas, força motriz e parte integrante da prática social global, não mais se referem à cidade como um todo. Esta ainda subsiste, é claro, como relíquia na memória biográfica dos mais velhos ou nas operações metonímicas do marketing cultural*"[17].

É em tal contexto que se coloca em questão os programas de requalificação urbana, cujas origens não se encontram nas diretrizes do planejamento estratégico, mas na própria evolução dos conceitos e políticas de conservação do patrimônio edificado. Portanto, não se trata de discutir a pertinência, necessidade, mérito ou validade de tais programas no que diz respeito à qualificação do espaço urbano, mas a contraposição entre seus objetivos originais e sua instrumentalização por meio das imposições inerentes à implantação da nova ordem econômica. Tomando por objeto as regiões centrais, sobretudo o centro histórico das cidades, tais propostas objetivam a recuperação da qualidade do ambiente urbano, inclusive em seus aspectos econômicos, e dedicam atenção especial aos edifícios e conjuntos urbanísticos de outros tempos, elementos responsáveis pela identidade do lugar e referências da memória social. O problema reside, novamente, na aparente

---

[16] *"... a imagem de uma cidade internacional fortemente promovida tem sido em si mesma uma estratégia de internacionalização, e a simples recepção dessa idéia tem sido, por outra parte, identificada como uma mostra de êxito da estratégia".* BENACH, 2004, p. 75

[17] MENESES: 2001, p.12

convergência entre a lógica cultural e a lógica de mercado, que abre a possibilidade de transformação da dimensão cultural em *capital cultural* por meio das estratégias do *city marketing.*

Requalificação, reabilitação e recuperação são termos muitas vezes utilizados como sinônimos, de forma imprecisa, mesmo nos documentos oficiais[18]. Mas o interesse para esta investigação recai sobre a referência comum entre os termos, que é sempre um conjunto de ações e medidas que visa *trazer de volta* algumas qualidades ou condições ao ambiente urbano, apontando para sua regeneração, numa analogia da cidade enquanto organismo vivo. Destas ações resultaria a *revitalização* da área, significando a retomada de uma vida econômica, social e cultural significativa[19]. É neste sentido que se justifica a importância atribuída ao patrimônio ambiental urbano para a presente investigação. Expressão material do processo histórico da cidade e pedra angular dos projetos de requalificação, o patrimônio ambiental urbano evidencia os mecanismos envolvidos no movimento de permanências e transformações e a perspectiva das políticas públicas a respeito da dimensão cultural do espaço urbano.

Os projetos de requalificação colocam a possibilidade de instrumentalização do significado histórico presente no patrimônio ambiental urbano, a utilização de suas qualidades estéticas como condições de produção de recortes espaciais de características raras, que como tal demandam valorização correspondente.

---

[18] *"Réhabilitation urbaine: Procédures visant la remise en état d'un patrimoine architectural et urbain longtemps déconsidéré et ayant récemment fait l'objet d'une revalorisation économique, pratique et/ou esthétique. C'est donc l'ensemble des travaux visant à transformer un local, un immeuble ou un quartier en lui rendant les caractéristiques qui les rendent propres au logement des ménages dans des conditions satisfaisantes de confort et d'habitabilité, tout en assurant de façon durable la remise en état du gros œuvre et en conservant les caractéristiques architecturales majeures des bâtiments.*
"Revitalisation: Processus qui conjugue la réhabilitation architecturale et urbaine des centres historiques et la revalorisation des activités urbaines qui y ont lieu. La revitalisation urbaine englobe des opérations destinées au redémarrage de la vie économique et sociale d'une partie de la ville en déclin. Cette notion, proche de celle de réhabilitation urbaine, s'applique à toutes les zones des villes avec ou sans identité et caractéristiques remarquables." (Pierre MERLIN, P.; CHOAY,F., 1996, p. 702-3)

[19] v. YÁZIGI, 2005

Devidamente apropriado pela alquimia do mercado imobiliário, o valor cultural se transforma em valor financeiro e dá origem a outro fenômeno que vem sendo assunto privilegiado nos meios acadêmicos. A *gentrification*[20] (gentrificação), significando tornar nobre, "nobilitar", constitui a expressão mais clara e atual da utilização mercadológica da dimensão cultural da cidade. Na prática, significa a reabilitação de áreas deterioradas nos centros históricos das cidades, com a incorporação e re-valorização do patrimônio ambiental urbano local. Através do investimento de capital privado e contando com a eventual beneplácito da administração pública no tocante às restrições legais e construtivas, a gentrificação resulta na mudança do perfil social dos habitantes locais, com a expulsão de um contingente menos favorecido para a apropriação de outro, oriundo de camadas sociais financeiramente mais capazes[21].

2.3 O Caso de São Paulo

Embora a gentrificação seja um tema sempre presente nas discussões sobre as cidades mundiais e nos projetos de requalificação, principalmente no que diz respeito aos efeitos segregacionistas no espaço urbano, é importante lembrar que a própria história da metropolização de São Paulo registra como um de seus traços marcante o *padrão periférico*[22], segregacionista por excelência, que constitui elemento

---

[20] SMITH, 1996

[21] *"O conceito de gentrificação foi definido pela socióloga Ruth Glass no ano de 1964, em Londres, ante a evidência empírica de que alguns bairros da capital inglesa possuíam uma dinâmica de mudança que até então havia sido ignorada: a invasão de alguns bairros operários da cidade por parte das classes médias.... "Estas mudanças têm em comum os seguintes elementos: a população com poucos recursos econômicos e culturais é expulsa e substituída por uma nova população com maiores recursos econômicos e culturais; as velhas residências degradadas são reabilitadas ou renovadas; novos empreendimentos comerciais, restaurantes, galerias de arte e bares se estabelecem nos espaços antes ocupados pelo comércio tradicional que permitia a subsistência dos antigos moradores; o espaço público é renovado e protegido daquelas atividades indesejáveis; antigos armazéns situados em áreas industriais são reconvertidos em instalações esportivas servindo às áreas residenciais de luxo; antigas fábricas abandonadas são reabilitadas e convertidas em luxuosos lofts e outros".* (RIGOL, 2005, p.99-100)

[22] FURTADO, 1965

fundamental para o entendimento dos processos de organização do espaço urbano da metrópole. Caldeira (2000), por exemplo, estabelece uma cronologia do espaço metropolitano de São Paulo baseada nos padrões de segregação urbana a partir da década de 40, que se intensifica na década de 50, quando se configuram de forma definida as relações centro-periferia. Tal padrão se consolida nas décadas seguintes até os anos 80 quando, sem negar as fases anteriores, passa a apresentar uma maior proximidade espacial entre os diferentes estratos sociais, devidamente compensada pelos *enclaves fortificados*, uma modalidade de apropriação territorial que se estabelece pelo levantamento de muros e instalação de rígidos sistemas de segurança que tendem a impedir a circulação em áreas comuns.

Assim, no caso de São Paulo, não é possível relacionar diretamente a globalização econômica e seus efeitos à origem da segregação urbana, como é comum nos estudos sobre as metrópoles européias que partem do paradigma da cidade global. Mas, para abordar a questão seria necessário referenciá-la no próprio processo de metropolização paulista a partir do final do século 19, marcado pela primeira crise do café, início da industrialização e pela implantação de diferentes sistemas técnicos fundamentais para a modernização e organização de um espaço metropolitano. A implantação de um sistema bancário, representado pela criação da Caixa Econômica em 1841 e a consolidação do sistema ferroviário, configuram a cidade como centro receptor de riqueza e irradiador de informações e serviços. É neste período que se inicia a fixação de residências dos fazendeiros de café para atender às necessidades relativas à comercialização e captação de mão de obra para as fazendas, e São Paulo passa a se transformar em importante centro comercial, financeiro e de prestação de serviços.

Diante do desenvolvimento acelerado da cidade, em 1850 é aprovada a Lei de Terras, estebelecendo as normas para a regularização da posse da terra e fundamentando o contexto sobre o qual se estabelecerá uma das principais

características do processo de formação territorial de São Paulo, a especulação fundiária e imobiliária[23].

A partir da proclamação da República, São Paulo consolida suas funções de centro comercial, industrial e bancário, concomitantemente com a implantação de novos loteamentos e a conseqüente expansão territorial. Torna-se essencial o uso intensivo da tecnologia de transporte e comunicações então disponível, a rede ferroviária, o telégrafo e posteriormente o telefone, como integrantes da estrutura da produção agro-exportadora e da industrialização crescente. Os fluxos migratórios que paulatinamente se somaram à massa de trabalhadores absorvida pela industrialização, 2,4 milhões de pessoas entre 1878 e 1937[24], vão adensando a ocupação das áreas mais afastadas do centro, desprovidas de infra-estrutura e serviços básicos, terras com baixo valor comercial. Configura-se um incipiente padrão radial concêntrico, tendo como eixos as ferrovias e, posteriormente, rodovias e avenidas, consolidando a ocupação dessas periferias longínquas e sua expansão horizontal ilimitada [25]. Neste período é que se estabelece o padrão de orientação da segregação espacial que persiste até hoje, com a ocupação do quadrante Leste pelas classes populares, induzidas pelas diretrizes de implantação das ferrovias, e do quadrante Sudoeste pelas classes economicamente mais capacitadas.

Também é no início do século 20 que a dimensão cultural da metrópole se consolida e se territorializa no centro tradicional, especificamente no *Triângulo* formado pelas ruas Direita, São Bento e 15 de Novembro. Trata-se de um lugar simbólico por excelência, o espaço nobre da cidade, cuja referência eram as capitais européias, sobretudo Paris, que congregava bancos, casas de chá, serviços públicos e comércio sofisticado. Também é neste período que o planejamento da cidade se impõe como necessidade de organização do espaço caótico, resultante da

---

[23] SOUZA, M.A., 2004, p.562

[24] SILVA, A.M.2001

[25] SOUZA M.A., 2004

sobreposição da dinâmica dos processos econômicos comandados pelo capital internacional à uma estrutura territorial enraizada na economia pós-colonial.

A elaboração do Plano Bouvard, em 1911 que, guardadas as devidas proporções, se constitui como primeiro plano diretor da cidade, visava atender às necessidades funcionais da incipiente metrópole mundial, centradas na resolução dos problemas de saneamento e circulação, mas também se viu obrigado a atender aos conflitos de interesses fundiários dos capitalistas já estabelecidos[26]. Visando a modernização e expansão do centro tradicional da cidade, sua diretriz apontava a necessidade de ultrapassar as limitações geográficas, representadas pelos os vales que conformam a colina central, justificativa para o Viaduto do Chá e a travessia do Anhangabaú como importante marco simbólico.

Souza (2004) encontra já neste período características inequívocas do planejamento urbano praticado em São Paulo que persistem até hoje. Trata-se de uma abordagem que renuncia à consideração do espaço urbano como um todo, preferindo as intervenções setoriais e pontuais, especialmente centradas no sistema viário como diretriz principal, *"... estabelecendo sempre uma íntima relação entre esse instrumento de regulação do uso do solo e os interesses financeiros e imobiliários da Cidade"* [27].

Portanto, nem a segregação espacial, nem a preferência pelas intervenções pontuais com ênfase nos sistemas de circulação constituem inovações oriundas do *planejamento estratégico* ou propostas pelo paradigma da cidade global, mas resultam de condições históricas específicas. No mesmo sentido, permanecem as diretrizes de implantação de obras de infra-estrutura urbana como formas de

[26] SIMÕES JUNIOR, 2004, p. 132

[27] SOUZA, 2004, p. 532

estímulo direto ou indireto à especulação imobiliária[28], processo que se consolida a partir do final da década de 40, sobretudo nos anos 60, conjugando em um mesmo momento a verticalização e modernização do centro e uma expansão horizontal descontrolada na periferia.

Na área central da cidade, a verticalização, simbolizada inequivocamente pela inauguração do edifício sede do Banco do Estado de São Paulo (BANESPA) em 1947, se origina da interação da dinâmica do sistema financeiro ligada ao crescimento industrial, aliada à consolidação do mercado imobiliário e à escassez de lotes livres. É este processo que constituirá um dos principais fatores da saturação acelerada dos sistemas de circulação e transportes que, por seu próprio movimento histórico, determinará posteriormente o abandono do centro e o surgimento de novas centralidades.

Teoricamente, o processo de verticalização tenderia a reverter a expansão horizontal e inibição da formação de periferias. Entretanto, sua implementação foi realizada pela iniciativa privada, devidamente financiada pelo setor bancário, e tinha necessariamente como público alvo as classes sociais mais abastadas, financeiramente capazes de contrair dívidas e motivadas pela status e pela imagem de modernidade ligados à vida em edifícios de apartamentos próximos ao centro, ao lado dos serviços, comércio e demais facilidades. Às classes menos favorecidas continuava restando a alternativa da ocupação ou aquisição daqueles lotes ilegais e longínquos, oferecidos pelos mesmos loteadores que forjaram a *cidade clandestina e ilegal*, aproveitando-se da própria dinâmica de metropolização calcada na segregação urbana, na permissividade e inoperância do estatuto jurídico urbano.

A sobrecarga de tráfego para o sistema viário existente, que passou a demandar constantes reformas e ampliações na área central, tornou-se um fator determinante

---

[28] v. MARICATO, 2000

para o processo de deterioração progressiva das condições de moradia no centro. As crescentes distâncias que separavam os moradores das periferias dos locais de trabalho provocaram também a expansão dos sistemas de transporte com destino à região central, transformada em um colossal nó viário. Numa inversão do processo, a partir do final dos anos 60, seriam as classes mais abastadas e empresas do setor de serviços que buscariam sair da região, então em franco declínio, abrindo espaço para uma população mais pobre que passaria a ocupar as edificações em mal estado de conservação, ou mesmo abandonadas. Os cortiços se instalam em ritmo acelerado como solução precária de moradia e os espaços públicos passam a funcionar como os lugares onde esses grupos sociais estabelecem uma rede de relações voltadas à sobrevivência[29]. A segurança e a ordem pública na área central passam a ser mais um fator negativo na perspectiva da classe média.

É nesse período que na cidade de São Paulo se configuram três diferentes centros: o primeiro compreendendo o centro tradicional, circunscrito pelo *Triângulo* e seu entorno imediato; o segundo se estendendo da Praça Ramos de Azevedo até a Praça da República, incluindo o Viaduto do Chá e o Vale do Anhangabaú; o terceiro na Avenida Paulista, que passa a receber os escritórios e sedes de instituições financeiras e de serviços que começam a abandonar a área central. Assim, o surgimento das novas centralidades se deve à concorrência de condições relativas à perda de qualidade ambiental urbana, ao desinteresse por parte da administração pública para a realização dos investimentos locais necessários à sua recuperação e aos interesses do mercado imobiliário na expansão territorial urbana. Tais fatores evidenciam a natureza do movimento coordenado entre o dinamismo da iniciativa privada e a inércia e omissão do poder público no tocante a propostas de alternativas

---

[29] *"... camelôs, engraxates, desempregados, aposentados, "plaqueteiros", vendedores de ervas, de bilhetes de loteria, de churrasquinho, pregadores religiosos, videntes, prostitutas, travestis, homens e menores de rua, artistas de rua, "rolistas', batedores de carteira, trapaceiros e muitos outros... . É óbvio que há desde grupos mais inseridos na esfera do trabalho, com pequenas práticas transgressivas, até outros mais imersos na marginalidade."* (FRUGOLI, 2000, p.59)

socialmente inclusivas e democráticas a respeito das políticas urbanas e habitacionais[30].

A criação de *novas centralidades* constitui também uma resposta à demanda por espaços empresariais diferenciados e à oferta de melhores condições de moradia, condições que a região central não mais oferecia. Sua implantação depende necessariamente da instalação da infra-estrutura e a realização de importantes intervenções no sistema viário, assumidas pela administração pública, configurando uma atualização do mecanismo já consolidado nas fases anteriores da formação e expansão metropolitana. Vale notar que, sucessivamente, vão ocupando o eixo sudoeste, em direção à calha do Rio Pinheiros, a Av. Faria Lima (1968), a região do Itaim e as avenidas Marginais. Assim, não é surpresa que em 1977 seja inaugurado o Centro Empresarial São Paulo, localizado na Avenida Marginal do Pinheiros, oferecendo uma nova modalidade de espaço empresarial com as condições mais modernas e facilidades tecnológicas então inexistentes em outra região da cidade.

É neste mesmo período, mais precisamente no início dos anos 80, que se inicia a ocupação da Av. Luis Carlos Berrini, também próxima à Marginal do Pinheiros, com a implantação de torres comerciais de padrão arquitetônico diferenciado. Segundo os especialistas, são os primeiros exemplares da arquitetura pós-moderna em São Paulo, realizados em sua maioria pela incorporadora e construtora Bratke e Collet, também responsável pelo loteamento da área. A *Operação Urbana Faria Lima* (1995) constitui a mais recente ação da administração pública em tal processo. Objetivando a extensão do já consolidado eixo empresarial e comercial, a Av. Faria Lima, agilizou a interligação com as Marginais do Pinheiros. Sua implantação cortou três bairros e resultou na total reestruturação da configuração e funcionamento daquela área.

---

[30] CAMARGO et alii, 1973

Assim, as características dos movimentos de expansão urbana e a consolidação de novas centralidades evidenciam a predominância do sistema viário como fundamento estrutural das transformações do espaço urbano. Nesta perspectiva, a cidade como um todo constitui um sistema de organização de fluxos, compreendendo a circulação de bens, mercadorias, informações e pessoas. A cidade entendida enquanto *espaço de fluxos* é o meio através do qual se estabelecem as *verticalidades*[31], correspondendo à predominância do tempo de produção e circulação da troca - o tempo de giro do capital - sobre o espaço, e à necessidade de remoção das barreiras espaciais para a otimização do lucro financeiro, que Harvey identifica como condição para "*a aniquilação do espaço através do tempo*"[32]. Entretanto, o espaço urbano enquanto fluxo não oferece as condições necessárias para que se estabeleça como *locus* do cotidiano e da socialização e, desta forma, se contrapõe à noção de espaço social enquanto território das relações humanas.

Estabelecido o contexto, a proposta do centro de São Paulo como objeto de pesquisa se refere à atualização das questões referentes às centralidades urbanas sob o enfoque de suas dimensões culturais, representadas pelo patrimônio ambiental urbano. A importância da Cidade como objeto de estudo pode ser avaliada pelo expressivo número de publicações, eventos, fóruns e discussões que, para além do espetáculo midiático e oportunismo da indústria cultural, refletem o interesse dos mais diversos setores da sociedade e áreas do conhecimento. Sua área central, que concentra a maior parte do patrimônio edificado e dos bens tombados pelos órgãos oficiais, vem acumulando os efeitos progressivos de um longo processo de deterioração e abandono, reflexo das próprias dinâmicas responsáveis por sua transformação no tempo. Neste sentido, o sintomático aparecimento de movimentos de recuperação e revitalização da área central da cidade constitui importante indicador do campo de forças sociais e interesses envolvidos.

---

[31] v. SANTOS, 1997

[32] HARVEY, 1992, p.212

Embora o interesse na conservação do patrimônio arquitetônico adquirisse especial importância a partir do final da década de 60[33], as intervenções da administração pública visando a requalificação da região central se estabelecem a partir dos anos 70, deflagrada pela implantação do sistema metroviário. Reforçando a diretriz que prioriza o sistema viário e o transporte de passageiros, as intervenções urbanísticas originadas pela implantação do metrô paulistano, que invariavelmente transbordavam para além de sua funcional necessária, produziram transformações de grande impacto, sobretudo na re-estruturação do espaço público, caso da Praça da Sé, Largo de São Bento, Praça da República e Ladeira da Memória[34]. O caráter de tais intervenções permite afirmar uma determinação funcionalista na noção de espaço urbano que permeia as ações e a perspectiva da administração pública.

É somente na segunda metade da década de 70 que surge formalmente um *Plano de Revitalização do Centro*[35], ampliando a implantação das ruas exclusivas para pedestres, os *calçadões,* iniciando reformas e restaurações em edifícios e conjuntos de significado histórico, como o Edifício Martinelli, o Viaduto Santa Ifigênia e o Pátio do Colégio, além da realização de um inventário de imóveis e edificações de interesse histórico. No início dos anos 80 a principal iniciativa voltou-se para a reurbanização do Vale do Anhangabaú, por meio de um concurso público que acabou premiando o projeto de Jorge Wilheim e Rosa Kliass, propondo o remanejamento do complexo viário Norte-Sul para o subterrâneo de uma grande praça que unificava o Vale, antes dividido. Sua execução sofreu interrupções diretamente derivadas das mudanças de gestão na prefeitura da cidade, e só foi concluída em 1991. A reurbanização do Vale do Anhangabaú resultou numa seqüência de projetos que, de certa forma, deram continuidade ao processo de

---

[33] Em 1968 é criado o CONDEPHAAT, Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, órgão responsável pela gestão do patrimônio cultural no nível estadual.

[34] v. YÁZIGI, 2003, p. 196

[35] Gestão Olavo Setúbal, de 1975 a 1979

renovação: o *boulevar São João*, que propunha a integração do início da avenida ao Vale reurbanizado por meio da circulação exclusiva para pedestres; o *programa piloto de ordenação da paisagem,* que tinha por objetivo combater a sobrecarga visual causada por painéis de propaganda e anúncios publicitários; a restauração de alguns dos edifícios de valor histórico, como o Teatro Municipal, a Biblioteca Mário de Andrade, o Edifício dos Correios, o conjunto Igreja-Mosteiro de São Bento; a reurbanização parcial do Parque D. Pedro II, especialmente do Palácio das Indústrias, adaptado para receber a sede da prefeitura de São Paulo. Este último se destaca como ação de caráter simbólico, propondo a volta do poder público à região como ato de restauração da centralidade. Entretanto, nenhuma destas intervenções logrou reverter o processo de fuga de empresas, o esvaziamento econômico ou a deterioração generalizada da região central.

A partir de 1991, a discussão sobre a requalificação do centro passa a ser centralizada pela *Associação Viva o Centro – Sociedade Pró-Revalorização do Centro de São Paulo,* organização criada com a intenção de defender os interesses de proprietários de imóveis localizados em áreas em processo de deterioração e estabelecer-se como interlocutora preferencial com o poder público, no sentido de viabilizar projetos de revalorização daquelas áreas [36]. Neste sentido, a organização propõe a criação de uma contraparte oficial, representando o lado público da parceria, um órgão dedicado exclusivamente a viabilizar a discussão das propostas elaboradas pela *Viva o Centro.* A resposta oficial foi a criação do *ProCentro,* coordenado pela Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano[37]. A abordagem da Associação toma por referência o estudo de experiências de recuperação urbana em outros países na busca de um modelo de intervenção capaz de conjugar e coordenar as ações privadas e públicas de forma eficaz. Uma idéia geral das linhas de ação propostas pela organização é sugerida por sua iniciativa na

[36] MEYER et al., 1993, apud. FRUGOLI 2000, p. 69.

[37] Para um maior aprofundamento sobre a estrutura e modo de atuação da *Associação Viva o Centro*, v. FRUGOLI (2000).

organização do *Seminário internacional Centro XXI*, em 1995 que, além de promover os necessários debates e confronto de idéias a respeito da revitalização dos centros urbanos, trouxe como principal atração a apresentação do *modelo Barcelona* de renovação urbana pelo próprio Jordi Borja.

Foi também por iniciativa da *Viva o Centro,* em 1992, que foi elaborado o projeto de reforma da Praça do Patriarca, concluída dez anos depois, entregue à Prefeitura que o incluiu nos planos de obras realizadas com recursos provenientes da Operação Urbana Centro. A natureza da proposta do arquiteto Paulo Mendes da Rocha confronta os princípios tradicionalmente adotados em intervenções que envolvem o patrimônio histórico edificado a ponto de, antes da inauguração, a Promotoria de Habitação e Urbanismo contestar a interferência da construção na visualização da Igreja de Santo Antônio, um bem tombado. As formas e a situação do objeto se referem à idéia de pórtico, um portal de acesso, um marco na paisagem simbolizando de forma clara e inequívoca a entrada em um fragmento diferenciado da cidade. *"O estilo, próprio de uma arquitetura contemporânea, valorizava a noção do novo, afastando a idéia de uma fixação apenas no passado e lançando a relação passado-presente-futuro*[38]*."*

Posteriormente, a EMURB decidiu integrar a nova Praça do Patriarca ao projeto *Corredor Cultural*[39], um dos componentes do *Plano Reconstruir o Centro*, datado de 2001, que visava coordenar as intervenções propostas para a região, e do qual também fazia parte o projeto *BID-Monumenta,* voltado especificamente para a área do Bairro da Luz. O projeto *Corredor Cultural* composto por um conjunto de intervenções articuladas de forma linear, ligando a Praça D. José Gaspar à Praça do Patriarca, propõe uma perspectiva diferenciada em relação ao padrão das intervenções urbanísticas que visam a requalificação do Centro. O projeto tinha

---

[38] PINTO, M.; GALVANESE, H., 2006

[39] v. ANEXO A

como proposta a *interligação* de diferentes pólos de atividades culturais e edifícios de interesse histórico por meio da re-estruturação da malha de espaços públicos abertos, ruas, praças e calçadas, através do padrão diferenciado da pavimentação e alteração da largura de ruas e calçadas.

Desta forma, o partido de projeto visava a qualificação do espaço do pedestre, partindo da premissa do caminhar como atividade que fundamenta a recuperação do espaço do cotidiano pelo uso, proporcionando as condições para que o patrimônio edificado se torne significativo enquanto espaço vivido. As intervenções previstas incluíam a troca de piso nas calçadas e criação de galeria técnica, nivelamento do leito carroçável, remodelação do mobiliário urbano, reordenação de faixas e linhas de ônibus e alargamento das calçadas na Rua Xavier de Toledo. Previa ainda a instalação de uma ampla garagem subterrânea sob do leito da Rua Xavier de Toledo, propiciando a integração intermodal de transportes como resposta às posturas que insistem em ligar a decadência econômica da região à impossibilidade de acesso da elite motorizada. Desnecessário dizer que as costumeiras injunções políticas e assincronias tecnocráticas, comandadas pelos órgãos responsáveis pela engenharia de tráfego, ciosos da manutenção das condições fluxo do transporte coletivo, não apenas desvirtuaram o projeto original como permitiram apenas sua execução de forma parcial e incompleta[40].

Desta forma, fica estabelecida a importância de abordar a questão das dinâmicas urbanas e suas relações com o patrimônio ambiental urbano, tomado no sentido de representação privilegiada da perspectiva oficial sobre as dimensões culturais da cidade. Entretanto, esta abordagem não implica na necessidade de se estabelecer uma cronologia sistemática cujo alcance se remeta às origens e fundação da cidade. A periodização que nos interessa mais diretamente diz respeito àquelas diferentes fases de evolução da metrópole, que colocam em foco o processo histórico em

[40] PINTO, M.; GALVANESE, H., 2006

relação aos modelos teóricos originados pela lógica da globalização, a fim de explorar as confrontações que ocorrem entre as dimensões econômicas e culturais.

Admitir a historicidade do espaço urbano implica em aceitar a co-existência de objetos e arranjos de diferentes tempos, que através de adaptações e combinações acabam por gerar as transformações e a duração das permanências. *"O presente das cidades, portanto, resulta de um trabalho continuado de reinterpretação dos lugares"*[41]. Lepetit (2001) afirma que essa co-existência de objetos de idades diferentes sugere algumas regras de transformação das formas urbanas. Assim, a rede viária seria mais duradoura que o loteamento e os lotes resistiriam mais que os imóveis neles implantados. Entretanto deve-se admitir que a referência do autor é a experiência européia e a densidade histórica de suas cidades, o que implica numa outra escala de duração e permanência na paisagem urbana. Desta forma, guardando a devida cautela, pode-se afirmar que grande parte dos traçados das vias e caminhos originais da região central da cidade de São Paulo, condicionados pelas características fisiográficas de seu território, resistem mais ao longo do tempo que seus edifícios, que raramente completam um século de existência. Note-se que a referência aqui é o traçado, o eixo projetual das vias, e não sua largura, pavimentação ou demais características, que são submetidas às constantes modificações implementadas no sistema viário da metrópole em função da sua adequação funcional ao longo do tempo, pois conforme exposto anteriormente, o sistema viário responde como fundamento estrutural das transformações do espaço urbano.

De forma mais específica, de acordo com o enfoque adotado, considera-se que tais transformações se tornaram mais significativas, intensas e decisivas a partir da década de 60. A adoção desse recorte temporal como período de interesse encontra

[41] LEPETIT, B., 2001, p. 83

respaldo em grande parte dos autores que se dedicaram ao assunto[42], e é corroborado também pela concorrência de importantes fatores e eventos :

- A partir de 1964 passa a haver *"... uma modernização metropolitana: infra-estrutura – água e esgoto, metrô, legislação urbana e planejamento urbano para uma parte da cidade. Amplia-se a intervenção do estado no urbano"*[43];

- A intensificação do processo de verticalização da cidade;

- O início das obras do Metrô de São Paulo, que implicou em intensa reestruturação física e territorial da área central da cidade, a partir de 1968;

- A criação do CONDEPHAAT, órgão responsável pela gestão do patrimônio cultural no Estado de São Paulo, em 1968, indicador da necessidade de contraposição da perspectiva histórica e social aos processos de transformação do espaço urbano;

- A implantação das ruas de tráfego exclusivo para pedestres a partir de meados da década de 70, os calçadões, que em conjunto com a reestruturação da área central deflagrada pelas obras do Metrô apontam para uma proposta urbanística diferenciada em relação ao espaço público;

- O início de uma discussão mais conseqüente sobre as diretrizes oficiais de ação para os possíveis projetos de revitalização do Centro como resposta à fuga das empresas, estagnação econômica e deterioração da qualidade de vida na região.

Entretanto, uma definição mais precisa de um recorte territorial significativo é tarefa

---

[42] SOUZA, 1994, 2004; SCARLATO, 2005; MEYER, 2004.

[43] SOUZA, 1994, p. 51

problemática, como pode ser constatado a partir das diversas denominações atribuídas à área em questão. *"Centro Histórico", "Centro Tradicional", "Centro Velho", "Centro Novo", "Centro Expandido"*, são apenas parte das expressões que, não apenas comprovam a complexidade do problema, mas que oferecem uma referência no processo histórico da cidade. Numa primeira aproximação, pode-se afirmar que, dependendo dos diferentes enfoques e finalidades, as perspectivas que se oferecem têm produzido denominações que se referenciam em recortes territoriais não coincidentes. Assim, uma definição do recorte territorial adotado deve considerar, em primeiro lugar, a parte comum a todas aquelas diversas denominações atribuídas à área central citadas anteriormente. Admite-se como premissa que tal recorte territorial deva guardar a identidade e as principais características a que se referem essas diversas noções de centro da cidade. Mais especificamente, este recorte deve abranger aqueles espaços públicos que, embora modificados em sua morfologia original, se apresentam como referências espaciais relativamente estáveis ao longo do tempo, na perspectiva do habitante e da experiência vivida. Desta forma, a Praça da Sé, a Praça da República, o Viaduto do Chá, o Vale do Anhangabaú, a Praça D. José Gaspar, a Praça Ramos de Azevedo, o Largo de São Bento, a Praça do Patriarca, o Largo de São Francisco e o Pátio do Colégio são referências necessárias, mesmo porque estão incluídos em todas as iniciativas de recuperação do Centro, seja como objeto ou componentes importantes das estratégias propostas.

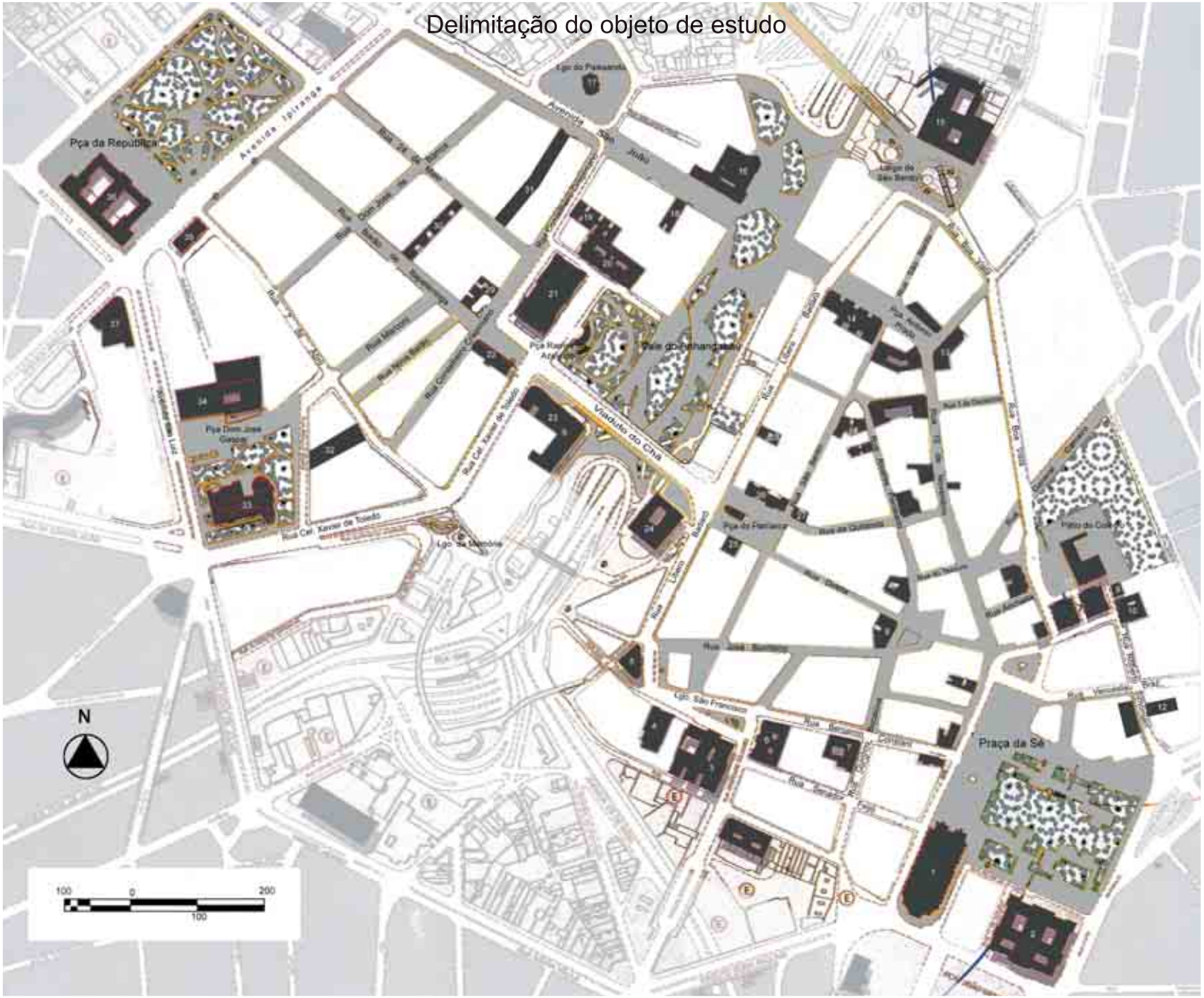
A fim de corroborar a definição do recorte espaço-temporal adotado, vale destacar os seguintes fatores enquanto critérios adicionais:

- A incorporação simultânea de parte do chamado *'Centro Velho'* e parte do *'Centro Novo'*, tomando como referência a principal via de ligação entre eles: o Viaduto do Chá – Vale do Anhangabaú. Tal referência é obrigatória e corresponde historicamente ao primeiro movimento de expansão da cidade em direção a Oeste, numa tendência que, como vimos, se desenvolve até hoje.

- A abrangência de parte considerável do conjunto de bens tombados pelos órgãos oficiais responsáveis pela gestão do patrimônio ambiental urbano na cidade de São Paulo. Incluem-se também outros elementos que, embora não tombados, constituem pontos de referência para a população da região central.
- Dentro da perspectiva de que a cidade tem como uma de suas principais funções o ordenamento dos fluxos de circulação, a justaposição do sistema metroviário, importantes avenidas que articulam as diversas regiões da cidade, ruas de tráfego restrito de veículos e ruas exclusivas para pedestres evidencia características históricas específicas da área em questão.

O mapa a seguir representa o recorte territorial resultante do rebatimento dos critérios adotados.

Delimitação do objeto de estudo



Relação de edifícios de importância histórica e cultural

1. Catedral da Sé
2. Palácio da Justiça
3. Ed. Faculdade de Direito da USP
4. Igreja de S. Francisco
5. Ed. Saldanha Marinho
6. Escola Alvares Penteado
7. Casa das Arcadas
8. Ed. Antiga Radio Record
9. Casa n. 1
10. Casa da Marquesa de Santos
11. Conjunto do Pátio do Colégio
12. Ed. Sede Classes Laboriosas
13. Ed. Banespa
14. Ed. Martinelli
15. Colégio e Monastério de São Bento
16. Ed. dos Correios
17. igreja de N.S. do Rosário
18. Conservatório Dramático e Musical
19. Cine Marrocos
20. Antigo Hotel Esplanada - Sede Votorantin
21. Teatro Municipal
22. Ed. Antigo Mappin
23. Ed. Alexandre Mackenzie- Shopp. Light
24. Ed. Matarazzo -Sede Prefeitura SP
25. Igreja de Sto. Antonio
26. Ed. Patriarca n.56-96
27. Ed. Antiga casa Fretin
28. Ed. Sampaio Moreira
29. Ed. Glória
30. Galeria Guatapará
31. Ed. Grandes Galerias- Galeria do Rock
32. Galerias
33. Biblioteca Municipal
34. Galeria Metrópole
35. Ed. Esther
36. Ed. Colégio Caetano de Campos
37. Ed. Itália

Elaborado por Eduardo Geraldes, 2006 Fontes: Cartas Município de São Paulo- folha Cerqueira Cesar - Emplasa- 1981 ; Mapa Emurb/ Associação Viva o Centro- 2001

Legenda: áreas verdes vias e áreas exclusivas de pedestres edifícios de importância histórica e cultural

3 PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO, LUGAR E PAISAGEM

> *"O mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; ele é o meio natural e o campo de todos os meus pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas. A verdade não habita apenas o "homem interior", ou, antes, não existe homem interior, o homem está no mundo, é no mundo que ele se conhece."* (MERLEAU-PONTY, 1999, p.6)

No sentido de abordar as relações entre as dinâmicas urbanas e as dimensões culturais do espaço urbano, a estratégia proposta considera o recorte territorial que constitui o objeto de estudo a partir das três dimensões que o caracterizam qualitativamente. *"Não se trata de estratos, segmentos ou compartimentos, nem de propriedades diferentes, formas diferentes, efeitos diferentes, mas de focos diferentes para a observação da natureza, estrutura, funcionamento e transformação de uma realidade altamente complexa e dinâmica"* [1].

A primeira dimensão, a *cidade-artefato*, corresponde àquelas características de natureza física, apropriada segundo padrões socialmente acordados - forma, função e significado - que podem ser aferidos pela história dos padrões locacionais, configurações topográficas, traçados urbanos, arranjos espaciais, formas arquitetônicas, equipamentos e objetos. A dimensão de *artefato* implica necessariamente numa segunda dimensão: o *campo de forças* sociais envolvidas em sua produção e transformação, compreendendo os conflitos, interesses e os confrontos entre as normas e os usos, entre a propriedade e a apropriação. Simultaneamente, o artefato-produto social também é o vetor que permite sua reprodução, de acordo com os processos de formação e transformação do espaço urbano. É isto que constitui a terceira dimensão, *a imagem*. Assim, *"as práticas que dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato, também*

[1] MENESES, 2003,p.3

lhe dão sentido e inteligibilidade e, por sua vez, alimentam-se, elas próprias, de sentido. Por isso, a cidade é também representação, imagem. A imagem que os habitantes fazem da cidade ou de fragmentos seus é fundamental para a prática da cidade" [2].

Com base nesta estratégia, propõe-se a abordagem do objeto de estudo enquanto *artefato*, *campo de forças* e *representação/imagem*. A dimensão de *artefato* se expressa na materialidade dos arranjos e configurações espaciais dos objetos e oferece como indicadores:

- as características topográficas e morfológicas (que por sua vez implicam nos diferentes graus de acessibilidade física e visual);
- as diferentes modalidades e possibilidades de acesso;
- as possibilidades de deslocamento e permanência;
- os limites e fronteiras territoriais;
- as relações entre espaços vazios e construídos;
- o grau de verticalização e concentração;
- os monumentos, marcos na paisagem, referências espaciais, incluindo os bens patrimoniais tombados.

A dimensão de *campo de forças*, processo/ produto social, tem como expressão mais evidente as relações que se estabelecem entre as configurações funcionais, oriundas do planejamento e imposições normativas, e as diferentes formas alternativas de utilização adotadas pela população local. Trata-se da concordância ou das modalidades de subversão da função (programática) através do uso (pragmático), tornando evidentes as relações e conflitos entre os diferentes agentes e extratos sociais. Esta dimensão se evidencia:

- no discurso oficial sobre o patrimônio ambiental urbano expresso na legislação, projetos e intervenções no espaço urbano;
- nas modalidades de uso presentes nas vias e espaços públicos;
- nos graus de densidade de uso e ocupação do espaço;

[2] MENESES, 2003,p.3

- no estado de conservação e manutenção do espaço urbano e as intervenções visuais na paisagem local.

A dimensão de *imagem* não toma por referência única os aspectos visuais, mas deve ser considerada em um sentido mais amplo, a imagem enquanto representação,seja icônica-visual, seja enquanto expressão do imaginário, a imagem mental, em cuja formação os diversos discursos e a mídia são fundamentais. Esta *representação/imagem* é de fato a matéria prima sobre a qual se produzem as narrativas dos habitantes, o *hipertexto-matriz* dos textos intersubjetivos. Assim, sua abordagem implica também numa análise das relações entre o discurso oficial, suas ações e práticas, do papel da imprensa enquanto formadora de opinião e as formas de assimilação destes discursos pela população local. Esta dimensão inclui:

- matérias publicadas na imprensa a respeito do assunto;
- a perspectiva do habitante;
- a imagem fotográfica.

A abordagem proposta implica em procedimentos metodológicos distintos, porém convergentes e simultâneos, em sintonia com as diferentes dimensões da cidade descritas anteriormente, o que permite também a adoção da *triangulação* como forma de validação das evidências[3]. Considera-se que o espaço urbano está representado por diferentes modalidades de *textos*, no sentido estabelecido pela hermenêutica, que servem de matriz para as diversas narrativas, identidades e referências. De um lado, comparece a cidade em sua dimensão normativa, representada pela legislação regulamentos e instruções. De forma concorrente, situa-se a dimensão construída a partir da opinião pública e da mídia, como uma das possíveis perspectivas dos processos e ações que constituem o espaço público. De outro lado, as práticas sociais que constituem o cotidiano e espaço vivido. Levando em conta que *"o fenômeno urbano, tomado em sua amplitude, não pertence a nenhuma ciência especializada"*[4] , uma abordagem referenciada no quadro teórico e metodológico proposto, enfoca necessariamente o território

[3] v. YIN, R. 1988

[4] LEFEBVRE, 1999, p.57

através da espacialidade do cotidiano em relação às dimensões normativas. Neste sentido, os procedimentos adotados visam fornecer os elementos necessários para o processo de análise e interpretação a fim de produzir os subsídios necessários para a elaboração de critérios e condições de constituição de um patrimônio ambiental urbano significativo:

- a perspectiva oficial sobre o patrimônio ambiental urbano, a partir das normas e legislação pertinente;
- a perspectiva da opinião pública, a partir do exame de matérias publicadas nos jornais;
- entrevistas, questionários semi-estruturados e depoimentos da população local, colhidos em trabalho de campo;
- o percurso sistemático de trajetos pré-definidos, a partir de duas modalidades:

  -o percurso solitário, no qual o pesquisador estabelece seu horizonte e os referencia por meio da experiência pessoal enquanto mundo vivido;

  -os percursos acompanhados, nos quais o papel do pesquisador é o de ouvinte interessado, recolhendo as indicações e afirmações espontâneas dos acompanhantes em busca de referências e indicações significativas;
- a documentação fotográfica in-loco visando destacar aspectos relevantes para a análise proposta;
- a elaboração de mapas e plantas como forma de orientar a apresentação dos dados recolhidos e procedimentos realizados.

3.1 A Dimensão Normativa

Procura-se enfocar a noção de patrimônio histórico e cultural a partir do discurso oficial, buscando identificar na leitura dos documentos mais significativos, indicações dos pressupostos e critérios referentes à inserção da dimensão cultural nas políticas de gestão do espaço urbano. Assim, não se pretende realizar uma análise exaustiva sobre a totalidade das leis, normas e regulamentos que dizem respeito ao tema do patrimônio ambiental urbano, nem existe a intenção de discutir a fundo as questões relativas aos instrumentos legais e

jurídicos de proteção aos bens patrimoniais, tema pertinente ao direito urbanístico e seus especialistas. Deste modo, a análise proposta incluiu os seguintes documentos:

- Decreto-Lei Federal n.25, de 30 de novembro de 1937
- Constituição Federal
- Lei Federal 10.257, de 2001 (Estatuto da Cidade)
- Constituição Estadual Paulista (1967)
- Lei Estadual 10. 247 de 1968 (Criação do *Condephaat*)
- Decreto-Lei Estadual n.2, de 1969
- Decreto Estadual 13.246, de 1979
- Lei Municipal 10.032, de 1985 (criação do *CONPRESP*)
- Lei n.o 13.430, de 2002 (Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo)

A noção de patrimônio, enquanto referência da identidade e da memória de determinada coletividade, está assentada na idéia moderna de Estado-Nação. A nacionalidade está definitivamente vinculada a uma dimensão simbólica, da qual o patrimônio cultural, em sua concepção mais ampla, é fundamento. Cabe ao Estado Nacional, portanto, a instituição de regras e práticas especificas no sentido de proteger e assegurar o amplo acesso a esses bens. No caso brasileiro, a promulgação do Decreto-Lei n.25, de 30 de novembro de 1937, organizou a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e instituiu o tombamento como instrumento jurídico. Pioneiro na abordagem do tema e em sintonia com seu contexto histórico, a noção de patrimônio então adotada se restringia aos bens materiais de excepcional valor arqueológico, etnográfico ou artístico. Era de se prever que a atualização e adequação do conceito ao contexto contemporâneo demandasse importantes revisões ao longo do tempo.

A monumentalidade, a excepcionalidade e a materialidade não mais poderiam ser considerados os principais critérios de proteção. Os produtos da cultura popular, o vernacular e as manifestações culturais não materiais foram incluídos como patrimônio significativo. Passou-se a valorizar não somente os vestígios de um

passado distante, mas também a contemporaneidade, os processos, as técnicas e formas de produção[5].

A evolução conceitual que resultou nessa nova dimensão do patrimônio foi progressivamente absorvida pela legislação, fato corroborado pela Constituição Federal vigente, que em seu Artigo 216 define o patrimônio cultural em termos de *"... bens de natureza material e imaterial, ... portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira ..."* incluindo as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988). A ampliação do conceito passa a abranger a totalidade das representações culturais às quais se atribuem valores, mas o critério de seleção ainda se subordina ao papel e importância na formação de uma identidade nacional. Por outro lado, é clara a referência à cultura através de um enfoque antropológico, especialmente à cultura enquanto conhecimento, *"...todo conhecimento que uma sociedade tem de si mesma, sobre outras sociedades, sobre o meio material em que vive e sobre sua própria existência"* [6].

Quanto às garantias de acessibilidade a esses bens, o Artigo 215 afirma que *"O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional ..."*. No mesmo sentido, a Emenda Constitucional n.o 48 de 2005 propõe a criação do Plano Nacional de Cultura, a ser regulamentado em lei específica, visando a integração de ações do poder público para defender e valorizar o patrimônio cultural, promover a produção e difusão de bens culturais, formar pessoal capacitado e *"democratizar o acesso aos bens de cultura"*.

---

[5] *"Nesse contexto, por exemplo, não mais apenas os conjuntos urbanos homogêneos, representativos de um determinado período histórico, passaram a ser merecedores de proteção ou atenção oficial. O patrimônio cultural, considerado em toda a amplitude e complexidade, começa a se impor como um dos principais componentes no processo de planejamento e ordenação da dinâmica de crescimento das cidades e como um dos itens estratégicos na afirmação de identidades de grupos e comunidades, transcendendo a idéia fundadora da nacionalidade em um contexto de globalização"* (SANTOS, C.R., 2001, p.46).

[6] BOSI, 1993, p.43

A Constituição também aponta o município, âmbito do uso e fruição desses bens culturais, como principal responsável pela implementação de políticas e ações de proteção. No seu Artigo 30 afirma que *"Compete aos municípios promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual".* Mais que isto, admite a estreita relação entre o planejamento urbano e esse patrimônio, atribuindo ao município competência exclusiva para *"...promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano"*[7]. Dentro da perspectiva da função social do espaço urbano, o Artigo 182 afirma que *"A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes",* visando promover a intervenção nos mecanismos de exclusão social através da elaboração e execução de Planos Diretores e estratégias específicas de uso e ocupação do solo.

Tais estratégias, que comparecem no Estatuto da Cidade (Lei 10.257, 2001) sob a forma de *Instrumentos da Política Urbana*, incluem, por exemplo, a outorga onerosa (solo criado), as operações consorciadas urbanas, a edificação compulsória, o IPTU progressivo no tempo, as Zonas Especiais de Proteção Ambiental ou Cultural. O Estatuto, cujo objetivo é estabelecer as diretrizes gerais da política urbana, estabelecendo *"o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana"*, aponta para uma perspectiva democrática e participativa da gestão das cidades, prevendo a *"cooperação entre os governos, a iniciativa privada e os demais setores da sociedade no processo de urbanização, em atendimento ao interesse social"*[8].

Especificamente, uma das suas diretrizes diz respeito à *"proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural,*

---

[7] BRASIL, 1988, art. 31.

[8] BRASIL, 2001

histórico, artístico, paisagístico e arqueológico". Neste sentido, institui o *estudo prévio de impacto de vizinhança* – EIV – a ser regulamentado por lei municipal, com a função de *"contemplar os efeitos positivos e negativos do empreendimento ou atividade quanto à qualidade de vida da população residente na área e suas proximidades, incluindo a análise, no mínimo, das seguintes questões: adensamento populacional; equipamentos urbanos e comunitários; uso e ocupação do solo; valorização imobiliária; geração de tráfego e demanda por transporte público; ventilação e iluminação; paisagem urbana e patrimônio natural e cultural"*[9].

Posta desta forma, a legislação federal revela uma perspectiva bastante ampla da questão, capaz inclusive de compreender a dimensão cultural como parte fundamental das políticas urbanas e da gestão democrática da cidade. Também fica patente que é no âmbito municipal que tais questões têm lugar, cabendo à administração municipal o estabelecimento de normas e ações, de acordo com as diretrizes estabelecidas. Note-se a preocupação em afirmar a necessidade de proteção, preservação e recuperação ambiental, incluindo na mesma categoria o ambiente natural e o ambiente construído, o que permite presumir que é o habitat humano o objeto e foco fundamental da proteção.

Entretanto, o tratamento genérico que o documento dá à questão, aliado à transferência da maior parte das responsabilidades para a administração municipal, parece indicar certo descompromisso com as reais possibilidades de aplicação do Estatuto. Ao não considerar as diferenças regionais, a heterogeneidade das estruturas administrativas municipais, ou prever a necessária disponibilidade de recursos, inclusive para a formação de pessoal capacitado, o documento parece se ater a um discurso que não se vincula necessariamente à realização das diretrizes propostas.

Mas para que se examine mais atentamente a questão a partir do âmbito municipal, principal responsável pela implementação das políticas urbanas e pela gestão do patrimônio, torna-se necessário examinar previamente a questão sob a

[9] BRASIL, 2001, seção XII, art.36

perspectiva estadual, que no caso do estado de São Paulo, apresenta alguma especificidade. Criado em 1968, dois anos antes do encontro de secretários estaduais e municipais promovido pelo MEC, que visava estabelecer estratégias de complementação e descentralização das políticas de defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o *Condephaat* tornou-se pioneiro na abordagem e discussão das questões teóricas e metodológicas relativas ao patrimônio. De fato, assumiu progressivamente, no Estado de São Paulo, o papel que caberia ao IPHAN, como atesta o fato de *"...o Iphan não ter tombado nenhum centro histórico no Estado de São Paulo, situação única no Brasil..."*[10]. A explicação de tal fato oferece algumas hipóteses. Pode-se presumir que se admita a premissa de que uma maior proximidade e, portanto maior agilidade administrativa e burocrática, implique num importante passo para a pretendida descentralização. Uma segunda hipótese aponta para o reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo *Condephaat* como suficientemente significativo para o avanço da discussão e implementação das políticas patrimoniais, justificando sua autonomia relativa. A hipótese menos otimista faz presumir uma simples transferência de responsabilidades. Supondo a veracidade das hipóteses mais otimistas e suas possíveis repercussões, é certo que a inserção da dimensão cultural nas diretrizes de planejamento urbano, conforme estabelece a Constituição e as normas federais, apresenta problemas e questões de natureza política e legal a se considerar.

Embora seja consenso que o uso e o acesso aos bens culturais constitua a principal justificativa e forma de legitimação de medidas para sua proteção, a rigor, como os demais órgãos de preservação estaduais, o *Condephaat* *"... não conta nem com mandato legal, nem com legitimidade política, nem com qualquer forma de articulação institucional ou operacional, nem, enfim, com quadros ... para atuar como órgão de ordenação, planejamento e desenvolvimento urbano (ainda que orientado para a proteção e, sobretudo, mobilização e potenciação dos atributos culturais em benefício da cidade e dos cidadãos)*[11]*".*

---

[10] SANTOS, C.R., 2001, p.44

[11] MENESES, 2003, p.10

Paralelamente, embora a problemática do patrimônio ambiental urbano seja de natureza essencialmente urbanística, persiste uma perspectiva exclusivista corroborada pela existência de uma legislação própria, encerrada na esfera das políticas culturais dos diversos níveis administrativos, independente das diretrizes de planejamento territorial urbano e das normas de uso e ocupação do solo. O discurso oficial parece admitir a existência uma dimensão cultural da vida apartada do cotidiano, materializada nos *centros culturais*, *espaços culturais* e *museus*, lugares específicos para que as *funções culturais* da cidade aconteçam. Estes "equipamentos especiais" estão geralmente abrigados em edificações de interesse histórico e constituem, de fato, as representações oficiais mais evidentes da política cultural no espaço urbano. Ora, tal posição corresponde quase que literalmente à aplicação da noção de *monumento* transposta às questões que se referem, de forma mais ampla, ao *patrimônio ambiental urbano.* Mais especificamente, ao abrigar as *funções culturais* em tais edifícios, pretende-se propor um suposto *uso cultural* para o monumento, espaço que, de fato, não teria um aproveitamento produtivo numa perspectiva funcionalista da cidade.

Neste sentido, cabe introduzir a questão das áreas envoltórias, o entorno destas "ilhas culturais", fragmentos territoriais privilegiados no interior do tecido urbano. Embora a legislação federal vigente não defina nem especifique essas áreas, já em 1967 a Constituição Estadual paulista propunha em seu Artigo 127 medidas de proteção *"do patrimônio histórico, artístico e monumental e a preservação de locais de interesse turístico"*[12]. A redação do Decreto-Lei estadual n.2, de 1969, medida complementar ao Artigo 127, especificamente proíbe os municípios de *"aprovar construções e loteamentos ou instalação de propaganda – painéis, dísticos, cartazes ou semelhantes, em zonas declaradas de interesse turístico estadual, ou na vizinhança de bens tombados...".* Assim, a questão da *visibilidade* como critério de proteção ao patrimônio, alinha-se quase nos mesmos termos ao que o Decreto-Lei federal n.o 25 de 1937 estabelecia.

---

[12] SÃO PAULO, 1967

Por outro lado, a questão das áreas envoltórias implica diretamente na definição do que venha a ser a *vizinhança* das zonas de interesse. Neste sentido, a lei estadual, através do Decreto 13.246 de 1979, estabelece um parâmetro métrico de distância, afirmando em seu Artigo 123 que "*Nenhuma obra poderá ser executada na área compreendida num raio de 300 (trezentos) metros em torno de qualquer edificação ou sítio tombado, sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pelo Conselho, para evitar prejuízo à visibilidade ou destaque do referido sítio ou edificação"*[13].

As relações entre visibilidade e ambientação (*ambiência*), que estão no cerne da questão das áreas envoltórias, dão o tom da complexidade que envolve a problemática do patrimônio ambiental urbano. Até mesmo para os especialistas e órgãos responsáveis pela sua gestão, as controvérsias conceituais e interpretações divergentes, por vezes carregadas de interesses e conveniências políticas, contribuem para que a questão permaneça obscura e indefinida[14]. Nessa discussão comparecem conceitos e definições cuja riqueza e profundidade não permitem sua aplicação direta, de forma pragmática. A definição de *ambiente urbano* e a necessária referência a *estilos arquitetônicos,* princípios de *harmonia* de conjuntos e edifícios, da *beleza* e princípios estéticos, envolvem valores histórica e culturalmente condicionados. Portanto, as implicações destas questões no plano das práticas espaciais, sobretudo para a definição do papel do patrimônio ambiental urbano na consolidação da cidadania e da inclusão social, ainda estão por ser claramente delineadas.

De acordo com o exposto até aqui, torna-se clara a convergência normativa que aponta a administração municipal como gestora responsável pelas articulações entre as políticas urbanas e culturais, o que implica em que se considere o

---

[13] SÃO PAULO, 1979

[14] *"Nos pareceres do patrimônio as coisas são assim. Num, determina-se a aplicação do conceito de ambiência em toda sua acepção, em toda sua abrangência. Noutro, o órgão se restringe à sua estrita competência. ... Se o inimigo é forte, a gente baixa a cabeça, sai com a estrita competência e cede. Quando o inimigo não é muito forte, a gente entra com o conceito em toda sua acepção. ... Esse conceito de ambiência é um conceito abrangente, rico, sofisticado; não é um conceito rígido com parâmetros fixos".* Declaração do Arq. Antonio Pedro de Alcântara (DPHAN, 1987,p.272)

município como *locus* das práticas espaciais. A exemplo do que acontece no nível federal e também no nível estadual, o município de São Paulo conta com um conjunto de normas relativas à proteção dos bens culturais, constantes na Lei Orgânica do Município de São Paulo[15]. Também a exemplo dos níveis federal e estadual, o município conta com um órgão dedicado às questões do patrimônio cultural. O *CONPRESP*, Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo, é órgão ligado à Secretaria Municipal de Cultura, criado em 1985 pela Lei 10.032 de 27 de dezembro de 1985, tendo como principais atribuições a deliberação sobre processos de tombamento, e o estabelecimento de diretrizes e estratégias de preservação, uso e fiscalização dos bens tombados. No sentido de compreender melhor suas atribuições, torna-se oportuno examinar mais detalhadamente alguns aspectos apontados no Artigo 2.o da referida Lei.

Mais especificamente, tomemos o Inciso IV, item que diz respeito à atribuição de *"... promover a preservação e valorização da paisagem, ambientes e espaços ecológicos importantes para a manutenção da qualidade ambiental e garantia da memória física e ecológica, mediante a utilização dos instrumentos legais existentes, a exemplo de instituição de áreas de proteção ambiental, estações ecológicas e outros"*[16]. De início, o conceito de paisagem adotado nesta norma parece se referir apenas aos elementos naturais, o "ambiente natural", fato que é reforçado pela utilização de diversos termos correlatos: *'...espaços ecológicos, ...qualidade ambiental..., estações ecológicas...'.* Tudo leva a crer que a referência é a uma noção de meio ambiente como oposição ao meio cultural, ao meio urbano, caracterizando uma perspectiva que persiste na polarização entre natureza e cultura. Fica clara a contradição com a postura estabelecida no Estatuto da Cidade, que aponta o ambiente como convergência entre o meio natural e o construído.

---

[15] SÃO PAULO, 1990 artigos 192, 194, 195 e 197.

[16] SÃO PAULO, 1990

A *"preservação e valorização da paisagem, ambientes e espaços ecológicos"* parece restringir sua ação àquelas manchas remanescentes da vegetação original e áreas verdes, fragmentos de território não edificado, praças e jardins, considerados enquanto elementos isolados, autônomos, desvinculados da malha urbana na qual estão inseridos. Uma tal perspectiva se opõe frontalmente à noção de *ambiente urbano* enquanto sistema que abrange os elementos naturais presentes na cidade *em relação constante e indissolúvel* com os demais elementos constituintes do próprio espaço urbano, incluindo aqui o patrimônio edificado.

Considerando que o município de São Paulo abrange um território essencialmente urbano, uma tal postura compromete não apenas a própria definição de *patrimônio ambiental urbano,* mas também qualquer possibilidade de abordagem e exploração de seus significados no contexto da cidade, inclusive aquelas definições e propostas desenvolvidas pelo *Condephaat,* no nível da administração estadual. No mesmo texto, também comparecem referências e expressões de natureza obscura e enigmática, como é o caso da *"garantia da memória física e ecológica..."*, que evidenciam a carência de uma base conceitual e terminologia comum aos diferentes níveis administrativos e colocam em dúvida as intenções e possibilidades de realização de um tal discurso.

Outra evidência desses descompassos normativos e institucionais fica por conta da definição das áreas envoltórias aos bens tombados. Conforme já discutido, o *Condephaat* propõe um questionável critério geométrico, raio de 300 metros do bem tombado, para definição do perímetro dessas áreas, o que na prática, se aplicado à área central da cidade de São Paulo, abrangeria sua totalidade e ainda incluiria grandes porções dos bairros adjacentes. De sua parte, o *CONPRESP* inclui em suas atribuições a definição da *"área de entorno do bem tombado a ser controlado por sistemas de ordenações espaciais adequadas".* Além de insinuar a utilização de outros critérios para definição da área de entorno, também não especificados, a redação não deixa claro se é o *bem tombado* ou *a área de entorno* o alvo do controle dos *"sistemas de ordenações espaciais adequadas"*, que por sua vez também carecem de uma definição mais específica.

Mas cabe ainda o exame das questões relativas às dimensões culturais do espaço urbano na perspectiva do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, Lei n.o 13.430, de 13 de setembro de 2002, elaborado em sintonia com o Estatuto da Cidade. Documento chave para a compreensão das relações entre as diretrizes de planejamento territorial e o patrimônio ambiental urbano no âmbito municipal, propõe em seu Artigo 8.o, como um de seus objetivos gerais *"...elevar a qualidade do ambiente urbano, por meio da preservação dos recursos naturais e da proteção do patrimônio histórico, artístico, cultural, urbanístico, arqueológico e paisagístico;..."*[17]. Fica assim definida a função dos bens patrimoniais, nas suas diversas modalidades, enquanto instrumento de qualificação do ambiente urbano.

Enquanto objetivos da *Política de Urbanização e Uso do Solo*, o documento aponta em seu Artigo 76 um conjunto de medidas que abrangem a diversificação de usos, a requalificação urbana visando o uso habitacional, a reciclagem de edifícios através da mudança de uso e a manutenção dos moradores de baixa renda nas áreas de ocupação consolidada[18]. Estas diretrizes parecem se ajustar perfeitamente ao contexto da área central da cidade, apresentando de forma clara e coerente as relações de complementaridade e interdependência entre a política habitacional e a requalificação, ao contrário do que sugerem as políticas setoriais. A requalificação urbana comparece como estratégia capaz de satisfazer simultaneamente as demandas das políticas urbanas e culturais na cidade, fato corroborado pelo Artigo 77, que afirma enquanto uma das diretrizes para a

---

[17] SÃO PAULO, 2002

[18] *Art. 76 - São objetivos da Política de Urbanização e Uso do Solo:*
I - evitar a segregação de usos promovendo a diversificação e mesclagem de usos compatíveis de modo a reduzir os deslocamentos da população e equilibrar a distribuição da oferta de emprego e trabalho na Cidade;
...
IV - estimular a reestruturação e requalificação urbanística para melhor aproveitamento de áreas dotadas de infra-estrutura em processo de esvaziamento populacional ou imobiliário;
....
VI - estimular a requalificação, com melhor aproveitamento da infra-estrutura instalada, de áreas de urbanização consolidada, com condições urbanísticas de atrair investimentos imobiliários;
...
XI - possibilitar a ocorrência de tipologias arquitetônicas diferenciadas e facilitar a reciclagem das edificações para novos usos;
XII - evitar a expulsão de moradores de baixa renda das áreas consolidadas da Cidade, providas de serviços e infra-estrutura urbana. (SÃO PAULO, 2002)

Política de Urbanização e Uso do Solo, a *"preservação e reabilitação do patrimônio arquitetônico nas áreas subaproveitadas de urbanização consolidada"*[19], e também pelo Artigo 78 que propõe a criação de instrumentos urbanísticos capazes de estimular a requalificação de imóveis e bairros protegidos pela legislação de proteção aos bens culturais *"...adaptando-os para funções adequadas às suas características e preservando-os como elementos de referência para a população;".* Especificamente coloca no mesmo Artigo, enquanto uma das ações estratégicas, *"requalificar o Centro Histórico e seu entorno, destacando a Várzea do Carmo, o Parque Dom Pedro, a região do Mercado Municipal, da Rua 25 de Março e adjacências, a zona cerealista e o entorno da Estação da Luz..."*[20] .

Não obstante o claro compromisso entre as estratégias da política urbana e as dimensões culturais do espaço urbano que permeia boa parte do documento, o Plano Diretor dedica a Subseção V especificamente ao Patrimônio Histórico e Cultural, apontando enquanto objetivos *"...documentar, selecionar, proteger e promover a preservação, a conservação, a reciclagem, a revitalização e a divulgação dos bens tangíveis, naturais ou construídos, assim como dos bens intangíveis..."* [21] , e entre as suas diretrizes *"o incentivo à fruição e ao uso público dos imóveis tombados"*[22]. Mas é no estabelecimento de ações estratégicas da *Política do Patrimônio Histórico e Cultural*, Artigo 90, que se faz sentir algum avanço na fundamentação conceitual e teórica sobre a questão[23]. Ao apontar a

---

[19] SÃO PAULO, 2002

[20] Ibid.

[21] Ibid., Artigo 88.

[22] Ibid., Artigo 89.

[23] Art. 90 - São ações estratégicas da política do Patrimônio Histórico e Cultural:
I - utilizar legislação municipal ou tombamento para proteger bens culturais, vegetação significativa e referências urbanas;
...
III - assegurar o adequado controle da interferência visual nas áreas envoltórias de imóveis preservados;
IV - elaborar estudos e fixar normas para as áreas envoltórias de bens tombados, contribuindo para a preservação da paisagem urbana e racionalizando o processo de aprovação de projetos e obras;
V - incentivar a preservação do patrimônio por meio de mecanismos de transferência de potencial construtivo e implementar política de financiamento de obras e de isenções fiscais;

interferência visual nas áreas envoltórias e a necessidade de normatização destas áreas no sentido de compatibilizar a proteção da paisagem urbana com a racionalização da aprovação de projetos e obras, é importante notar que esta proteção inclui em um mesmo item os bens culturais, vegetação significativa e referências urbanas, numa alusão clara à própria definição de *patrimônio ambiental urbano.*

A leitura do Plano Diretor permite perceber que sua elaboração procurou enfocar o espaço urbano enquanto uma totalidade de múltiplas dimensões, interrelacionadas e simultâneas, longe das abordagens anteriormente apresentadas, caracterizadas por perspectivas setoriais exclusivas e excludentes, nas quais a cidade era compartimentada e reduzida a um conjunto de categorias estanques, impossibilitando seu alcance através do cotidiano e da vivência. Este enfoque integrador se evidencia na Subseção VI, dedicada à questão da paisagem urbana[24]. Os objetivos estabelecidos para a Política de Paisagem Urbana visam garantir o direito à sua fruição e a qualidade ambiental do espaço urbano, inclusive*"... garantir a possibilidade de identificação, leitura e apreensão da paisagem e de seus elementos constitutivos, públicos e privados, pelo cidadão; assegurar o equilíbrio visual entre os diversos elementos que compõem a paisagem urbana;* e *favorecer a preservação do patrimônio cultural e ambiental urbano..."*[25] *,* apontando o habitante como elemento fundamental para a própria definição da paisagem, na vivência do espaço urbano.

No mesmo sentido, as ações estratégicas propostas tomam por base a dimensão visual da paisagem. Aponta-se a necessidade de uma legislação que discipline os elementos presentes nas áreas públicas através de normas de ocupação das áreas privadas e a volumetria das edificações. Também se coloca a necessidade de elaboração de novos padrões, mais restritivos, de comunicação institucional,

---

...
IX - promover a instalação de centros de memória dos bairros, favorecendo a preservação de sua identidade, história e cultura. (SÃO PAULO, 2002)

[24] SÃO PAULO, 2002, Art. 91, 92 e 93.

[25] Ibid., Art 91

informativa e indicativa, inclusive com a possibilidade de revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo quanto à permissão de instalação de publicidade, subordinando-a às características físicas, paisagísticas e ambientais de cada área[26]. Desta forma, afirmando a necessidade de uma integração efetiva da dimensão cultural nas políticas de gestão do espaço urbano, a legislação admite que são as possibilidades de identificação, leitura e apreensão da paisagem urbana que conferem ao próprio espaço urbano sua capacidade de produzir significados, seu potencial semântico, fator fundamental na experiência da cidade enquanto bem cultural por excelência.

3.2 O Patrimônio Ambiental Urbano nos Jornais

A imprensa representa papel fundamental como formadora de opinião, e sua produção constitui um importante componente na constituição do imaginário, dos conceitos e na produção das narrativas dos habitantes a respeito da cidade. Com a finalidade de compreender o significado atual da dimensão cultural da cidade na perspectiva da produção jornalística, e mais especificamente a questão do patrimônio ambiental urbano, realizou-se um levantamento sistemático em três dos principais jornais em circulação na cidade de São Paulo, “O Estado de São Paulo”, “Folha de São Paulo”, e o “Jornal da Tarde”, compreendendo um período de cinco anos, de 2001 a 2005 (Anexo B).

Os critérios de busca e seleção das matérias se basearam na relevância e afinidade com o tema, sem se ater exclusivamente à simples presença da expressão *patrimônio* no título e conteúdo das matérias. Conforme já estabelecido anteriormente, a complexidade da questão do patrimônio ambiental urbano não permite a redução do conceito a uma única expressão e implica necessariamente na consideração do próprio espaço urbano enquanto contexto. Assim, considerou-se o recorte territorial que constitui o objeto de estudo, a área central da cidade de São Paulo, como critério inicial para seleção. A partir deste crivo preliminar emergiram temas correlatos ao assunto em foco, sugerindo uma ligação indissolúvel de diversas problemáticas relativas ao objeto de estudo.

---

[26] SÃO PAULO, 2002, art. 93

Uma seleção inicial revelou um total de 88 matérias relevantes, cujos conteúdos remeteram a quatro temas principais: *patrimônio construído, requalificação urbana, problemas urbanos e habitação*. Estes temas foram apresentados ora sob um enfoque mais específico, ora de forma entrelaçada, dificultando sua classificação específica nesta ou naquela categoria. Paralelamente, é importante destacar uma série de matérias publicadas em função dos 450 anos de fundação da cidade, num total de mais de 200 páginas, nas quais os temas citados comparecem sob um enfoque mais difuso, voltado ao motivo da comemoração em si, o que levou à criação de uma categoria à parte, relativizando os critérios de análise.

Outro critério importante foi a desconsideração daquelas matérias que apresentavam conteúdos idênticos ou enfoques similares, no intuito de evitar uma repetição que prejudicaria a representatividade da amostragem considerada. Desta forma, considerando-se a ênfase particular em cada assunto, em relação às possíveis sobreposições e correlações temáticas, as matérias foram classificadas segundo as seguintes categorias: *Patrimônio*; *Revitalização / Requalificação e Habitação; Espaço Urbano/ Planejamento Urbano e SP 450 anos.*

- Patrimônio

Grande parte do conteúdo jornalístico a respeito do patrimônio se refere de fato ao patrimônio construído, aos edifícios e imóveis de valor histórico, quase sempre acompanhados de informações sobre o estado de abandono em que se encontram, justificado como fruto do descaso da administração pública. Comparecem referências à memória e à necessidade de preservação, e não é raro que tais matérias incluam entrevistas com habitantes, invariavelmente a população na faixa etária maior de 50 anos. Memória, identidade, preservação e cidadania são expressões freqüentes, e prevalece o tom nostálgico de uma cidade que paulatinamente vai se perdendo e deixando seus vestígios apenas na memória dos mais velhos .

Fator comum a todas as matérias a respeito do assunto é a profusa documentação fotográfica, demonstrando que a visualidade é dimensão fundamental na questão e a fotografia seu veículo preferencial. Mais raramente, mas não menos importante para a abordagem aqui proposta, aparece a expressão *lugares da memória*, indicador da necessidade de referências espaciais da passagem tempo como componente da vida e do cotidiano da cidade. Estes lugares referenciais são na maior parte das vezes edifícios que, quando ainda existentes, carregam as marcas do tempo nas cicatrizes do desgaste, do vandalismo, das tentativas de restauro e manutenção, por vezes desastrosas. Comparecem também depoimentos cuja referência são os caminhos, os trajetos e a sua transformação ao longo do tempo e, mais raramente, lugares públicos, praças, igrejas, fatos que podem ser interpretados como sintomas da perda de significado do espaço público no cotidiano da cidade.

É freqüente a relação entre patrimônio e tombamento, geralmente indicando edificações e medidas de proteção, mas também existem matérias que tratam do tombamento de bairros residenciais de classe média-alta (Jardins, Pacaembu, Sumaré). Interessante notar que embora os motivos do tombamento, sua importância e, principalmente, os interesses e beneficiários envolvidos sejam bastante distintos, o enfoque do assunto é semelhante. Não se faz distinção sob o rótulo de patrimônio, que pode significar tanto a referência da memória e da vida social quanto fator de qualidade de vida para moradores privilegiados de determinadas parcelas da cidade. Por outro lado, algumas matérias mencionam a valorização imobiliária resultante do tombamento de imóveis, especialmente aqueles inseridos na área central da cidade. Esta relação entre patrimônio e mercado imobiliário sugere uma abordagem da questão numa perspectiva mais afeita ao perfil de uma parte dos leitores: uma classe média relativamente instruída e com certa capacidade financeira.

Também os roteiros históricos do centro de São Paulo, caracterizados por farto registro foto-jornalístico, são freqüentes, sendo por vezes incluídos nos suplementos turísticos. O leitor é convidado a conhecer a sua cidade, como um

estrangeiro, turista em sua própria terra, denotando a existência de determinadas áreas inexploradas por certas camadas da população. Em boa parte destas matérias, o Centro comparece como um lugar cheio de atrativos a se descobrir, mas para isto é preciso vencer a resistência imposta pela imagem de lugar perigoso, sobretudo à noite. Coloca-se em questão as condições de acessibilidade, não apenas ao Centro, mas também aos próprios bens tombados, que muitas vezes passam despercebidos pela população. Assim, ao lado dos entraves relacionados ao acesso, coloca-se em questão o papel dos bens patrimoniais como referência situacional para a população.

- Revitalização / Requalificação e Habitação

Da mesma forma com que comparecem nos documentos oficiais, também nas matérias jornalísticas os termos requalificação, revitalização, reabilitação e recuperação aparecem quase sempre como sinônimos. Além de aplicados a diversos temas, os termos *requalificação e revitalização* são usados de forma indistinta para identificar qualquer ação oficial ou obra na área central da cidade, desde um simples serviço de limpeza urbana e pintura de fachadas, até a recuperação de áreas públicas e edifícios. Pode-se inferir que a qualidade urbanística da área em questão é precária o suficiente para que qualquer ação, por menor que seja, signifique uma considerável melhoria de condições. Neste sentido, *requalificação* também passa a ser a manutenção básica das fachadas dos edifícios mais antigos, incluindo a remoção de pichações, a limpeza e a pintura, numa flagrante e perigosa redução do significado do termo ao simples *fachadismo*.

Devido ao evidente interesse jornalístico no drama social envolvido, no período considerado o destaque da imprensa com referência à requalificação urbana foi a intervenção da administração municipal no sentido de desocupar a região da "Cracolândia", uma das áreas mais degradadas do Centro de São Paulo, no segundo semestre de 2005. Ato de força e de impacto na mídia, visando demonstrar a determinação da administração municipal na recuperação da área central da cidade, os textos publicados conseguiram abordar os dois lados da

questão: a necessidade de medidas drásticas como parte do processo de requalificação e o problema social envolvido. Algumas matérias colocam a questão de forma mais incisiva, apontando a adoção de um modelo urbanístico higienista por parte da administração municipal, voltado à consolidação da segregação social enquanto pré-requisito para uma futura gentrificação da área.

Independentemente do plano reservado para o futuro daquela área da cidade, é certo que a questão habitacional no Centro de São Paulo é referência obrigatória quando o tema da requalificação urbana é citado. O interesse do mercado imobiliário é patente, comparecendo em diversas matérias sobre a valorização imobiliária garantida pelas ações de requalificação, e também em depoimentos de representantes do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Comerciais e Residenciais (SECOVI). Apontam-se estatísticas que comprovam que o número de imóveis vazios (420 mil) supera o déficit habitacional do município (380 mil), mas também existem declarações sobre a falta de interesse e de incentivos necessários para a adaptação destes imóveis. Por outro lado, registram-se as invasões de edifícios abandonados, evidenciando-se uma situação de conflito entre diferentes estratos sociais, cada qual com suas expectativas e necessidades. Os depoimentos de membros da administração pública colocam a importância da recuperação da área para fins habitacionais, mas não apontam claramente os caminhos para acomodar as demandas dos diferentes grupos. Em prevalecendo a indefinição sobre a implantação de uma política de habitação social consistente, as matérias publicadas levam a acreditar na opção oficial pela política do *laissez-faire,* carta branca para que a lógica de mercado se estabeleça enquanto principal instrumento da requalificação. É neste sentido que são apresentadas algumas reformas e recuperações de edifícios históricos realizadas pela iniciativa privada em contraposição aos registros sobre as raras obras de adaptação habitacional de edifícios comerciais abandonados por iniciativa de ONGs ligadas os movimentos sociais.

Comparecem ainda algumas matérias que destacam de forma positiva o interesse de universidades na ocupação de alguns imóveis na área central da cidade, como

possibilidade viável de revitalização da região. Contrapõem-se alguns obstáculos para a realização deste projeto, principalmente o fato de que parte do público universitário não conhece a região e tem uma imagem negativa do Centro da cidade. Também se coloca a questão do tráfego problemático e da deficiência no número de vagas para estacionamento, o que inviabilizaria a opção pelo transporte individual, uma vez que a maioria da clientela potencial dessas universidades não tem o hábito de se utilizar do transporte público.

- Espaço Público / Urbanismo

Nesta categoria estão presentes aqueles temas que poderiam ser considerados "problemas urbanos", fatores negativos que se apresentam como os principais obstáculos para a qualificação do Centro de São Paulo. Entre estes, o destaque é a questão do comércio informal na ocupação do espaço público. De um lado, ficam os registros do empresariado comercial estabelecido na região, tratando a questão como fator decisivo e principal obstáculo para a retomada da pujança econômica da área. De outro lado, a ênfase é na ocupação desregrada do espaço público pelos camelôs e ambulantes em geral, obstáculo à circulação e fonte de insegurança para a população. Sintetizando as duas vertentes, são freqüentes os depoimentos e matérias protagonizadas por representantes da entidade "Viva o Centro", que congrega o empresariado e moradores da região. Sempre contrapondo a questão da revitalização do Centro com a presença do comércio informal, a entidade divulga que já possui um mapeamento do comércio informal da área, demonstrando cumprir sua parte para a resolução do problema, permanecendo em compasso de espera pela atitude da administração municipal.

Constante também é a presença de matérias que registram e denunciam os atos de vandalismo promovidos pelos "pichadores", responsabilizados pela maior parte da degradação do patrimônio construído. Na mesma categoria se encaixam as matérias sobre a profusão de cartazes, placas, faixas e anúncios publicitários que indiscriminadamente se amontoam pelas ruas comerciais e escondem os remanescentes de um patrimônio arquitetônico em extinção. Registram-se também os planos da administração municipal, através do cumprimento de

legislação específica, de banir do Centro grande parte desta modalidade de propaganda, restringindo as dimensões e situação das placas de identificação do comércio local.

Ironicamente, outras matérias denunciam não a profusão, mas a generalizada falta de sinalização de identificação de ruas e lugares por todo o Centro de São Paulo, tornando problemática a orientação dos não freqüentadores e comprometendo o turismo urbano. Evidencia-se, em ambos os casos, a ênfase atribuída à visualidade como principal fundamento do patrimônio ambiental urbano, bem como a importância da questão estética, entendida como sinônimo de organização visual e indicador seguro da qualidade do ambiente urbano.

Um outro enfoque aparece em matérias que abordam questões de natureza mais urbanística. Um dos temas diz respeito à abertura das ruas de pedestres para o tráfego restrito de veículos, indicando uma revisão do projeto original dos calçadões, elaborado e implantado trinta anos antes. Opiniões de habitantes e especialistas colocam em dúvida os custos e benefícios da medida, questionando os pretextos alegados: a necessidade de áreas de carga e descarga mais próximas para o comércio local e a revitalização comercial pela possibilidade de acesso de automóveis. Curioso notar que não foi feita nenhuma alusão à abertura das ruas enquanto possível estratégia de remoção do comércio informal, que ocupa permanentemente grande parte da área destinada à circulação de pedestres.

Ainda dentro do enfoque das questões urbanísticas, outro tema diz respeito aos planos de reforma da praça da Sé, cuja forma atual propicia a ocupação e o uso de moradores de rua e afasta o público em geral. Novamente criticada por alguns como medida higienista, apesar dos protestos e justificativas da administração municipal, coloca-se novamente a questão da recuperação do patrimônio ambiental urbano em confronto direto com as possibilidades de resolução da questão social. Fica claro que, de fato, a função atual do espaço público é servir como lugar daqueles que não tem lugar na cidade, acolher a população que vive nas ruas. É sob este mesmo argumento que a administração pública justifica a

absoluta falta de lugares de repouso, de descanso, de bancos que deveriam existir nas praças, largos e lugares públicos, equipamentos fundamentais para a qualificação do espaço urbano. Diante dos registros de tal situação pela imprensa, a administração municipal alega que os bancos tornam-se pontos de atração e são sumariamente apropriados pelos moradores de rua e que, portanto, não cumprem sua função original.

Se os temas enfocados apontam sérias dúvidas a respeito da capacidade de implementação de um planejamento eficaz na cidade, as matérias que se referem à aprovação do Plano Diretor (2001-2002), destacam simultaneamente a abrangência e falta de foco do documento. Segundo os críticos e especialistas consultados, ao mesmo tempo em que elenca a maioria das questões e problemas efetivos da cidade, o plano não aponta diretrizes claras para o desenvolvimento nos próximos anos, fazendo antever a necessidade de emendas e revisões em curto prazo.

- SP 450 anos

Pauta prolífica por excelência, o aniversário de 450 anos de fundação da cidade resultou em uma série de reportagens e cadernos especiais de conteúdo bastante abrangente e eclético, incluindo desde artigos carregados de ufanismo e exaltação à metrópole, até severas críticas a respeito da situação atual da cidade. Uma forte característica é a farta documentação fotográfica, freqüentemente se utilizando do recurso da contraposição entre imagens atuais e antigas. Também são freqüentes as cronologias, desde a fundação da cidade, destacando os principais fatos, algumas vezes comentados por especialistas. Comparecem depoimentos de naturezas diversas, incluindo desde historiadores da cidade, celebridades, políticos em geral e até os cidadãos comuns. De forma geral, as matérias se desenvolvem numa perspectiva histórico-saudosista, celebrando a “maior metrópole do país”, e simultaneamente destacando os aspectos daquela capital provinciana que ficou no passado. Tal postura se evidencia naquelas matérias que buscam as lembranças dos mais antigos para em seguida abrir espaço às suas queixas e alguns poucos elogios.

O foto-jornalismo também cumpre importante papel neste sentido, documentando lugares e edifícios remanescentes de outras décadas, ora enquanto denúncia, ora enquanto registro do patrimônio arquitetônico ainda passível de recuperação. Também comparecem fotos aéreas de alguns pontos da cidade, panoramas aos quais a população em geral não possui acesso.

Uma parte destas matérias diz respeito especificamente ao lado positivo da cidade. Aqui os aspectos destacados são a vida cultural e, principalmente, a gastronomia, atrações cuja qualidade e acessibilidade também não se encontram ao alcance da população em geral. Assim, se oferece uma contraposição interessante: de um lado o espaço público, a cidade ao alcance do cidadão comum, onde os problemas e os entraves ao cotidiano se apresentam em sua maior intensidade; de outro, o espaço privado, os lugares de acesso restrito, onde se expressam as qualidades urbanas que fazem São Paulo reivindicar o status de metrópole mundial. Talvez esta seja uma síntese representativa sobre o contexto no qual o patrimônio ambiental urbano se estabelece.

3.3 A Perspectiva do Habitante

De acordo com a estratégia de investigação estabelecida, torna-se necessário contrapor a espacialidade do cotidiano às dimensões normativas e à perspectiva da mídia. Trata-se de abordar as experiências do habitante e os modos como se inserem no território que constitui o objeto de estudo. Conforme estabelecido anteriormente, os procedimentos adotados se referenciam nos princípios da pesquisa qualitativa centrada na tradição hermenêutica. Neste sentido, como primeira aproximação à perspectiva do habitante, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas visando situar os principais temas e referências espaciais a serem explorados nas etapas subseqüentes do processo, cujos conteúdos serão submetidos à análise e interpretação. Os dados foram obtidos no trabalho de campo de natureza exploratória, realizado entre os meses de outubro de 2002 e março de 2003, partindo de uma amostragem aleatória não estatística, de acordo

com os critérios estabelecidos por Miles e Huberman (1994)[27]. Neste processo procurou-se aferir os fatores que contribuem para a atribuição de significados ao Centro da cidade, na perspectiva do habitante.

As 168 entrevistas aconteceram em diferentes pontos da área central da cidade, sempre em dias úteis e horário comercial, visando priorizar a perspectiva daqueles que trabalham, estudam ou tenham suas principais atividades cotidianas na região, os habitantes locais. A estratégia adotada procurou estabelecer relações entre a habitualidade–freqüência, e os referenciais espaciais que propiciam a construção de significados pela população local a partir do seu cotidiano. A natureza aberta das principais questões propostas visa estimular o aparecimento de noções e narrativas capazes de propor os temas mais relevantes para o desenvolvimento da análise proposta. Parte-se da premissa de que os significados e práticas sociais se apóiam necessariamente em vetores materiais, no caso, o conjunto de elementos e formas de organização espacial que constituem a paisagem urbana local, na qual se insere o patrimônio ambiental urbano como instância específica.

As entrevistas seguem a estrutura:

. Perfil do entrevistado (múltipla escolha);

. Grau de conhecimento do Centro (escala);

. Grau de freqüência (escala);

. Principais atividades realizadas pelo entrevistado na região (questão aberta);

. Importância do Centro para o entrevistado (questão aberta);

. Motivo da importância atribuída (questão aberta);

. Importância para a coletividade (questão aberta);

. Motivo da importância atribuída (questão aberta);

(ANEXO C)

---

[27] Segundo os autores, a *amostragem qualitativa* permite examinar os processos que constituem a chave para o entendimento ou validação de teorias sobre determinado fenômeno em estudo. A estratégia de amostragem deve satisfazer as seguintes condições: ter referência na estrutura teórica e conceitual do trabalho; ser capaz de gerar informações relevantes sobre o fenômeno a ser estudado; enfocar as possibilidades de generalização analítica em lugar da evidência estatística como meio de fornecer os temas e referências para as descrições aprofundadas utilizadas pelo método etnográfico. (Cf. MILES; HUBERMAN, 1994. CURTIS et alli, 2000)

Uma primeira aproximação revela uma amostragem de perfil etário e escolaridade bastante heterogênea. A maioria dos entrevistados julga conhecer o Centro da cidade e boa parte é freqüentadora assídua da região, principalmente devido à localização do posto de trabalho ou da escola que freqüenta, mas são poucas as que apontaram a área como destino de suas atividades culturais ou de lazer, embora o Centro apresente diversas opções e equipamentos. O fato se confirma nas respostas conseguidas sobre a importância do Centro para o entrevistado. Na diversidade de motivos apontados, pela ordem de importância: a região abriga o local de trabalho e/ou estudo; a diversidade de oferta no comércio; a importância histórica e a facilidade de acesso e transporte.

Quando o foco foi deslocado para a importância pessoal que a região central representava, apenas uma minoria, todos na faixa etária superior a 40 anos, apontou uma motivação afetiva, evocando aquele sentimento de pertença que têm sido um dos principais argumentos para a implementação das políticas de gestão do patrimônio ambiental urbano.

A fim corroborar a natureza da importância atribuída ao Centro pelos entrevistados, foi colocada outra questão visando aferir as motivações que se enquadrassem mais na dimensão coletiva e social, para além da esfera de interesses e motivações pessoais. Para estimular uma postura que evitasse a recorrência da motivação pessoal, colocou-se em pauta um assunto que vem recebendo ampla divulgação na mídia e cuja importância dissesse respeito aos freqüentadores locais: a preservação, requalificação e revitalização do Centro, tema fundamental desta investigação. Numa primeira aproximação, o termo *preservação* pareceu confirmar-se como mais familiar, sendo assimilado de forma mais imediata pela maior parte dos entrevistados. Apenas uma minoria optou por responder a questão utilizando-se do termo *revitalização*. A importância da história e do patrimônio construído constituiu o principal motivo para a preservação seguido pela a diversidade do comércio local e a importância simbólica e representativa. Este último fator aparecia freqüentemente ligado a motivos estéticos, sempre colocados em termos de beleza dos edifícios antigos.

Interessante notar a freqüente referência ao descaso da administração oficial como contraponto à importância da região: os problemas de segurança, desorganização, falta de limpeza compareceram como motivos para implementação de medidas de preservação, numa indicação clara da existência de problemas mais graves e urgentes que influenciam negativamente o aproveitamento do potencial oferecido pelo patrimônio ambiental urbano no Centro.

Esta etapa apontou os seguintes temas como referências para a realização das observações e percursos na área central:

- o Centro como lugar de trabalho ou estudo;
- o Centro como lugar de passagem e convergência de trajetos;
- o Centro como lugar da memória;
- o Centro como síntese dos problemas urbanos.
- o Centro como visualidade, paisagem urbana e arquitetura histórica;

.

3.4 Os Percursos

A experiência de percorrer diversos caminhos através da área definida como objeto de estudo constitui o procedimento que fundamenta a prática do espaço urbano enquanto vivência. Neste sentido, a experiência do espaço se coloca como necessário contraponto às disposições normativas e programáticas, aos discursos oficias, imagens textuais produzidas pela imprensa e à coletânea de depoimentos dos habitantes, aspectos e perspectivas apresentadas anteriormente. Não se trata, porém, de um procedimento que procura numa objetividade imparcial e impessoal os fundamentos para possíveis análises rigorosamente enquadradas nas formas científicas positivistas. Mesmo por que, a pretensão de representar objetivamente o objeto de estudo se torna insustentável por sua própria complexidade, sua multiplicidade de possibilidades de representação, ou, conforme Canevacci (1997), sua *polifonia*: *"...uma cidade*

narrada com diversas técnicas interpretativas, cada qual diferente uma da outra, mas convergindo todas para a focalização de um paradigma inquieto: a abstração epistemológica da forma-cidade e as emoções do perder-se no urbano...”[28].

Assim, conforme estabelecido no capítulo anterior, o enfoque adotado privilegia a experiência do lugar, o mundo vivido, o *Lebenswelt* de Heidegger, como fonte dos significados intersubjetivos atribuídos ao objeto de estudo. A referência teórica são as “retóricas ambulatórias”, formulação de Certeau[29] que define o ato de caminhar como prática espacial na qual o sujeito estabelece uma narrativa particular tecida sobre as regras socialmente estabelecidas. Neste processo, ele se apropria do espaço urbano pelo uso e produz uma enunciação sobre sua forma específica de *ser-no-mundo*, contrapondo o espaço normativo e a prática do espaço[30].

Este procedimento se apresenta em duas modalidades distintas: os percursos em solitário e os percursos acompanhados. Ambas são representadas na forma de narrativas comentadas, sendo que a primeira modalidade adota por diretriz para sua realização atitude livre de noções e comportamentos pré-concebidos[31], de modo a manter a experiência pré-reflexiva como ponto de partida para o processo de descrição e interpretação. Trata-se, portanto de uma diretriz que admite a perspectiva na primeira pessoa e busca a essência do fenômeno a partir da própria experiência do pesquisador. Ainda dentro da proposta teórico-

---

[28] CANEVACCI, 1997, p.18

[29] CERTEAU, 1994

[30] *“O ato de caminhar está para o sistema urbano como a enunciação (o speech act) está para a língua ou para os enunciados proferidos. ... ele tem, com efeito, uma tríplice função enunciativa: é um processo de apropriação do sistema topográfico pelo pedestre (assim como o locutor se apropria e assume a língua); é uma realização espacial do lugar (assim como o ato da palavra é uma realização sonora da língua); enfim, implica relações entre posições diferenciadas, ou seja, ‘contratos’ pragmáticos sob a forma de movimentos ... . O ato de caminhar parece portanto uma primeira definição como espaço de enunciação.”* (CERTEAU, 1994, p. 177)

[31] Atitude baseada na *redução fenomenológica* proposta originalmente por Husserl.

metodológica adotada, deve-se considerar que qualquer processo de interpretação das experiências está condicionado pelo contexto social e histórico dos atores sociais envolvidos, pois, segundo Heidegger, a linguagem e a compreensão são aspectos estruturais inseparáveis do ser-no-mundo e constituem os instrumentos que permitem a interação do indivíduo com o meio e com o outro. Deste modo, a compreensão é uma interpretação diretamente condicionada pela historicidade e pela experiência.

Na modalidade dos percursos acompanhados, o procedimento adotado se inspira nos métodos da etnografia urbana, cujo modo de operar busca captar aspectos específicos da vida e do cotidiano da cidade: *"...o que se propõe inicialmente com o método etnográfico sobre a cidade e sua dinâmica é resgatar um olhar de perto e de dentro capaz de identificar, descrever e refletir sobre aspectos excluídos da perspectiva daqueles enfoques... de fora e de longe"*[32] . Contudo, cabe observar que a etnografia não se reduz à simples descrição, coleta de dados brutos a serem posteriormente trabalhados. Aquilo que se observa, a forma e as circunstâncias de observação e participação do pesquisador constituem parte integrante do processo de interpretação. Assim, a narrativa resultante se apresenta na forma de uma coletânea de depoimentos e situações das quais o pesquisador é parte integrante enquanto observador privilegiado, controlando seu grau de interação de modo a reduzir a interferência direta nas ações dos participantes. A atuação do pesquisador se volta especificamente ao registro e seleção dos aspectos mais significativos obtidos no processo para a análise proposta. A opção por este procedimento metodológico não se afasta do fundamento teórico da fenomenologia, pelo contrário. Tomando por referência a unidade indissolúvel entre o indivíduo e o lugar como entidade formadora e constituinte do mundo vivido, o procedimento representa uma outra forma de acesso aos aspectos intersubjetivos da prática do espaço urbano. Busca-se

---

[32] MAGNANI, 2001

revelar, através do movimento e das ações cotidianas dos participantes, aqueles aspectos de difícil acesso por meio de entrevistas[33].

Nas duas modalidades de percurso, seja em solitário ou em companhia, as referências ao patrimônio ambiental urbano são intencionalmente colocadas fora do foco principal, uma vez que a perspectiva se concentra na experiência do espaço urbano e na percepção da paisagem do lugar, da qual o patrimônio ambiental urbano é uma instância específica. Vale lembrar que as duas modalidades de percurso têm por referência os trajetos que atravessam o Vale do Anhangabaú, ligando o *Centro Antigo ao Centro Novo*, percurso que permite estabelecer as principais características da paisagem urbana local, fornecendo importantes referências sobre as modalidades de uso e apropriação do espaço público e envolve a área que concentra a maior parte do patrimônio ambiental urbano da cidade.

- Percursos solitários

Diferentes meios de transporte e trajetos dão acesso à região central da cidade. Diversas linhas de ônibus convergem para a região central da cidade, também servida pelo transporte metroviário que constitui o meio de acesso mais rápido. Mas esta opção não permitiria a experiência da paisagem urbana e a busca por indicadores dos limites e fronteiras do objeto de estudo, os marcos que designariam a entrada no Centro da cidade. Assim, nos percursos solitários, a opção pelo transporte coletivo pareceu mais adequada, permitindo inclusive que a atenção se voltasse aos aspectos visuais dos trajetos de acesso. Foram experimentadas diferentes direções de acesso por diversas avenidas, procurando-se manter um padrão para início do percurso a pé pelo desembarque em pontos onde o desembarque de pessoas é mais intenso, ou nos pontos finais.

[33] Kusenbach (2003) fornece uma descrição detalhada do procedimento adotado, explorando as possibilidades dos procedimentos da etnografia sobre as bases teóricas e conceituais da fenomenologia.

As avenidas são percorridas em ritmo inconstante mas invariavelmente lento, e propiciam perspectivas que, além do intenso tráfego de veículos, não revelam referências visuais mais significativas, capazes de indicar a entrada na área central da cidade. Exceto pelas placas de orientação de tráfego, o trânsito entre o bairro e o centro oferece uma certa uniformidade visual, seja pela heterogeneidade no gabarito de altura dos edifícios, seja pela ausência de uma tipologia própria na arquitetura e equipamentos urbanos ou mesmo pela densidade ocupacional dos lotes e a freqüente ausência de espaços livres e lotes vagos. Aqui e ali se avistam alguns imóveis desocupados, invariavelmente em mal estado de conservação, alguns com indícios claros de invasão e vandalismo.

Deste ponto de vista, uma possível marca de identificação, uma fronteira clara e delineada do centro de São Paulo passa despercebida. Porém, fica evidente nesta etapa do trajeto a precedência do tráfego de veículos sobre o de pedestres, na proporção da temporização de semáforos para travessia, nos obstáculos físicos que obrigam os pedestres a invadir o leito carroçável e na exigüidade, que por vezes se transforma em inexistência das calçadas.

A velocidade do deslocamento associada à quantidade e intensidade de estímulos sonoros e visuais não favorece a concentração sobre qualquer aspecto em específico, exceto pelos *outdoors*. Esta é precisamente a situação que proporciona as condições ideais para sua percepção: a linguagem visual direta e pouco sutil, constituída por elementos de impacto sobrepostos a um cenário pouco interessante e cromaticamente neutro e a escala desproporcional em relação aos demais objetos presentes em cena.

Dentro daquela preocupação de eliminar qualquer pré-conceito, qualquer conhecimento prévio relativo aos percursos dos veículos, a busca por indícios de entrada na área central da cidade, quando perceptíveis, parecem apontar a concorrência de dois elementos justapostos: os cruzamentos de grandes avenidas e praças ou espaços públicos livres, onde existe alguma vegetação mais evidente. Numa freqüência bem menor e exigindo uma atenção mais intensa, o avistamento de algum edifício cujo estilo arquitetônico evidencie certa importância

ou antiguidade, um marco de exceção na paisagem local que sirva como indício. Em outros casos, como o acesso pelo eixo Av. Nove de Julho – Av. Prestes Maia, as indicações são praticamente inexistentes.

Nos pontos de ônibus, as condições de desembarque não se apresentam de forma padronizada ou funcionalmente eficientes, alternando entre uma quase adequação à total falta de organização, incluindo a ausência de um dimensionamento mínimo do espaço necessário ao seu bom funcionamento, sobretudo nos horários de pico. A aglomeração, somada ao calçamento precário e à largura exígua das calçadas, torna o embarque e desembarque tarefas que exigem certa agilidade. Em alguns pontos, a área de desembarque inclui todo um sistema de restrição à travessia de pedestres constituído por correntes, canteiros murados ou a associação dos dois elementos. A imposição de tal disciplina de circulação proporciona algumas vezes situações no mínimo curiosas. Aqueles menos familiarizados com a sistemática e localização dos pontos de travessia pré-determinados podem ser obrigados a desvios e trajetos não planejados, às vezes deparando-se com verdadeiros becos acorrentados, obrigando ao percurso suplementar que por vezes supera os 50 metros.

A prioridade do tráfego de veículos se confirma na medida em que o sistema de correntes e canteiros murados não encontra correspondência na presença constante de faixas de segurança visíveis e semáforos de travessia em funcionamento. De qualquer forma, neste estágio dos percursos a atenção se concentra mais nas possíveis alternativas de trajeto e na transposição de obstáculos que na percepção do potencial visual oferecido pela paisagem local.

Previsivelmente, a condição de pedestre proporciona melhores e maiores possibilidades de percepção, comparativamente ao deslocamento por meio do transporte coletivo, tanto pela liberdade de escolha de trajetos quanto pela própria velocidade de percurso. Esta condição se torna mais favorável em alguns trechos dos percursos pela presença das ruas de tráfego exclusivo para pedestres, os calçadões, que permitem que a atenção necessária para circular em meio aos veículos seja deslocada para a percepção do entorno. No entanto, a melhoria das

condições não significa um percurso livre de entraves, sejam de natureza física ou visual. O próprio fluxo de pedestres, a freqüente invasão das calçadas por equipamentos e mobiliário de estabelecimentos comerciais, as placas de publicidade e os produtos expostos por ambulantes e camelôs, somados à pavimentação precária, constituem obstáculos consideráveis. Desta forma, a atenção ainda tem como seu objeto prioritário a busca de possibilidades de deslocamento em detrimento do cenário que se oferece.

A cada passo evidencia-se que a cidade é fluxo, e o Centro constitui, em primeiro lugar, um nó de vias e caminhos, indicando uma tendência à mono-funcionalidade das ruas de pedestres que passam a responder pelo papel exclusivo de artérias de escoamento de tráfego. Esta perspectiva se evidencia pela quase total ausência de áreas de descanso, bancos ou assentos de qualquer espécie. Como conseqüência, o descanso ou pausa nos percursos ficam submetidos à oferta dos estabelecimentos comerciais, o que significa um acesso mais restrito e condicionado ao consumo.

Em alguns trechos são observados canteiros ajardinados cercados por muretas, algumas ostentando gradis de até 1,50 m. sobrepostos à alvenaria. Numa clara subversão de sua função programática, significando um uso adaptado às reais necessidades, as muretas dos canteiros passam a servir como precários assentos para descanso da população local. Mesmo que o confinamento dessas pequenas áreas com vegetação possa ser explicado por questões relativas ao vandalismo e manutenção, permanece uma estranha impressão que relaciona a idéia de grades à segurança.

- Da Praça da República à Praça da Sé

Este percurso liga as duas partes da região central, o Centro Novo e o Centro Velho, que, pela própria denominação, sugere a presença de características marcantes e capazes de tornar evidentes as distintas identidades espaciais. A Praça da República se configura como uma grande ilha de vegetação cercada de avenidas de intenso fluxo de veículos. As calçadas que a contornam também

apresentam intensa movimentação de pedestres, que se somam aos ambulantes e camelôs na disputa por espaço, especialmente no lado voltado para a Avenida Ipiranga. Nesta face da Praça está instalada uma seqüência de pontos de embarque de ônibus, o que faz com que nas horas de pico os pedestres tenham que literalmente invadir o leito carroçável da Avenida. Na mesma calçada se encontra o Edifício da Escola Caetano de Campos, que se destaca na paisagem local. O trajeto através da praça não inspira segurança, seja pela falta de visibilidade decorrente da vegetação densa e das interposições visuais causadas por barracas, placas e outros objetos, seja pela constatação de um fluxo menor de pedestres em tal percurso.

A esquina da Rua Barão de Itapetininga com a Avenida Ipiranga é marcada pelo fluxo de pedestres e pela surpreendente ausência de camelôs e ambulantes, freqüentes em todo o entorno imediato. A largura da Rua, exclusiva para pedestres, oferece condições para alguma insolação, fato raro nas ruas adjacentes. Mesmo cercada por edifícios de alturas que variam de sete a dez pavimentos, entre 20 e 35 metros aproximadamente, características mantidas em toda a sua extensão, a sensação de claridade e ventilação persistem ao longo do dia. A partir da Rua Barão de Itapetininga, em direção às ruas paralelas em ambos os lados, se oferecem alternativas de percursos através de diversas galerias, lugares únicos na região, cuja longevidade e persistência ao longo dos anos atesta sua eficiência comercial, principalmente quando comparados a algumas ruas adjacentes, em estado de estagnação evidente.

A exceção é a Rua Marconi, que chama a atenção, em primeiro lugar, pelo contraste com as ruas adjacentes, prevalecendo uma luminosidade filtrada e suave. Um simples percurso pela Rua, constituída por um único quarteirão, revela uma relação específica entre sua largura e o gabarito dos edifícios de um dos lados da rua, que variam de três a cinco pavimentos, como fator responsável pela ambientação específica. Outro fator importante é raridade de placas, faixas e cartazes de publicidade, presentes nas ruas adjacentes, elementos responsáveis pela sobrecarga visual característica da área. Os edifícios de maior porte se encontram em bom estado de conservação, mantendo as características de sua

arquitetura original, o que contribui para conferir uma identidade ao lugar. Também se registra na paisagem local a presença de uma árvore que parece brotar do próprio calçamento, exemplar único nos calçadões do centro, que apesar do grande porte, com altura superior a cinco metros, pode passar despercebida a um olhar menos atento.

A primeira etapa do percurso termina na esquina da Rua Conselheiro Crispiniano, ao lado do Teatro Municipal. Este trecho apresenta um conjunto de edifícios e elementos urbanísticos únicos e característicos. De um lado do Vale do Anhangabaú o Teatro Municipal, o Edifício do antigo Mappin e o Edifício Alexandre Mackenzie (atual Shopping Light), seguem-se o Viaduto do Chá e, do lado oposto, o Ed. Matarazzo e a Praça do Patriarca. Conjugando as características topográficas peculiares do sítio e a presença destes edifícios e estruturas arquitetônicas marcantes, constitui-se um lugar de identidade inequívoca.

- A travessia do Vale

A travessia pelo Viaduto do Chá proporciona uma experiência visual de intenso contraste: a perspectiva do horizonte é uma situação de exceção e a sensação de amplitude e da distância alcançada pela visão funciona como uma espécie de “respiradouro visual”. O projeto paisagístico do Vale do Anhangabaú é evidenciado pela perspectiva a partir do Viaduto, revelando os amplos espaços pavimentados cortados por áreas ajardinadas. Aqui se encontram bancos para descanso dos pedestres, embora boa parte deles esteja colocada em área sem sombreamento adequado. A experiência da travessia é diferente nas perspectivas em cada lado do Viaduto: na direção da Praça do Patriarca, o lado direito possui uma calçada mais larga, invariavelmente ocupada por cartomantes, ciganas, leitores de búzios, misturados à mendigagem e aos ambulantes. A vista do Vale nesta perspectiva dá conta apenas do fluxo de automóveis em direção ao túnel sob o grande jardim que se abre do lado oposto do viaduto. A perspectiva

privilegiada é a do lado esquerdo do viaduto, capaz de proporcionar um panorama da totalidade do Vale, e que se estende para além do Viaduto Santa Ifigênia.

A Praça do Patriarca, marca de forma inequívoca a entrada do Centro Velho. A presença da Praça é anunciada por um portal de dimensões colossais que sustenta uma cobertura em forma de concha sobre o acesso à Galeria Prestes Maia. Sob qualquer aspecto, tal monumento não passa despercebido e, em um primeiro momento, deixa a Praça e seus edifícios, alguns tombados como patrimônio, em um segundo plano. Entretanto, ao adentrar o espaço da Praça, percebe-se que a apropriação do leito de rodagem do antigo terminal de ônibus pelo novo calçadão resultou numa área que permite uma visualização privilegiada dos edifícios ao redor.

A continuidade do trajeto, com destino à Praça da Sé, se faz pela Rua Direita, em cujo início está postada a estátua do Patriarca, elemento central na antiga configuração da Praça. Tradicionalmente uma das ruas comerciais mais movimentadas da região, a Rua Direita apresenta um tráfego de pedestres de intensidade semelhante à Rua Barão de Itapetininga. Porém aqui as possibilidades de deslocamento e percepção da paisagem local são prejudicadas principalmente pela largura da própria rua e pela presença intermitente de ambulantes. Com sua mercadoria exposta no leito da rua, ao primeiro sinal de alarme sobre a presença da fiscalização, imediatamente recolhem tudo e se dispersam na multidão. Este “balé urbano” é rotina característica e denuncia em seu movimento os usos do espaço público, evidentes subversões de suas funções programáticas, que a diversidade social do lugar impõe.

O percurso entre o Centro Velho e o Centro Novo revela que as diferenças previstas pela toponímia não se referem às características topográficas, urbanísticas e construtivas, nem à heterogeneidade do conjunto arquitetônico, que faz prevalecer a mistura de formas e estilos nitidamente datadas de diferentes épocas. Estas características se mantêm constantes em ambos os lados do Vale. É no traçado das ruas e na irregularidade dos quarteirões que se

constitui o diferencial entre as duas áreas, fazendo supor uma distância temporal entre suas origens.

Especificamente em relação às edificações, é necessária alguma atenção para perceber alguns edifícios mais antigos em meio ao contexto visual predominante. Numa paisagem caracterizada por edifícios de arquitetura pobre, em estado de conservação precário, cujas fachadas geralmente se escondem total ou parcialmente por trás de placas, cartazes e faixas de publicidade, os poucos exemplares da arquitetura anterior aos anos 50 se denunciam pela presença de elementos ornamentais nas fachadas. Seu destaque é a medida da falta de qualidade estética que os cerca.

Embora o Viaduto do Chá seja o caminho mais utilizado, é também possível a travessia pelo próprio Vale ao percorrer, por exemplo, a Avenida São João em direção ao Largo de São Bento. Aqui a atenção se volta para a percepção das mudanças qualitativas do espaço público em pleno percurso, iniciado junto ao fluxo intenso de automóveis na Avenida. Ao atravessar a Rua Conselheiro Crispiniano, a Avenida São João se transforma em um calçadão de largura equivalente às cinco pistas de rodagem, cercada por edificações baixas e em mal estado de conservação, culminando com o edifício dos Correios, ainda fechado em reforma, que marca a esquina para o início da travessia do Vale.

Aqui aparece uma seqüência de estruturas e equipamentos que se tornam os focos de atenção do Vale, no geral caracterizado por seus amplos espaços pavimentados e pela ausência de outros equipamentos, marcos ou pontos de atração. O conjunto em questão se constitui de uma estrutura escalonada, possível arena para apresentações, que por sua situação provoca o desvio de trajetória, ao encontro de um chafariz. Equipamento raro na região central, embora especialmente compatível com o micro-clima do ambiente urbano, muito bem-vindo nos dias de calor, é em torno deste conjunto que o tráfego de pedestres se concentra, o ritmo dos passos se abranda sendo até possível encontrar grupos de pessoas conversando, evento raro em toda a extensão do Vale.

A próxima seqüência se inicia com a travessia da Rua Líbero Badaró, iniciando a subida para Praça Antonio Prado. Nos baixos do Edifício Martinelli se faz notar uma seqüência de estabelecimentos comerciais cuja característica é o uso de placas de identificação de tamanho e disposição padronizadas, único exemplo encontrado em toda área. Acompanhando a subida, do lado oposto, uma grande área ajardinada, devidamente cercada por grades de ferro, leva ao acesso à praça Antonio Prado, marcado por um relógio antigo. A Praça em si constitui um exemplo interessante de uma tentativa de recuperar, por meio da forma, o significado urbano de uma praça tradicional, lançando mão de equipamentos e elementos visuais de características cenográficas. De fato, a área ocupada pela praça é de dimensões bastante modestas e se integra harmonicamente como prolongamento da Av. São João. Nela se distribuem uma banca de jornais, uma engraxataria, um coreto, canteiros devidamente murados, e nenhum banco ou assento para descanso, conforme modelo adotado em toda a área central. Os equipamentos citados são revestidos em madeira envernizada e apresentam coberturas amarelas, com um grau de inclinação característico, invocando um estilo arquitetônico de inspiração indecifrável, provavelmente européia. Embora sua presença imponha uma identidade característica ao lugar, não há qualquer referência visual de natureza estilística, cromática ou de materiais construtivos ao seu entorno imediato, apesar do Edifício Martinelli, marco obrigatório na paisagem do Centro, estar a menos de cinqüenta metros do conjunto. Sem entrar no mérito da qualidade estética do resultado, fica patente a falta de referências e de diálogo entre edifícios e equipamentos urbanos adjacentes. A justaposição de elementos e conjuntos desvinculados, fragmentos urbanos dentro do fragmento urbano, se apresenta característica recorrente na área central da cidade.

- Largo do Paissandu - Praça Dom José Gaspar

Partindo da Avenida Rio Branco em direção à Praça Dom José Gaspar, três percursos se apresentam como possibilidades mais significativas. No primeiro, o acesso é pela Rua Conselheiro Crispiniano – Rua Sete de Abril. O segundo se

utiliza da Rua Dom José de Barros e o terceiro percorre as galerias que atravessam os quatro quarteirões que separam as duas praças.

Isolado entre as Avenidas São João e Rio Branco, o Largo de Paissandu abriga a Igreja de Nª Sª do Rosário, que se destaca na paisagem pelo contraste cromático e por sua orientação, o eixo Norte-Sul, que causa certo estranhamento em função de seu alinhamento não conforme às vias adjacentes. Possuindo uma vegetação inexpressiva, a configuração do Largo parece responder exclusivamente à sua função de terminal de ônibus. Sua travessia revela entre os freqüentadores diversos moradores de rua que se utilizam dos bancos ao lado da igreja. Mesmo no período diurno é fácil constatar que o Largo também é um ponto da prostituição, fato corroborado pela presença de hotéis de baixa categoria e placas de aluguel de quartos pendurados nas portas de imóveis em estado de deterioração avançado.

A entrada da Rua Conselheiro Crispiniano mostra um cenário que confirma o estado decadente deste trecho do Centro, no qual se mantém a presença de edificações em mal estado de conservação. Importante notar a presença de estacionamentos, atividade que ocupa praticamente todos os imóveis do quarteirão que se inicia na Avenida São João. Funcionando nas lojas que anteriormente eram ocupadas por diversos ramos do comércio, a presença destes estacionamentos não é apenas um indicador da demanda pelo serviço, mas principalmente da falta de outras possibilidades comerciais mais rentáveis, uma vez que a implantação deste tipo de estabelecimento não exige qualquer investimento em equipamentos, apenas a presença de mão de obra não qualificada. O contraste com o lado oposto da rua, onde ainda resiste o suntuoso edifício do Cine Marrocos, agora fechado, é significativo e revela na paisagem do lugar o inequívoco registro da passagem do tempo.

A diversificação comercial se inicia a partir da esquina com a Rua 24 de Maio e se estende até a Rua Sete de Abril. Ainda existem remanescentes daquilo que foi o maior centro especializado em produtos fotográficos de toda a cidade, mas o comércio atual se diversificou e disputa o espaço com barracas de camelôs que

dividem longitudinalmente o leito da rua, formando um alinhamento paralelo às lojas. Situação semelhante pode ser encontrada no percurso através da Rua Dom José de Barros. A seqüência de edifícios em estado precário, a ocupação do leito da rua por barracas de camelôs e a presença de pequenos estabelecimentos comerciais, sobretudo bares e restaurantes, não impõem nenhuma marca identitária à Rua. Prevalece a impressão de uma total falta de organização espacial.

De fato, o percurso através das galerias se revela como uma experiência diferenciada. Aqui as dimensões dos espaços de circulação e a largura dos corredores e recintos são claramente referenciadas numa “escala pedestre”, na qual os passos são a unidade de deslocamento, experiência que contrasta frontalmente com o percurso pelas ruas. Também colabora para esta impressão o fato de se percorrer ambientes cobertos que, além de oferecerem abrigo do clima exterior, trazem uma referência inconsciente à proteção e à segurança. A possibilidade de abrandar a velocidade, de se deter em meio ao deslocamento, favorece o contato social e a disposição de vitrines e produtos expostos em seqüências de cores e formas diversas oferece um tipo de experiência espacial única, qualitativamente diferenciada em relação aos demais percursos.

A Praça Dom José Gaspar, que abriga o Edifício da Biblioteca Municipal, também constitui um lugar diferenciado no percurso. As características de sua implantação somadas à arborização relativamente densa produzem um micro-clima mais ameno e uma atenuação dos ruídos originados pelo tráfego de veículos, embora a recente reurbanização tenha removido grande parte dos bancos e locais para descanso. Esta mesma reurbanização trocou a pavimentação original por lajotas multicoloridas, solução aparentemente inexplicável, possivelmente resultado de uma execução parcial ou interpretação equivocada do projeto original. A vegetação da Praça forma um conjunto com a do canteiro central da Avenida São Luiz e oferece uma sensação de continuidade de ambientação em direção à Praça da República, reforçada pelas largas calçadas e edifícios sobre pilotis.

- O Centro Velho

Para os percursos relativos ao outro lado do Vale do Anhangabaú, optou-se por um circuito ligando o Largo de São Francisco, Largo de São Bento, Pátio do Colégio e Praça da Sé, perímetro que engloba o triângulo histórico, sítio que concentrava as principais funções e serviços até as primeiras décadas do século XX.

Conforme anteriormente afirmado, a característica mais marcante desta área do centro se refere ao traçado predominantemente não retilíneo e à largura variável das ruas, conformando quarteirões irregulares. Tanto quanto do lado oposto do Vale, o conjunto de edifícios datados de diferentes períodos apresenta uma mistura de estilos, prevalecendo certo destaque visual adquirido pelos edifícios mais antigos, que resistiram à modernização imposta nos anos 50 e 60. Sua volumetria e aberturas características estabelecem um ritmo visual ausente nas fachadas envidraçadas, monótonas e, de modo geral, mal conservadas dos edifícios mais modernos. Mantendo uma cromaticidade neutra, baseada em matizes de beges, ocres e cinzas, às vezes servindo de fundo para as freqüentes pichações, os edifícios mais antigos reclamam uma identidade própria, dentro do ecletismo arquitetônico original, que faz destacar sua ornamentação característica.

Em algumas partes do Centro Velho é possível notar um certo padrão de cuidados com limpeza e manutenção de edifícios e do espaço público em seu entorno imediato, especialmente naquelas ruas onde se localizam edifícios ocupados por atividades relacionadas ao setor bancário e financeiro. O traçado não retilíneo das ruas e os quarteirões pequenos e irregulares fazem com que alguns trechos sejam compostos por empenas e fachadas cegas, configurando corredores de circulação sem qualquer atividade comercial ou focos visuais de maior interesse. Neles, o movimento é comparativamente menor que no resto das ruas, o que também resulta na ausência de camelôs e ambulantes.

Mas a identidade do lugar se faz sentir de forma inequívoca naqueles espaços públicos que constituem os marcos históricos mais evidentes: Largo de São Francisco, Largo de São Bento e Pátio do Colégio. Não se inclui na mesma categoria a Praça da Sé, pois, embora constituindo um espaço de forte significado simbólico, inclusive abrigando o marco zero da cidade, sua configuração atual, resultado da construção da estação Sé do metrô, não permite percebe-la como uma unidade centralizada pela presença da Catedral Metropolitana.

De fato, o espaço ocupado pela Praça se divide em duas partes de características distintas. A primeira é uma grande calçada que se estende da Rua Venceslau Braz até as escadarias da Catedral, onde também está presente o marco zero. Aqui a atividade e a passagem de pedestres é intensa, inclusive com a presença de ambulantes e camelôs. A outra parte, que tem no projeto de paisagismo sua razão de ser, é constituída por uma composição de planos verticais e horizontais que fragmenta o espaço da praça em diversos compartimentos. O acesso visual entre tais compartimentos fica comprometido pelos desníveis e planos em concreto aparente que compõe os canteiros, favorecendo sua ocupação por moradores de rua. A configuração desta parte da Praça não busca nem propicia qualquer relação com os edifícios em seu entorno, especialmente o conjunto que se estende da esquina com a Rua 15 de Novembro até a Rua Senador Feijó que, apesar de mal conservado, ainda mantém suas características originais.

O acesso ao Pátio do Colégio se faz pela Rua Roberto Simonsen, marcada pelo tráfego intenso e pela presença de diversos edifícios antigos, grande parte em estado de conservação deplorável, alguns quase em ruínas. De fato, o conjunto arquitetônico que compõe o Pátio do Colégio constitui outro marco de características únicas na cidade. O cuidado com a limpeza, manutenção e a sinalização nos edifícios e na pavimentação, fatores só encontrados aqui, denunciam que se trata de um destino turístico, fazendo intuir que talvez seja o único em toda a área estudada. O acesso ao interior do conjunto mostra as características de espaço museal, contando com os serviços básicos para atendimento ao público. Na parte posterior do conjunto, correspondente à face

leste da colina original da cidade, abre-se um pátio de onde se avista parte da várzea do Tamanduateí, inclusive o Mercado Municipal e seu entorno.

O percurso prossegue pela Rua Boa Vista, cuja configuração evoca uma ravina, um cânion formado pela relação entre edifícios de grande porte, acima de dez pavimentos, e a largura da Rua. Aliada à sua implantação orientada na direção Norte-Sul, este percurso é constantemente sombrio, permanentemente frio e sua configuração é propícia à ocorrência de ventos, sobretudo nos meses de outono e inverno, impressão que se dissolve com o contraste dos espaços amplos e presença de insolação no Largo de São Bento. Interessante notar que, apesar de também abrigar uma estação do metrô, assim como a Praça da Sé, o impacto visual provocado por sua implantação no Largo não parece interferir na organização do espaço nem na visualidade possível de forma tão evidente.

Ao contrário do que acontece com a Catedral, aqui a Igreja de São Bento se insere no contexto, em harmonia com seu entorno que, apesar de não apresentar características arquitetônicas notáveis ou excepcionais, mantém um gabarito constante, predominantemente baixo, dois a quatro pavimentos, garantindo o acesso visual mais amplo e a impressão de uma abertura de perspectiva. O percurso através do Largo leva ao Viaduto Santa Ifigênia, outra opção de travessia do Vale do Anhangabaú, a partir do qual se proporcionam diversas vistas interessantes desta área da cidade.

A próxima etapa do percurso se faz pela Rua São Bento em direção ao Largo de São Francisco. Também aqui o fluxo de pedestres é intenso, mas o trajeto, exceção feita ao cruzamento com a Av. São João e Praça Antonio Prado e à travessia da Praça do Patriarca já devidamente descritas, não destaca nenhum marco significativo na paisagem local. O aspecto sombrio da Rua aliada à sua largura reduzida e à sobrecarga visual proporcionada pelas placas e cartazes dispostos nas fachadas mal cuidadas das lojas produz condições adversas para uma percepção mais atenta. Aqui os camelôs são substituidos por vendedores e representantes de instituições financeiras que abordam os passantes e apregoam seus produtos em alto e bom som. De fato, trata-se de um percurso através de

um corredor de escoamento de tráfego de pedestres segmentado por praças e largos, sem maiores significados. O seu ponto terminal é o Largo de São Francisco onde o calçadão é interrompido pelo fluxo de veículos e o ambiente se transforma com a luminosidade. A perspectiva de abre sobre os edifícios da Igreja de São Francisco e da Faculdade de Direito, colocando em destaque estes significativos marcos na paisagem. Como complemento do conjunto arquitetônico, em direção à Rua Benjamin Constant, logo se avista o edifício da Escola Comercial Alvares Penteado, cujo estilo e precário estado de conservação não deixam dúvidas quanto à sua idade.

- Percursos em companhia

Conforme anteriormente estabelecido, os percursos em companhia visam principalmente estabelecer alguns parâmetros intersubjetivos sobre a experiência do espaço urbano do Centro de São Paulo. Para que o procedimento pudesse ocorrer com um mínimo de interferência possível na rotina diária dos participantes, foram efetuados os devidos arranjos nas agendas e cronograma da pesquisa de forma a adaptá-los aos horários mais convenientes aos participantes. Foram estabelecidos cinco diferentes grupos de pessoas, compostos por até cinco elementos, sob os critérios de atividades, interesses e motivos que levavam estas pessoas ao Centro, com base nos resultados das entrevistas anteriormente apresentadas. Note-se que os participantes das entrevistas não participam dos percursos, e vice-versa, de forma que não existe nenhum indivíduo em comum nos dois grupos.

Cada um dos grupos, formado pelo pesquisador através de relações de conhecimento direto com pelo menos um participante, foi acompanhado em diferentes dias e horários, em pelo menos três ocasiões, entre agosto e dezembro de 2004. Desta forma, os grupos passam a ser identificados da seguinte maneira:
A. Pessoas que trabalham na área objeto de estudo, composto por cinco pessoas de ambos os sexos, na faixa etária dos 20 aos 35 anos;
B. Pessoas que estudam na área objeto de estudo, composto por quatro pessoas de ambos os sexos, na faixa etária entre 18 e 25 anos;

C. Pessoas que freqüentam a área objeto de estudo motivadas pela oferta comercial e consumo, composto por quatro pessoas de ambos os sexos, na faixa etária entre 20 e 50 anos;
D. Pessoas que exerceram suas atividades profissionais na área objeto de estudo por mais de 20 anos, ou que ainda mantém vínculos com o lugar pela freqüência, composto por quatro pessoas de ambos os sexos na faixa etária entre 45 e 75 anos;
E. Pessoas que não se enquadram nas categorias anteriores, não freqüentadoras assíduas da área objeto de estudo, composto por cinco pessoas, de ambos os sexos, na faixa etária entre os 18 e 45 anos.

O resultado é apresentado na seqüência sob a forma de sínteses narrativas, compostas pela seleção de depoimentos e situações observadas pelo pesquisador em cada um dos grupos e eventuais citações representativas.

Por uma questão de conveniência para o grupo formado por pessoas que trabalham na região (grupo A), nossos encontros ocorreram na hora do almoço ou ao final do expediente. Os diferentes períodos por si só estabelecem cenários e ambientações totalmente diversas, fato corroborado pelos diferentes públicos e as sensíveis alterações no próprio ritmo da cidade. O horário de almoço representa um aumento substancial no movimento de pedestres e no afluxo aos estabelecimentos comerciais, o que torna difícil o diálogo e a interação no grupo. Toda a atenção se volta para o deslocamento rápido em função de encontrar espaço nos restaurantes locais e o cenário como que desaparece em meio à multidão que toma as ruas. Quando surge a oportunidade de algum diálogo, o tema central é a necessidade de rapidez no horário de almoço, que deve ser aproveitado também para outras atividades de naturezas diversas, já que a diversidade comercial e de serviços é apontada como única em toda a cidade e, aliada à facilidade de acesso, é admitida como a grande vantagem em se trabalhar no Centro.

Parece ser unânime que uma conversa mais produtiva neste horário é impraticável, e o próprio percurso em companhia não produz grandes resultados

por conta das condições desfavoráveis para o deslocamento e a pressa de alguns componentes do grupo. Desta forma, fica estabelecido que seria mais produtivo se nossos próximos encontros ocorressem ao final do expediente, partindo da Praça Ramos de Azevedo, em frente ao Teatro Municipal, em direção ao Centro Velho.

Ao final da tarde, a luminosidade natural transforma a paisagem local e a iluminação dos edifícios adiciona uma nova condição, destacando alguns elementos da paisagem local e escondendo outros. Agora a caminhada é mais compassada, e os diálogos e observações fluem da forma mais natural, por vezes abordando a influência das diferenças de horário na percepção. Surgem comentários a respeito da beleza da cidade iluminada, especialmente quando se atravessa o Viaduto do Chá. Neste horário de pós-expediente, em alguns trechos do Centro Novo, especialmente na Praça Antonio Prado, o movimento de bares é intenso e implica numa dinâmica diferente em comparação ao período diurno. Torna-se claro que, para alguns, o Centro à noite oferece oportunidades de alguns momentos de lazer, *"... para esperar o tráfego aliviar, e só ir embora mais tarde, quando o trânsito está mais tranqüilo"*[34].

Um dos membros do grupo reside na região Central e afirma categoricamente que é o melhor lugar para se morar em São Paulo, destacando a acessibilidade e a oferta de serviços capaz de suprir todas as necessidades a qualquer hora[35]. Quase que automaticamente, a questão da segurança do lugar entra em pauta como interesse geral, seguindo-se as inevitáveis narrativas de situações perigosas vividas ou testemunhadas, tornando claro que a questão é um entrave para que o potencial que a área oferece seja melhor aproveitado por seus habitantes.

---

[34] Depoimento espontâneo de um dos membros do grupo

[35] *"É muito bom morar no centro. É uma região segura, com fácil acesso à tudo, cheia de ônibus, metrô e, mesmo de carro, se está sempre no contra-fluxo. Você fica até mal acostumado, porque se acostuma a ter tudo na hora que quer e do seu lado. ... Encontra-se de tudo e todos aqui, para todos os gostos. ... Entretanto, meus amigos têm muito receio daqui do centro, e são poucos que vêm até minha casa à noite. No começo eu também achava perigoso, mas agora estou totalmente acostumada e percebi que não é perigoso como eu imaginava. Aqui tenho tudo o que eu preciso. Não troco o centro por nenhum outro bairro...".* (Depoimento espontâneo de um dos membros do grupo).

Também ficou evidente que o fato de ter o local de trabalho na região resulta no conhecimento de suas ruas e lugares de forma detalhada. O principal indicador foi a citação de diversos bares e restaurantes espalhados por todo o Centro, incluindo detalhes de suas especialidades e descrições das respectivas localizações com o uso de referências espaciais precisas. As mais freqüentes, além do nome das ruas, foram as citações de praças e edifícios: *"O Largo São Bento", "O Prédio da Light", "O Mercado Municipal", "A Praça Antonio Prado",* entre outros.

Para quem estuda na região (grupo B), a área central da cidade se apresenta com uma identidade inquestionável. Seja em termos de oferta comercial e de serviços, seja pela presença e convivência, nem sempre pacífica e harmoniosa, de diversas classes sociais e tipos humanos. Os percursos realizados em companhia deste grupo revelaram uma perspectiva própria, capaz de assimilar mais facilmente a desorganização, os obstáculos e os fatores negativos como características que resultam na própria identidade do lugar. Para eles, o Centro vai muito além de ser simplesmente o lugar onde estudam.

"Isto aqui não é shopping center!"[36]*.* A frase resume com precisão a necessidade de uma perspectiva diferenciada para que se perceba de fato o que o Centro tem a oferecer, colocando um contraponto de comparação bastante significativo. O diálogo que se desenrola revela que, do ponto de vista dos membros deste grupo, os aspectos negativos do Centro são formulados, em sua maioria, por pessoas que insistem em adotar o modelo do Shopping Center como ideal de espaço urbano. Em oposição, o grupo afirma que a *"vida real está nas ruas"*, longe do ambiente controlado e asséptico dos Shoppings[37].

---

[36] Depoimento espontâneo de um dos membros do grupo

[37] *"Quando você anda pelo centro, a cidade se revela em detalhes que estão ali o tempo todo , mas você nem percebe ... E o Centro têm um cheiro característico de mijo, sua marca registrada, mas é ótimo ver o povo junto! Pobres, ricos, descamisados, boys, terno-boys e mendigos no mesmo lugar... É um belo lugar para conhecer a história da cidade, sua arquitetura e suas ambigüidades...".* (Depoimento espontâneo de membros do grupo).

O percurso com este grupo se revelou bastante produtivo, principalmente pela disposição, pelo entusiasmo e atenção à paisagem local, especialmente a valorização da arquitetura dos edifícios mais antigos. Para eles, andar pelo Centro é, por si só, uma experiência compensadora, embora não faltassem críticas em relação à falta de cuidado com o espaço público e ao abandono e desvalorização do patrimônio histórico. A respeito das referências espaciais, ficou registrado um destaque especial para a Galeria do Rock (Edifício Grandes Galerias) como um dos lugares mais interessantes e dinâmicos da região central, sendo colocado em um mesmo plano de importância que alguns edifícios históricos e locais tombados pelo patrimônio.

Para aqueles que se utilizam do Centro principalmente como local de compras (grupo C), a região apresenta sua face mais restrita à funcionalidade. Neste grupo, os interesses não estão voltados para o cenário, os edifícios antigos, os lugares aprazíveis, mas sim para a oferta comercial e as condições de acesso e circulação. O tempo disponível é limitado e, geralmente, cada visita obedece a um cronograma rígido. As principais observações ficam por conta da diversidade de oferta de produtos, dos pólos de comércio especializado presentes na região e das dificuldades de acesso e trânsito com automóveis, que para alguns é fator limitante para as compras.

Também a segurança é motivo de preocupação: *"... algumas coisas você só acha aqui, outras você encontra pela metade do preço que nas outras lojas de Shopping. Aí não tem outro jeito, tem que encarar esses problemas..."*[38]. As observações ao longo do percurso demonstram um misto de descontentamento e resignação a respeito das más condições de manutenção das vias e locais de passagem, da aglomeração constante e do mau cheiro, fatores que reforçam a impressão de descuido e insegurança. Para este grupo, as referências espaciais não estão nos edifícios ou marcos na paisagem, mas nas próprias ruas, como a 25 de Março, Rua Direita, Florêncio de Abreu, Santa Ifigênia, entre outras, notadamente aquelas que oferecem características especificamente comerciais.

---

[38] Depoimento espontâneo de um componente do grupo

O percurso com o grupo formado por pessoas cuja biografia e história profissional estão ligadas ao Centro (grupo D) fornece os dados e informações mais significativos sobre as relações de pertença e a identidade do lugar. Fica patente que a história pessoal é referenciada por lugares específicos, os lugares da memória, que freqüentemente são apontados em meio ao percurso e, com a mesma freqüência, recebem comentários de caráter nostálgico: *"... agora está diferente...", "... mudou muito isto aqui...", "por ali era o caminho do bonde que vinha da zona Norte..."*[39]. Para este grupo, as transformações na paisagem local são evidências da passagem do tempo, e os comentários dão conta do processo de decadência que se instalou na área. O fechamento do Mappin, a invasão dos camelôs e o estado de abandono em que se encontra a Praça da República, são fatos que parecem marcar na memória pessoal tal processo.

Entretanto, é neste grupo que se percebe com maior intensidade o apego a certas rotinas e rituais constatados pelos percursos realizados em seis diferentes oportunidades, com alterações mínimas no trajeto. A pausa para o café, sempre em um mesmo lugar, a compra do jornal do dia seguida da conversa fiada com o dono da banca, uma parada na lotérica para conferir os números da extração da "federal", constituem algumas das ações que parecem incorporar a configuração espacial como protagonista de um roteiro ensaiado ao longo de muitos anos caracterizado por uma série de atos que resistem às alterações impostas pelas transformações do lugar. O percurso parece se compor de caminhos que ligam lugares específicos, pontos fixos cuja identidade própria dá significado ao trajeto.

Entre aqueles que não são freqüentadores do lugar (grupo E) o próprio convite para integrar o grupo que realizaria os percursos já foi, logo de início e na maior parte das vezes, recebido com certo estranhamento. As pessoas convidadas tratavam de deixar claro sua falta de intimidade com esta parte da cidade e sua preocupação com os detalhes do processo. A fim de minimizar as resistências, foi combinado que nas três ocasiões em que se realizariam os percursos, nosso

---

[39] Depoimentos espontâneos de componentes do grupo

ponto de encontro e início seria na estação São Bento do metrô, evitando o uso de ônibus, que a princípio foi percebido como o fator que mais causou resistência entre os participantes.

Pela falta de conhecimento mais detalhado da área por parte dos componentes do grupo, coube ao pesquisador a determinação do roteiro dos percursos. O primeiro incluía a Rua Boa Vista e Rua 15 de Novembro, em direção ao Pátio do Colégio e Praça da Sé, e os demais percorriam diferentes trajetos em direção à Praça da República, através do Viaduto do Chá. Tais trajetos foram estabelecidos tendo como intenção mostrar a diversidade qualitativa da área objeto de estudo, abrangendo vias de tráfego intenso, ruas exclusivas de pedestres e lugares de interesse histórico e turístico.

Certa tensão foi comum ao início dos percursos. Os lugares desconhecidos, a aglomeração nas ruas, o ritmo intenso, a simultaneidade de estímulos e a preocupação com a segurança eram fatores que contribuíam para tanto. Os únicos elementos capazes de obter um pouco de atenção dos participantes foram alguns edifícios no trajeto, seja pelo estilo da arquitetura, seja pelas evidências de atos de vandalismo. Algumas observações demonstram o grau de desconforto dos participantes: *"Vir ao Centro é sinônimo de aborrecimento. Sempre que eu venho pra cá é só pra cuidar de problemas: cartório, fórum, contador..."*; *"Não é o que chamo de um passeio legal... aqui você fica com um olho no sujeito do lado, outro no caminho, e as mãos segurando a carteira..."; "Eu não sabia que o Centro estava tão mal tratado... faz uns cinco anos que não venho pra cá e as coisas parece que só pioraram"*[40].

A seqüência de observações negativas cessa quando atingimos o Pátio do Colégio. Aqui as atenções se voltam para o ambiente e, em alguns casos, é possível perceber expressões faciais de surpresa e satisfação, que vão se tornando mais intensas à medida que entramos nos edifícios do conjunto. De fato, são turistas em sua própria terra: visitando os recintos e instalações, tudo passa a ser belo e interessante, e as ruas que ficaram do lado de fora parecem pertencer

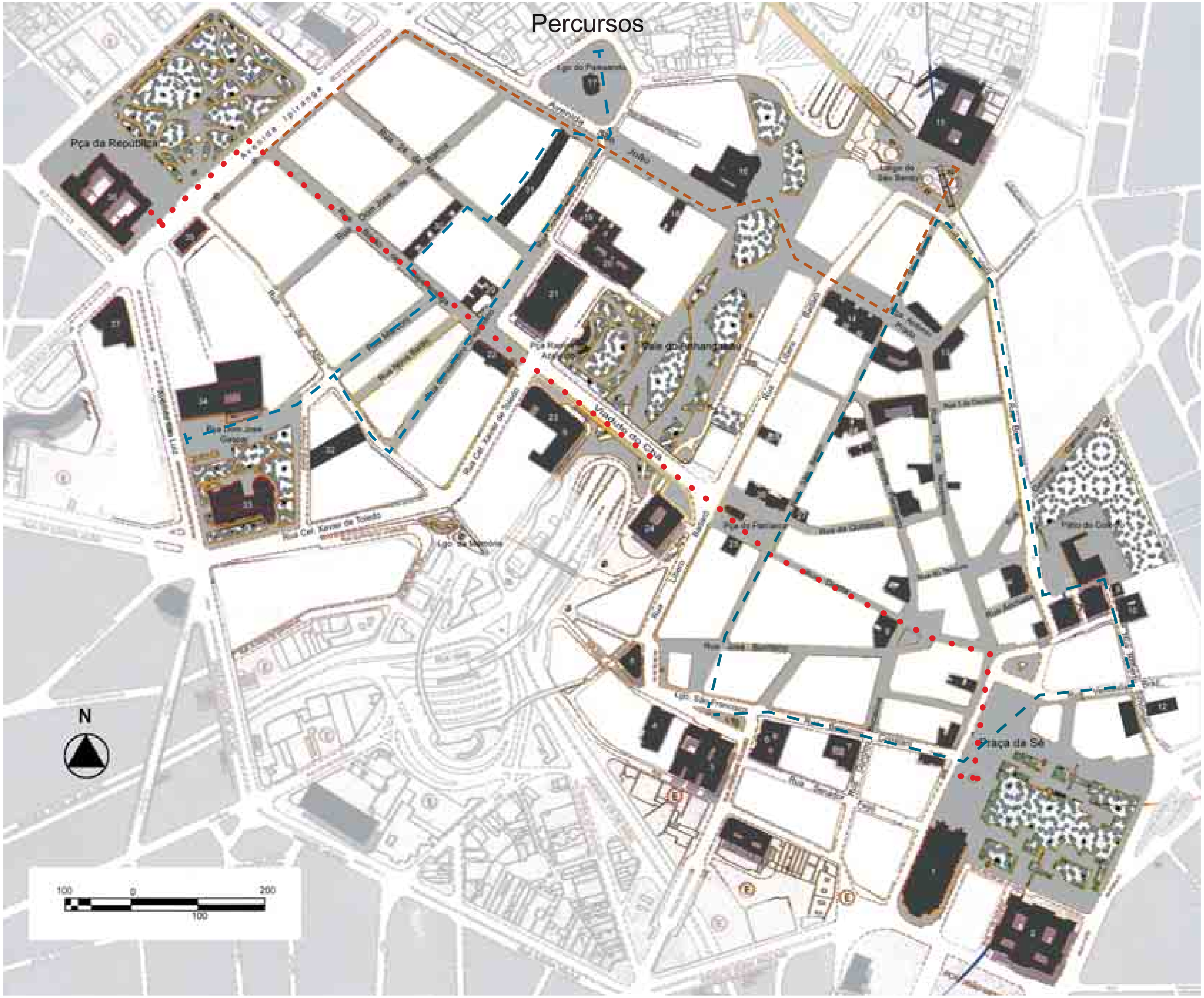
[40] Depoimentos espontâneos de componentes do grupo

a outra realidade. Além dos aspectos históricos envolvidos, parece ser o contraste entre a organização espacial do conjunto e aquele das ruas percorridas que se evidencia como fator determinante da mudança de atitude dos componentes do grupo, hipótese que se confirma ao retornarmos para a Rua Boa Vista em direção à Praça da Sé. Aqui, as expressões se transformam novamente, o ritmo dos passos aumenta e o percurso se faz em meio aos obstáculos que se sucedem ao longo das vias. No barulho das ruas destaca-se a cacofonia musical que vem da Rua General Carneiro, onde dezenas de ambulantes vendem cd's e demonstram seus produtos em intensidade sonora excessiva.

Nas imediações da Praça da Sé, os componentes do grupo resistem em prosseguir rumo à Catedral, só visitada em nosso terceiro percurso. Preferem escapar rapidamente pela Rua Direita em direção à Praça do Patriarca, cuja nova configuração só era conhecida por um dos componentes do grupo. A opinião geral é que a retirada dos ônibus melhorou o aspecto da Praça, mas houve controvérsias quanto ao portal instalado. Unanimidade foi a vista do Vale do Anhangabaú a partir do Viaduto do Chá, uma das mais significativas e interessantes em todo o percurso que culmina no Shopping Light. Aqui transparece uma sensação de alívio e relaxamento, não apenas pela oportunidade de descanso, mas principalmente pelo ambiente mais compatível com os hábitos da maioria dos componentes.

O mapa a seguir mostra os percursos realizados.

Percursos



Relação de edifícios de importância histórica e cultural

1. Catedral da Sé
2. Palácio da Justiça
3. Ed. Faculdade de Direito da USP
4. Igreja de S. Francisco
5. Ed. Saldanha Marinho
6. Escola Alvares Penteado
7. Casa das Arcadas
8. Ed. Antiga Radio Record
9. Casa n. 1
10. Casa da Marquesa de Santos
11. Conjunto do Pátio do Colégio
12. Ed. Sede Classes Laboriosas
13. Ed. Banespa
14. Ed. Martinelli
15. Colégio e Monastério de São Bento
16. Ed. dos Correios
17. igreja de N.S. do Rosário
18. Conservatório Dramático e Musical
19. Cine Marrocos
20. Antigo Hotel Esplanada - Sede Votorantin
21. Teatro Municipal
22. Ed. Antigo Mappin
23. Ed. Alexandre Mackenzie- Shopp. Light
24. Ed. Matarazzo -Sede Prefeitura SP
25. Igreja de Sto. Antonio
26. Ed. Patriarca n.56-96
27. Ed. Antiga casa Fretin
28. Ed. Sampaio Moreira
29. Ed. Glória
30. Galeria Guatapará
31. Ed. Grandes Galerias- Galeria do Rock
32. Galerias
33. Biblioteca Municipal
34. Galeria Metrópole
35. Ed. Esther
36. Ed. Colégio Caetano de Campos
37. Ed. Itália

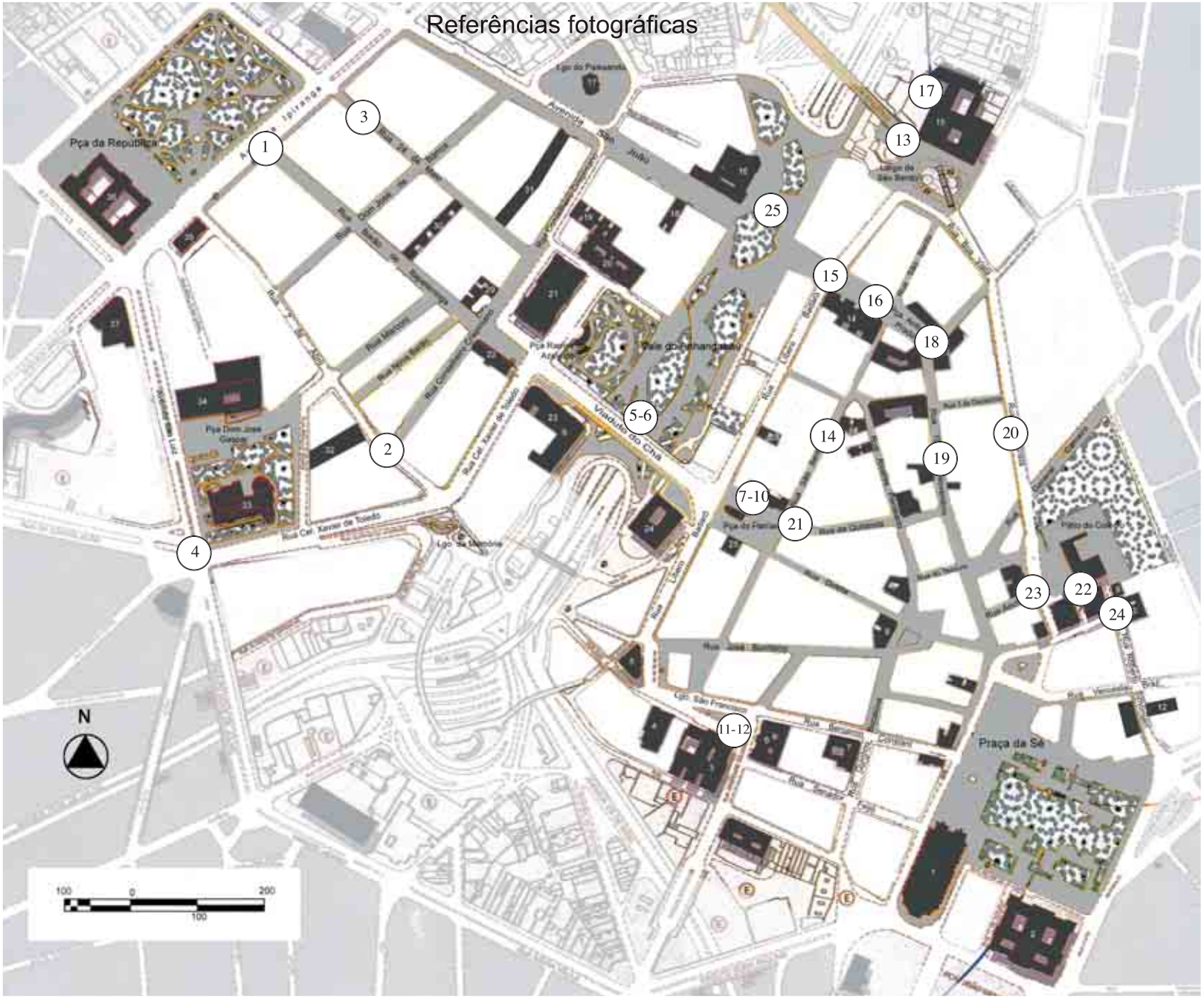
Elaborado por Eduardo Geraldes, 2006   Fontes: Cartas Município de São Paulo- folha Cerqueira Cesar - Emplasa- 1981 ;   Mapa Emurb/ Associação Viva o Centro- 2001

Legenda: áreas verdes | vias e áreas exclusivas de pedestres | edifícios de importância histórica e cultural

3.5 A Dimensão Visual

De acordo com o enfoque teórico aqui adotado, a *imagem - representação* da cidade tem na visualidade um de seus principais componentes. Desta forma, a abordagem do espaço urbano por meio de suas representações não estaria completa sem a correspondente documentação fotográfica. Sua apresentação toma por diretriz o acesso visual à paisagem urbana do lugar a partir dos percursos realizados e, desta forma, comparece como complemento necessário. As fotos foram produzidas pelo autor, entre 2002 e 2005, em datas não coincidentes com aquelas em que se realizaram os percursos relatados anteriormente, e procuram registrar as principais características e possibilidades de visualização da paisagem urbana. A forma de apresentação propõe a relação entre a localização da cena registrada, sua imagem e o texto como referências recíprocas.

Referências fotográficas



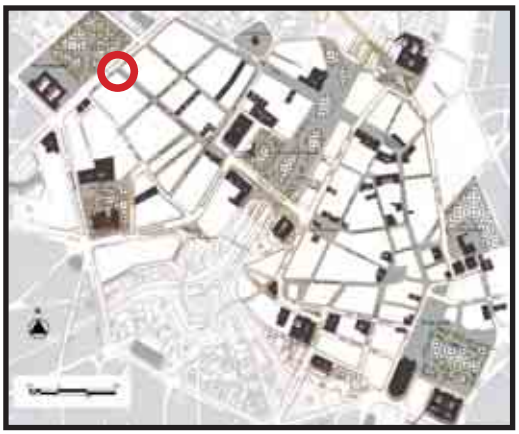
Relação de edifícios de importância histórica e cultural

1. Catedral da Sé
2. Palácio da Justiça
3. Ed. Faculdade de Direito da USP
4. Igreja de S. Francisco
5. Ed. Saldanha Marinho
6. Escola Alvares Penteado
7. Casa das Arcadas
8. Ed. Antiga Radio Record
9. Casa n. 1
10. Casa da Marquesa de Santos
11. Conjunto do Pátio do Colégio
12. Ed. Sede Classes Laboriosas
13. Ed. Banespa
14. Ed. Martinelli
15. Colégio e Monastério de São Bento
16. Ed. dos Correios
17. igreja de N.S. do Rosário
18. Conservatório Dramático e Musical
19. Cine Marrocos
20. Antigo Hotel Esplanada - Sede Votorantin
21. Teatro Municipal
22. Ed. Antigo Mappin
23. Ed. Alexandre Mackenzie- Shopp. Light
24. Ed. Matarazzo -Sede Prefeitura SP
25. Igreja de Sto. Antonio
26. Ed. Patriarca n.56-96
27. Ed. Antiga casa Fretin
28. Ed. Sampaio Moreira
29. Ed. Glória
30. Galeria Guatapará
31. Ed. Grandes Galerias- Galeria do Rock
32. Galerias
33. Biblioteca Municipal
34. Galeria Metrópole
35. Ed. Esther
36. Ed. Colégio Caetano de Campos
37. Ed. Itália

Elaborado por Eduardo Geraldes, 2006 Fontes: Cartas Município de São Paulo- folha Cerqueira Cesar - Emplasa- 1981 ; Mapa Emurb/ Associação Viva o Centro- 2001

Legenda: áreas verdes vias e áreas exclusivas de pedestres edifícios de importância histórica e cultural

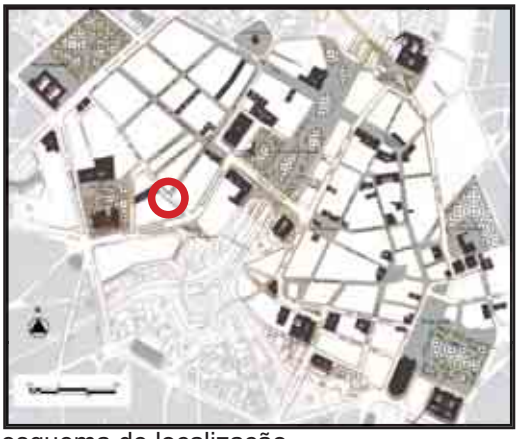
Foto 1
Rua Barão de Itapetininga - Praça da República


esquema de localização

A tipologia da arquietura e configuração da implantação são características desta área. A única forma de obter esta perspectiva foi a partir da janela de um ônibus, numa manhã de sábado, quando o tráfego é menos intenso. De fato, as avenidas que circundam as ruas exclusivas para pedestres se configuram como obstáculos visuais e físicos para o pedestre, e desta forma marcam claramente as fronteiras entre diferentes setores da região central.

foto: Eduardo Geraldes 2004

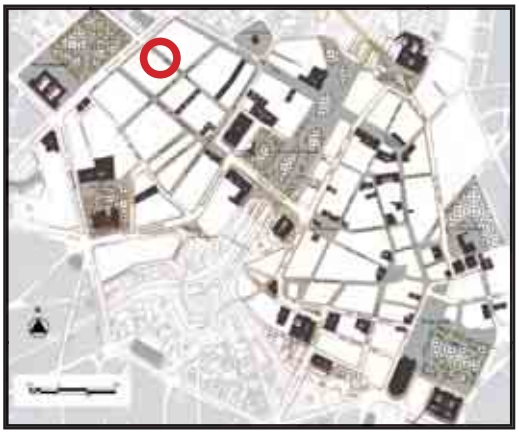
Foto 2
Rua Sete de Abril - Rua Conselheiro Crispiniano


esquema de localização

A edificação em foco é uma das únicas remanescentes neste setor da cidade e mantém suas características originais. A carga cromática dá o destaque necessário em relação aos edifícios no entorno imediato e evidencia que a questão da harmonia e uniformidade na paisagem não é fator primordial ou característico na região central. Pelo contrário, suas características são fundamentadas pela heterogeneidade, que pode ser utilizada de forma vantajosa, conforme demonstra a imagem.

foto: Eduardo Geraldes 2004

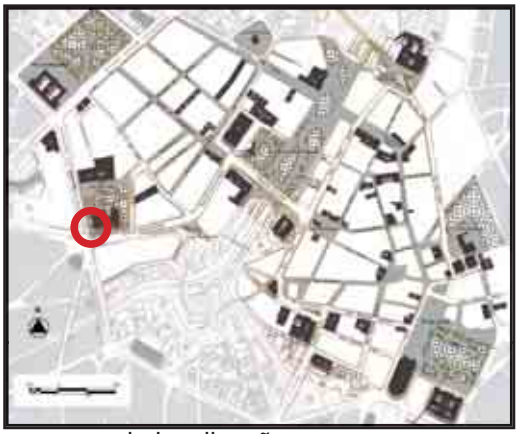
Foto 3
Rua 24 de Maio


esquema de localização

Neste setor da cidade, o Centro Novo, são diversos os exemplos de edificações em reforma ou simplesmente fechadas e sem uso definido. Na maior parte das vezes, são lojas com áreas superiores a 100 m2, remanescentes de um período de prosperidade da atividade comercial no Centro. Seu abandono Indica uma fase de transição funcional na qual o perfil comercial continua indefinido. No caso, as portas do estabelecimento são usados como suporte para os painéis de oferta de emprego, atividade a que se dedicam diversas empresas instaladas nas imediações.

foto: Eduardo Geraldes 2003

Foto 4
Praça Dom José Gaspar


esquema de localização

Uma das raras áreas arborizadas no Centro, a Praça foi reurbanizada em data recente, constituindo o foco principal do projeto Corredor Cultural, implantado pela EMURB em 2001, do qual faz parte também a reurbanização da Praça do Patriarca (v. VARGAS,H; CASTILHO, A, 2006). Trata-se de um conjunto de qualidades únicas, que inclui o edifício da Biblioteca Municipal, capaz de introduzir e demonstrar empiricamente alguns dos fatores de qualificação do espaço urbano.

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 5
Vale do Anhangabaú (1)

Um dos conjuntos urbanísticos mais significativos da região central, o Vale do Anhangabaú oferece uma das raras oportunidades de alcance visual do horizonte da cidade. Os amplos espaços livres fornecem parâmetros de equilíbrio com a verticalidade e densidade ocupacional da área. O lado negativo da questão é que as dimensões e homogeneidade paisagística não oferecem focos ou pontos de atração que favoreçam o encontro e a interação social.

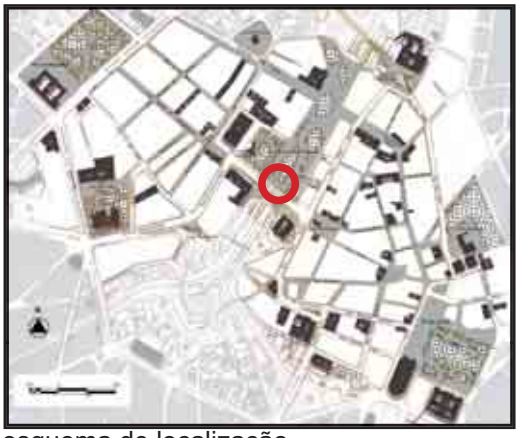
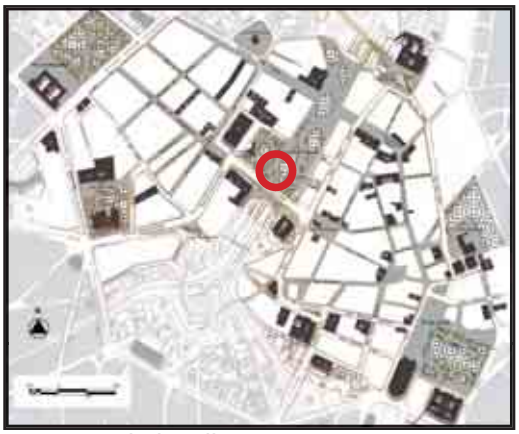

esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 6
Vale do Anhangabaú (2)

Perspectiva do Vale a partir do Viaduto Santa Ifigênia. O contraste oferecido pela contraposição do Edifício dos Correios (à direita) e dos edifícios no entorno imediato, alguns funcionando como sedes de instituições financeiras, marca a heterogeneidade tipológica do espaço edificado e as possibilidades visuais como importante fator na valorização do patrimônio construído.



esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 7
Praça do Patriarca

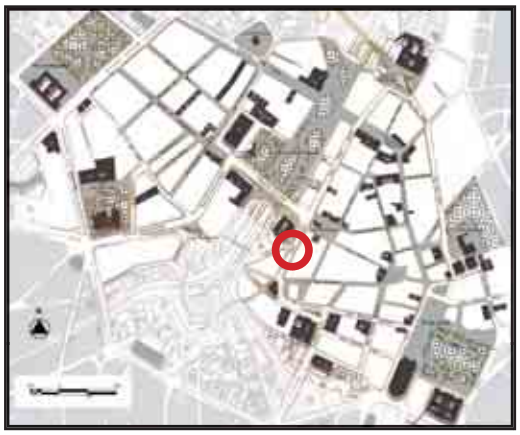
A polêmica em torno do projeto de reurbanização da Praça do Patriarca enfoca especificamente o pórtico que constitui seu elemento principal, aqui visto numa perspectiva a partir da Rua São Bento. Trata-se de fato de um elemento de impacto que evidencia a setorização da área central e propõe uma ruptura na continuidade que se estabelece a partir do Viaduto do Chá. Seu estilo, dimensões e implantação não procuram referências no entorno imediato, e se impõe na forma de monumento.

esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 8
Praça do Patriarca (2)

Perspectiva da Rua Líbero Badaró em direção do Largo de São Francisco, a partir da Praça do Patriarca. A ampliação das possibilidades visuais foi uma das consequências positivas do projeto de reurbanização.

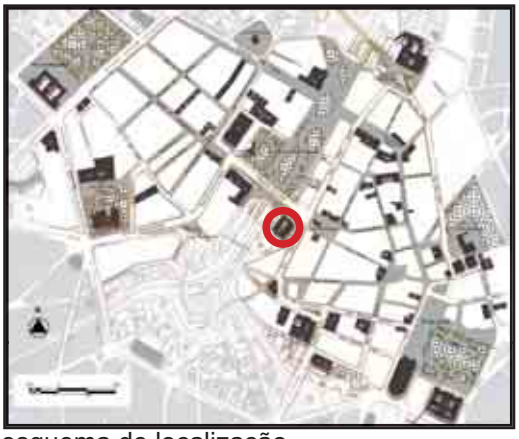


esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 9
Praça do Patriarca - Edifício Matarazzo

Um dos marcos na paisagem do lugar, o edifício é hoje ocupado pela Prefeitura Municipal.



esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 10
Praça do Patriarca (4)

A retirada do terminal de ônibus que ocupava a praça e sua transformação numa área de acesso exclusivo para pedestres proporcionou possibilidades de fruição do entorno imediato que não existiam anteriormente. A valorização da arquitetura local é evidente, e mesmo a Igreja de Santo Antonio, tombada como patrimônio e um dos motivos das críticas pela implantação do pórtico, ganhou possibilidades de visualização inéditas.

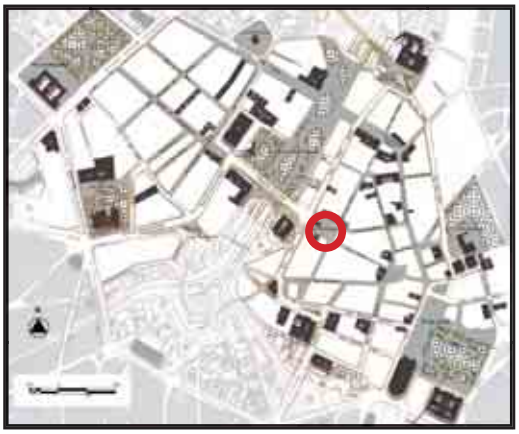

esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2004

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 11
Largo de São Francisco (1)

esquema de localização

O conjunto arquitetônico do Largo numa perspectiva a partir da Rua São Bento. O edifício da tradicional Faculdade de Direiro se encontrava em processo de restauro então. Neste enquandramento favorável, de fato o único possível, não se percebe o bolsão de estacionamento que se coloca atrás dos canteiros à direita, e que constitui elemento incompatível com a desejada valorização do patrimônio ou com qualquer diretriz urbanística consequente.

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 12
Largo de São Francisco (2)

Esta perspectiva a partir da Rua Líbero Badaró enfoca os edifícios que compõe o conjunto urbanístico, com o Edifício Saldanha Marinho em primeiro plano. Note-se que são necessários dois enquadramentos diferentes para a visualização do conjunto, seccionado pelo bolsão de estacionamento.

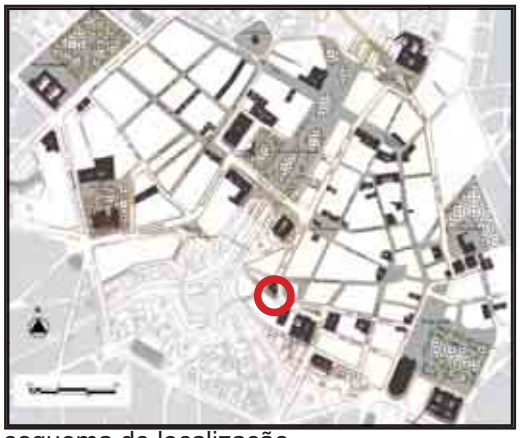

esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 13
Largo de São Bento

Embora o acesso à estação do metrô ocupe a maior parte do Largo, ainda são preservadas algumas perspectivas do conjunto, preocupação não levada a cabo em outras estações que ocupam a região central da cidade.

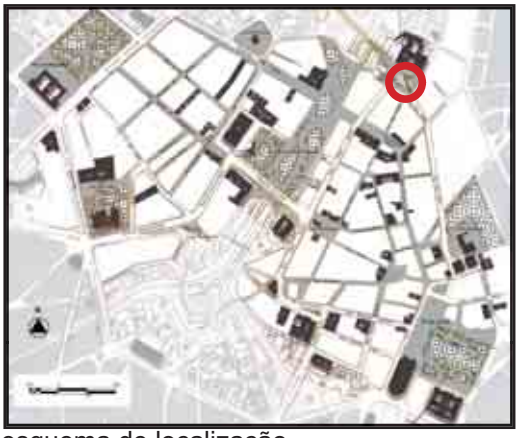
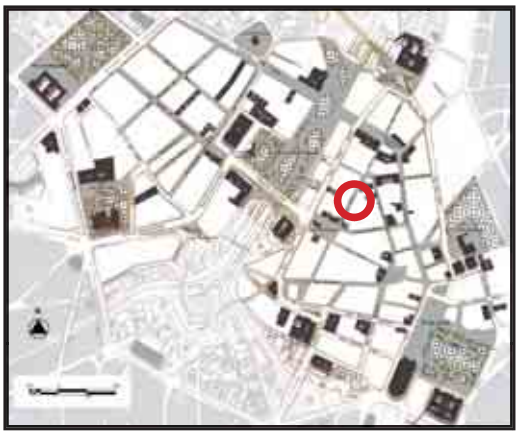

esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2002

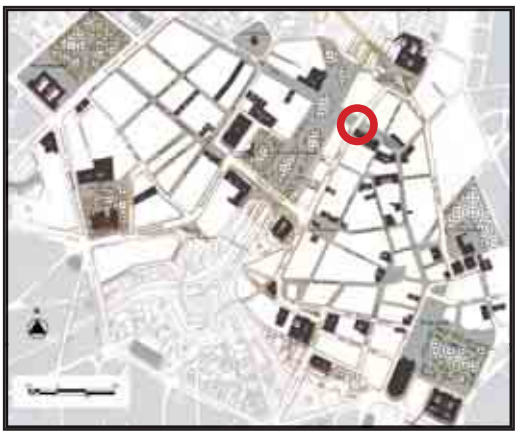
Foto 14
Rua São Bento


esquema de localização

A foto foi realizada fora do horário comercial no intuito de enfatizar os aspectos relativos à visualidade na paisagem local. A imagem demonstra de forma inequívoca as consequências da falta de diretrizes no que tange à questão estética urbana, entendida aqui enquanto possibilidades perceptivas. Mesmo aquelas edificações que ainda matém resquícios de sua arquitetura e estilo originais são desqualificadas em função da sobreposição de anúncios, placas, cartazes e letreiros em seu entorno imediato, elementos que comprometem qualquer a visualidade enquanto fator qualitativo.

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 15
Av. São João - Rua Líbero Badaró

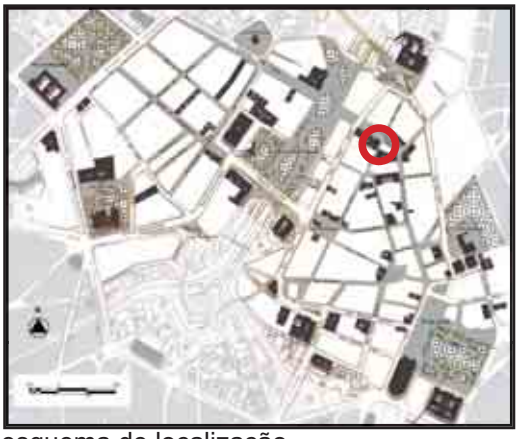

esquema de localização

O cruzamento destas vias constitui um limite sensível que marca o acesso ao centro original da cidade. Destaca-se o pavimento térreo do Edifício Martinelli, à direita da imagem, no qual se insinua uma certa padronização dos elementos visuais que respondem, pela identificação e propaganda do comércio aí estabelecido. Compare-se com a imagem da página anterior e o resultado é uma flagrante demonstração da importância da visualidade como fator de qualificação do espaço urbano. Note-se também o contraste proporcionado pela fachada do edifício à esquerda em relação ao outro lado da rua: diferentes estilos arquietetônicos no mesmo lugar, a neutralidade contraposta à exuberância numa harmonia improvável e característica do objeto de estudo.

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 16
Av. São João - Edifício Martinelli

Esta é a perspeciva do mesmo lugar tomada em um enquadramento oposto, a partir da Praça Antonio Prado, destacando o ritmo visual estabelecido pela fachada do Edifício Martinelli e a projeção das coberturas dos estabelecimentos comerciais no térreo.



esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2003

Foto 17
Viaduto Santa Ifigênia - Avenida Prestes Maia

As evidências de outros tempos materializadas na paisagem se revelam ao olho atento. A perspectiva, tomada a partir do Viaduto Santa Ifigênia em direção à Rua Florêncio de Abreu, revela a obra de engenharia necessária para a implantação do Colégio de São Bento, em função do desnível entre o Largo de São Bento e o Vale do Anhangabaú.

esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 18
Praça Antonio Prado

O lugar se caracteriza pela implantação de elementos que procuram as referências históricas no imaginário: a cidade bucólica e provinciana cuja imagem remonta, possivelmente, ao século 19. Aqui a cenografia é posta a serviço da qualificação urbana. Note-se que o estilo e configuração dos equipamentos e instalações não mantém qualquer referência com seu entorno imediato.

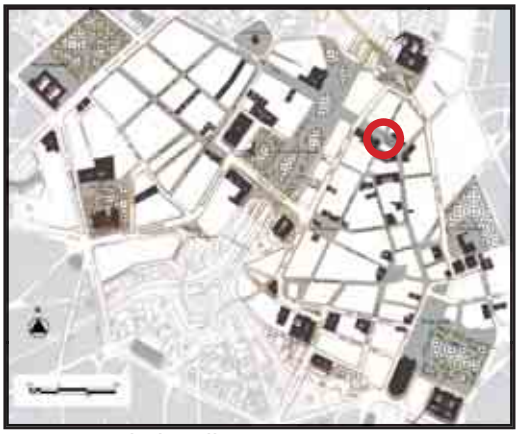
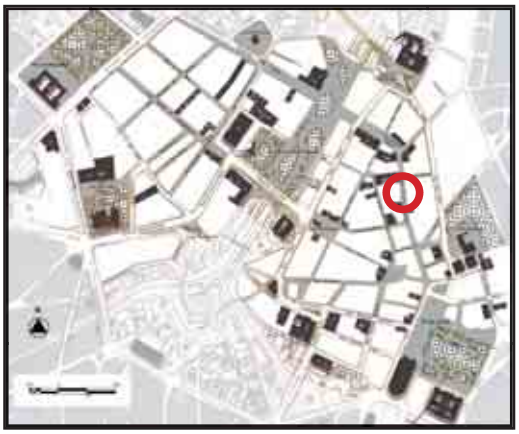

esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2003

Foto 19
Rua 15 de Novembro


esquema de localização

Em boa parte do setor original do centro da cidade, o Centro Velho, pode-se notar maiores cuidados com a limpeza e manutenção das ruas, especialmente no entorno das Bolsas e sedes de instituições financeiras. Também é comum a utilização de parte dos calçadões por estabelecimentos comerciais, sobretudo bares e restaurantes, que chegam a cercar a área, indevidamente apropriada, com vasos e outros dispositivos não móveis. Evidencia-se o conflito entre funções, usos e formas de apropriação do espaço público.

foto: Eduardo Geraldes 2003

Foto 20
Rua Boa Vista

Perspectiva tomada em direção ao Pátio do Colégio que destaca o efeito de “ravina” proporcionado pela altura dos edifícios em ambos os lados, implantados sem recuos laterais ou frontais, e a largura da rua. A situação de sombreamento contínuo é agravada pela orientaçnao da rua, favorecendo a canalização de ventos frios. Note-se também a exiguidade da largura das calçadas, raramente desimpedidas nos dias úteis e horários comerciais, configurando um ambiente hostil ao pedestre.

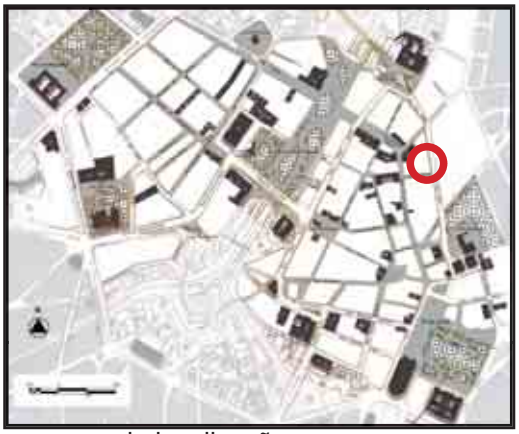

esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2002

Foto 21
Rua da Quitanda

O registro fotográfico, realizado fora do horário comercial, mostra a convivência de edifícios construídos em diferentes períodos implantados de acordo com o traçado irregular original do arruamento, característica deste setor da área central da cidade.

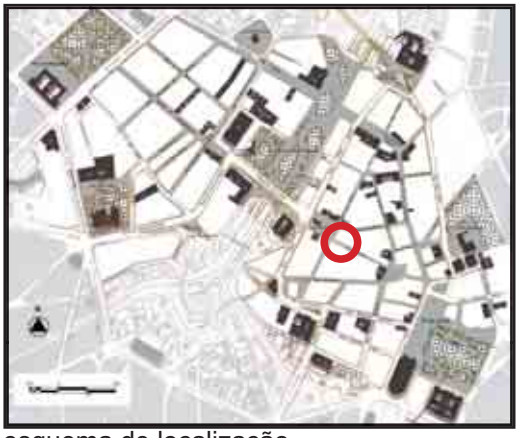
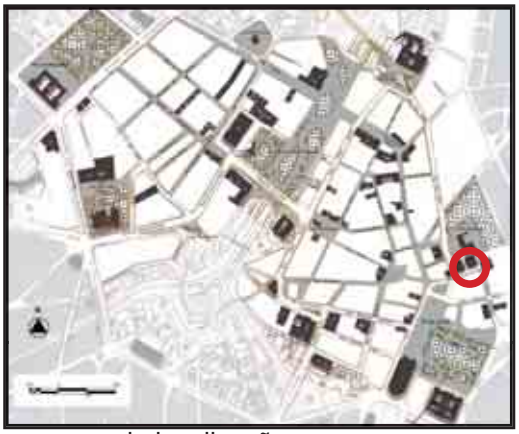

esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 22
Pátio do Colégio (1)

O conjunto urbanístico do Pátio do Colégio representa o exemplo mais evidente das possibilidades de qualificação do espaço urbano que, embora não mantenha as características originais dos edifícios, vem conservando a configuração, as relações do conjunto e sua manutenção em niveis adequados.



esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 23
Pátio do Colégio (2)

Pátio do Colégio (2)

Ressalva feita à polêmica reconstrução do conjunto do colégio e da capela, que resultou na não inclusão do conjunto no rol dos bens tombados, os edifícios no entorno imediato do Pátio criam uma ambientação característica como fator de identidade do lugar.

esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2004

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 24
Pátio do Colégio (3)

Antiga Casa da Marquesa de Santos, parte do conjunto histórico do Pátio do Colégio.

esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2004

Foto 25
Praça do Correio

O projeto de reurbanização do Vale do Anhangabaú, caracterizado pela ênfase no paisagismo, ganha destaque especial no trecho que incorpora a Praça do Correio. Aqui, a presença do Edifício dos Correios se impõe por sua arquitetura e compõe com o chafariz e a estrutura escalonada que serve de anfiteatro um conjunto que empresta identidade ao lugar.

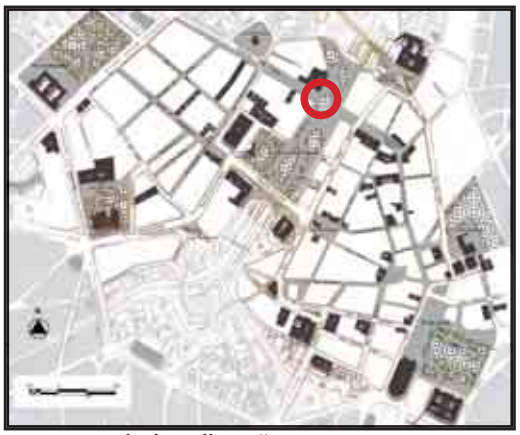

esquema de localização

foto: Eduardo Geraldes 2004

4 CONCLUSÕES : CONDIÇÕES PARA A CONSTITUIÇÃO DE UM PATRIMÔNIO AMBIENTAL URBANO

O patrimônio ambiental urbano representa a peça fundamental das políticas urbanas em relação às permanências de referências espaciais em função do processo contínuo de transformações a que o espaço urbano está submetido. Os procedimentos metodológicos realizados forneceram subsídios visando estabelecer as condições para sua constituição, contrapondo a dimensão normativa às práticas do espaço. Importante notar que emprego o termo *constituição,* significando compor, estabelecer, organizar, tem a clara intenção de denotar uma realização não concluída. No caso do patrimônio ambiental urbano, sua existência de fato só se estabelece nas inúmeras normas, leis e regulamentos, cartas de intenções sempre postergadas, uma vez que o assunto, pertinente à esfera da organização do espaço urbano, foi deslocado para os escaninhos burocráticos das *políticas culturais*. Daí o objetivo deste trabalho, voltado à procura das condições para sua realização, propondo a noção de *focos qualitativos* como lugares portadores de tais condições.

Mesmo considerando a perspectiva normativa, a noção de patrimônio ambiental urbano é apresentada com nuances de significado e alcance que comprometem sua compreensão e aplicação. Parte do problema se deve à própria origem do conceito, a noção de monumento enquanto referência material da memória social. Sua concepção corresponde à necessidade de oposição à entropia, *"... à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas naturais e artificiais,* [o monumento] *tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento"*[1] . No limite, portanto, o monumento é a *forma* que resiste cristalizada na paisagem, mas cujo significado, como acontece com qualquer componente do espaço urbano, não é perene, pois historicamente condicionado, mudando através das práticas sociais, a partir do *hábito.*

Deve-se lembrar que o *habitar* implica na permanência e fundamenta a noção de pertença*,* colocando em jogo a dicotomia entre o *transeunte* e o *habitante.* O

[1] CHOAY, 2001, p.18

transeunte tem sua referência na mobilidade espacial e na transitoriedade temporal que constituem a essência do espaço de fluxos. O habitante estabelece o lugar e a permanência como condições existenciais. O *habitar* corresponde à relação fundamental entre o homem e o espaço, referência para a constituição de sua identidade e, por extensão, da própria identidade do lugar. É condição para o desenvolvimento das relações sociais, compartilhamento de experiências e práticas que fundamentam o próprio cotidiano.

Assim, em um contexto que privilegia o *espaço de fluxos*, as práticas sociais e o cotidiano reduzem sua capacidade de atribuição de significados, e o *habitante* se transforma em *transeunte*, usuário ou, no limite, apenas cliente. Para o transeunte, que tem na figura do turista seu arquétipo mais evidente, o patrimônio ambiental urbano, e por extensão a cidade, pode ser reduzido a uma série de *monumentos instantâneos*, cenários efêmeros, desprovidos daquelas referências fundamentadas na memória social. Nesta modalidade de experiência da cidade, o patrimônio passa a ser o *souvenir* visual, cenário devidamente reduzido e imortalizado na imagem fotográfica, não como evidência de pertença, mas como prova de passagem pelo lugar.

Sendo, por definição, tudo aquilo que o seu entorno não é, o monumento se coloca numa dimensão simbólica oposta à funcionalidade do espaço banal. De forma análoga, na perspectiva da cidade funcionalista, as atividades culturais tornam-se restritas a um universo simbólico, um plano autônomo e apartado da vida diária. Ao excluir a cultura do trabalho *e* o *habitar* enquanto condições fundamentais da existência e do compartilhamento de experiências e práticas sociais, as políticas culturais parecem fundamentar suas referências numa compartimentação das atividades que têm por característica o isolamento do próprio cotidiano. Em tais circunstâncias, a paisagem urbana torna-se cenografia desprovida de significações sociais mais profundas, alienada da história da qual é produto[2]. É assim que se coloca o problema da constituição de um patrimônio

---

[2] *"Essas configurações particulares da paisagem tendem a ser seqüestradas de seu contexto físico e social imediato, por intervenções que as estilizam dramaticamente e que – nessa nova roupagem – oferecem-nos para resgate pelo comércio e para o consumo visual de moradores e*

ambiental urbano significativo, capaz de qualificar o território em que se insere para além de uma simples função cenográfica e representar com eficácia os valores que comporta e que o constituem.

A noção de patrimônio também propõe a questão da permanência das formas com a conservação de seus significados correspondentes. Neste sentido, torna-se difícil contrariar o argumento de Lowenthal (1990) sobre a inoperância de se tentar preservar as formas do passado na ilusão de que se conservem inalteradas pelo uso e imunes às reinterpretações devidas às mudanças das condições históricas que se sucedem. Esta temporalidade inerente implica na necessidade de incorporar à noção de patrimônio certa permeabilidade, a fim de permitir um equilíbrio dinâmico no qual sua permanência material seja capaz de corresponder à atribuição de novos significados através do uso. Neste sentido, a temporalidade deve ser considerada em dois modos simultâneos, mas em escalas diferentes, que reforçam as relações entre o processo histórico e as práticas espaciais. De um lado, no espaço urbano, se materializa na paisagem enquanto *forma trajetiva*[3], elemento mediador entre o homem e seu meio, capaz de incorporar as diversas escalas de tempo envolvidas, implicando tanto a instituição mental da realidade quanto a constituição material das coisas. De outro lado a temporalidade envolvida nas atividades humanas, no cotidiano, formada por combinações de três diferentes instâncias: *a permanência, o movimento e a interação*[4].

Outro fator determinante na questão do patrimônio é o conjunto e natureza dos valores que o constituem, cuja releitura mais afinada à realidade atual dos países emergentes é proposta por Yázigi (2005):

- Valores pragmáticos: os *loci* da promoção identitária, relacionado à compatibilidade entre usos e formas, as funções econômicas e sociais, por

---

visitantes. Reforça essa idéia de fratura e descontinuidade dessas áreas em relação ao contexto urbano". (ARANTES, 2000, p.153)

[3] BERQUE, 2000

[4] SEAMON, 1979

meio da adaptação dos conjuntos às condições modernas de funcionalidade.

- Valores cognitivos: permitem uma apreensão viva de outras regulações sociais e territoriais e representam a história representada nos materiais e tecnologias empregadas, morfologia, condições sociais, econômicas, políticas, ideológicas e simbólicas de produção.
- Valores estéticos: relacionados a experiência da sensação pela potencialização da forma como expressão otimizada das funções, matriz do fenômeno *do encantamento dos sentidos*, comumente ignorado pelos acadêmicos, mas de muita importância para o cidadão comum.
- Valores afetivos: relacionados diretamente ao sentimento de pertença, o universo cívico expandido e consolidado através da imagem da cidade.

Um dos consensos sobre a necessidade do patrimônio, diretamente relacionado aos valores pragmáticos, é seu papel de portador das referências à identidade. Entretanto, torna-se difícil no presente contexto apontar uma definição de identidade e suas possíveis referências materializadas no patrimônio. O conceito de identidade (do grego *idios*) implica semelhança a si próprio, enquanto condição de vida psíquica e social. A identidade, seja ela pessoal, social ou cultural, é sempre socialmente atribuída e mantida, e somente dentro do contexto social pode ser mudada. A própria socialização, em si, pode ser interpretada como um mecanismo de atribuição das identidades sociais, por meio do qual ficaria garantida a reprodução da estrutura social[5]. No entanto, as transformações sociais referentes ao período da globalização econômica torna insustentável a proposta de apontar claramente as fronteiras de identidades culturais tradicionalmente consolidadas. A identidade passa a se apresentar como processo, a *identificação*[6], cuja principal característica é a flexibilidade, mais adaptada ao espaço de fluxos que marca o meio técnico-científico-informacional[7].

---

[5] MENESES, 1993

[6] *"Esta passagem da identidade à identificação é vista, de um lado, como indício de um processo de fragilização do eu identitário e, no limite, de um processo de desmontagem, alienação e reificação do sujeito, perdido num fluxo e refluxo de orientações e interpelações que até ele chegam de diversas fontes... e que exigem um contínuo amalgamento às necessidades do mercado".* (TEIXEIRA COELHO, 1997)

Mas, ao afirmar que o *lugar* se realiza a partir da materialidade do corpo em movimento em relação ao meio que o envolve, é necessário considerar que também ele, o lugar, tem sua identidade definida a partir da espacialização das práticas sociais e da intersubjetividade inerente ao processo. No caso do patrimônio ambiental urbano, sua *identificação* está diretamente relacionada aos valores que o constituem e que os tornam distintos do espaço banal, mas também depende de tais práticas para que se consolide como representatividade.

Neste sentido, o exame das matérias publicadas nos jornais fornece algumas indicações importantes, apresentando diferentes nuances de significado em relação à noção de patrimônio.

- o patrimônio-nostalgia, que trata daqueles resquícios do passado materializados em edificações remanescentes de outros tempos como símbolos de uma cidade que já não existe mais, na qual, invariavelmente, tudo era melhor;
- o patrimônio-tombamento, que se apresenta em diferentes acepções, dependendo do objeto em questão: quando diz respeito à propriedade privada ainda é tratado como medida polêmica, capaz de ferir os princípios do direito; quando diz respeito a bairros, é acolhido como benefício à sociedade em geral, a partir do privilégio de uma coletividade restrita;
- o patrimônio-imagem, centrado nos aspectos cenográficos da cidade, tendo a documentação fotográfica como suporte fundamental;
- o patrimônio–arquitetura, relacionado ao enfoque anterior, tem por objeto a valorização dos edifícios antigos de acordo com a noção de *monumento*;
- o patrimônio–qualificativo , atribuindo ao patrimônio a função de panacéia contra os males da cidade, encerrando na sua valorização todas as qualidades necessárias que se opõe aos “problemas urbanos”, incluindo os camelôs, a sujeira, a insegurança e desorganização do espaço público.

---

[7] SANTOS, M. 1997

De certo, trata-se de uma perspectiva que revela aspectos importantes para a constituição de um patrimônio ambiental urbano representativo, guardando relações próximas aos valores atribuídos para sua constituição. Destaca-se a precedência da visualidade que se faz presente, direta ou indiretamente, em todos os enfoques apresentados. Por outro lado, persiste a idéia de monumentalização subjacente às questões do patrimônio, impondo o destaque do objeto em oposição ao meio urbano onde se insere. Note-se que a idéia de patrimônio inserido no contexto urbano só comparece em um dos enfoques, exatamente naquele que o toma como fator de qualificação de um ambiente em processo de degradação.

As entrevistas realizadas revelaram uma perspectiva que atribui a importância do Centro às atividades profissionais e à oferta comercial diversificada, colocando em segundo plano as questões relativas à pertença e os valores afetivos, presentes apenas entre os mais velhos. Assim, numa primeira aproximação, os atributos de uma centralidade ainda se fazem presentes na confluência de trajetos e convergência de meios de transporte, e as referências temporais persistem na arquitetura dos edifícios mais antigos.

Os procedimentos que envolvem os percursos, na condição de pedestre, colocaram em evidência aspectos que transcendem a dimensão de imagem, preponderante na perspectiva jornalística. Caminhar pela cidade é decifrá-la passo a passo, condição que se opõe ao percurso a bordo de veículos motorizados, experiência que restringe o potencial perceptivo e as possibilidades de interação. Caminhar corresponde à prática do espaço através da experiência concreta e constitui a condição primeira para a compreensão do espaço urbano como mundo vivido. Tomando a paisagem e o lugar como referências existenciais, coloca em jogo aquelas instâncias temporais envolvidas nas ações humanas: o *movimento*, a *permanência e a interação.* O percurso do caminhante é condicionado pelas possibilidades e alternativas que o meio oferece para sua realização. Tomado aqui enquanto procedimento, sua realização revelou como principais aspectos:

- As fronteiras e limites não se definem a partir da visualidade estrita, mas pelas condições de fluxo e obstrução do movimento, contrapondo as calçadas e ruas de pedestres às avenidas de tráfego intenso, e implicando nas características e estado da pavimentação e outras restrições físicas;
- O espaço se organiza sob a diretriz da primazia do fluxo de veículos, perspectiva não favorável ao desenvolvimento à constituição do lugar como contexto de espacialização das práticas culturais, e muito menos de um patrimônio significativo;
- A quase ausência de serviços urbanos de manutenção básicos, constatados pelo estado de conservação dos espaços públicos e parte dos edifícios, condições que comprometem as atividade e possibilidades de qualificação do espaço;
- A desorganização do espaço em geral, inclusive da dimensão visual, se coloca como característica persistente;
- A diversidade social inerente aos centros urbanos se registra nas diferentes modalidades de uso do espaço público, que na situação extrema se apresentam como formas de privatização pela ocupação de calçadas e vias de pedestres com mobiliário, propaganda e mercadorias, tendo como agentes, de um lado os estabelecimentos comerciais, de outro os camelôs e ambulantes;
- Os espaços públicos passam a ser o *lugar daqueles que não tem lugar na cidade*, ocupados por moradores de rua (nos casos em que se apresenta tal possibilidade), constituem um indicador das condições sociais sob as quais se pretende constituir um patrimônio ambiental urbano;
- As ruas e os espaços públicos em geral se configuram como vias de fluxos, seja de pedestres, seja de automóveis, não oferecendo condições para a permanência ou interação social, restando a opção oferecida pelos estabelecimentos comerciais;
- Persistem algumas formas de organização do espaço urbano, originadas em um passado recente, que constituem propostas diferenciadas dotadas de identidade própria e que encontram receptividade pelo uso. Incluem-se as galerias e passagens, formas do espaço comercial anteriores ao advento dos shopping centers; os largos e áreas livres, vestígios dos

arruamentos originais que restaram das sucessivas modificações do sistema viário.

As imagens fotográficas tiveram por objetivo registrar os aspectos visuais da paisagem urbana local. Procuraram principalmente explorar as condições de visualidade possíveis e características dos lugares, fatores diretamente envolvidos nos critérios para a identificação dos *focos qualitativos*. Os resultados deste procedimento também revelam algumas das condições que escapam às narrativas, posta sua natureza exclusivamente visual, e que constituem referências importantes.

De uma forma geral, os resultados obtidos pelos procedimentos metodológicos não evidenciaram uma relação direta e necessária entre os bens tombados e as referências espaciais apontadas nas práticas sociais dos habitantes. Em outras palavras, a condição de bem tombado não o transforma necessariamente em referência espacial, fato corroborado pelas indicações de diversos edifícios e lugares que, sem qualquer status oficial ou proposta de tombamento, constituem referências inequívocas para os habitantes. Em muitos casos, o estado de conservação e as características do entorno imediato não indicam o status, a importância ou a aplicação dos valores que determinaram o tombamento destes bens, sugerindo que as referências e significados são atribuídos prioritariamente a partir das práticas sociais.

Do mesmo modo, não se pode admitir uma identidade espacial característica no recorte tomado como objeto de estudo devido à sua heterogeneidade. Talvez esta seja, de fato, seu traço identitário mais evidente. Prevalece um amálgama de formas urbanas e edifícios, fragmentos de diferentes tempos e concepções espaciais dissonantes, relacionados por contigüidade e articulados pelo sistema viário e caminhos traçados pelos fluxos de pedestres. No limite, é possível estabelecer, com a devida cautela, algumas classes de *configurações urbanas* como subsídios nesta direção. Tomando como referência o trabalho de Lynch (1997), pode-se afirmar que *as vias,* primeira dessas *configurações*, se estabelecem como estrutura deste espaço. Suas diferentes modalidades (ruas

de pedestres; ruas e avenidas de tráfego automotivo) determinam as formas de apropriação e uso. Assim, a título de metáfora, pode-se pensar numa rede hidrográfica formada pelo fluxo principal correspondendo ao tráfego das avenidas, tendo as ruas secundárias como seus afluentes. Como complemento desta imagem, a configuração das avenidas determina a presença de *ilhas de atividade*, constituídas pelos quarteirões, calçadas e ruas de pedestres, onde se desenrolam as atividades e usos propostos pelo habitante. Por conseqüência, esse sistema viário determinará uma segunda configuração, *os limites*, fronteiras entre diferentes elementos componentes do espaço urbano.

A terceira configuração de Lynch, *os bairros*, não se aplica pela natureza do recorte territorial que constitui o objeto de estudo, e também por ser caracterizada por uma identidade própria, questão já discutida. Mas as outras duas *configurações* mostram-se úteis para as finalidades deste trabalho, constituindo elementos fundamentais para noção de *focos qualitativos*: os *pontos nodais* e os *marcos.* A noção de *marco* estabelecida por Lynch corresponde àquelas características que o constituem como referência espaço-temporal, mobilizando a visualidade como fundamento da orientação e identidade do lugar. O autor também define *pontos nodais* como *"... lugares estratégicos de uma cidade através dos quais o observador pode entrar, são os focos intensivos para os quais ou a partir dos quais ele se locomove. ... O conceito de ponto nodal está ligado ao de via, uma vez que as conexões são, tipicamente, convergências de caminhos, feitos ao longo de um trajeto"*[8].

Assim, o autor estabelece os *pontos nodais,* simultaneamente, como *lugares* e *focos*, elementos determinados pela configuração das *vias*. Embora nesta concepção as *vias* passem a ser o fator principal, no caso dos *focos qualitativos* elas comparecem não como determinações, mas como possibilidades de trajetos. É também possível propor uma convergência importante mobilizando a noção de *lugar* enquanto *ponto nodal,* considerado como *foco,* elemento estruturador de uma rede de conexões entre o indivíduo e o mundo, capaz de mobilizar os significados intersubjetivos em contextos espaço-temporais definidos. Porém, vale

[8] LYNCH, 1997, p. 52-3

destacar que a diferença entre os *focos qualitativos* e os *pontos nodais* de Lynch reside na natureza da dinâmica envolvida. No caso dos *focos qualitativos,* é de natureza centrífuga, como ponto de irradiação, enquanto que os *pontos nodais* se constituem pelo movimento centrípeto, como convergência de caminhos.

Com base nestas considerações, é possível estabelecer os critérios operacionais capazes de identificar os lugares potencialmente portadores das condições necessárias para que se estabeleçam como *focos qualitativos*:

- possibilidades de livre acesso, circulação e permanência;
- possibilidades de fruição visual da ambientação e entorno imediato, incluindo as qualidades estéticas;
- possibilidades de sociabilização e interação;
- referência situacional na paisagem urbana, por meio de marcos visuais significativos e/ou configuração característica;
- referência temporal-histórica, implicando na idade e permanência dos elementos componentes e manutenção de suas características essenciais ao longo do tempo.

Desta forma, os *focos qualitativos* propõem a necessária articulação de diferentes elementos enquanto componentes identitários do lugar, ao mesmo tempo em que incorpora os trajetos enquanto vetores. Sua concepção encontra alguns paralelos no *Projeto Corredor Cultural*: a premissa de priorizar o papel do pedestre como determinante nas práticas espaciais e nos processos de qualificação urbana; a adoção dos trajetos como elemento estratégico e indutor de uma concepção de ambiente urbano baseada em seqüências de conjuntos urbanos pré-existentes, portadores de um potencial de qualificação de seu entorno. Com base em tais critérios, aponta-se como lugares passíveis de se constituir em *focos qualitativos*: Praça Dom José Gaspar, Praça Ramos de Azevedo, Praça do Patriarca, Largo de São Francisco, Pátio do Colégio, Praça da Sé, Praça do Correio (Vale do Anhangabaú-Av. São João) e Largo de São Bento. Estes lugares constituem de fato *espaços livres, abertos, de uso público*, determinados em função dos critérios

estabelecidos que se manifestam em diferentes gradações, conforme a seguinte tabela:

Lugar	Acesso, circulação e permanência	Condições de visualidade	Possibilidades de Interação social	Referência situacional-marcos	Referência temporal-histórica
Pça Dom José Gaspar	permanência restrita	plenas	presentes	Biblioteca, praça	configuração
Praça Ramos de Azevedo	permanência restrita	plenas	presentes	Teatro Municipal, Ed. antigo Mappin, Shopping Light, Viaduto do Chá	edifícios
Praça do Patriarca	permanência restrita	plenas	plenas	Pórtico, Igreja Sto. Antonio, edifícios históricos	edifícios
Largo de São Francisco	permanência restrita	condicionadas (tráfego de veículos)	presentes	Igrejas históricas, Faculdade de Direito, Escola Alvares Penteado	edifícios
Pátio do Colégio	permanência restrita	ótimas	plenas	Conjunto arquitetônico e entorno imediato	configuração, edifícios e entorno
Praça da Sé	circulação e permanência restritas	restritas	plenas	Catedral, marco zero	Catedral
Praça do Correio	permanência restrita	ótimas	presentes	Edifício dos Correios, chafariz	Edifício dos Correios
Largo de São Bento	permanência restrita	plenas	presentes	Conjunto Igreja-convento	edifícios

As diferentes gradações e características com que se apresentam os critérios fazem supor um potencial qualitativo diferenciado em relação a cada lugar. Por outro lado, é indispensável destacar o Viaduto do Chá, que apesar de corresponder à maioria dos critérios estabelecidos, não foi incluído entre os *focos qualitativos*. Esta opção deve-se principalmente por sua condição específica de elemento mais representativo da articulação do espaço urbano pelo percurso que, em conjunto com sua situação e condições de visualidade privilegiadas, lhe

confere um caráter único, impossível de cotejar ou incluir na mesma categoria dos demais lugares considerados.

A partir do estabelecimento dos *focos qualitativos*, revela-se um conjunto de fatores comuns que constituem diferentes modalidades de uso e apropriação do espaço urbano. Utilizo-me do termo *acessibilidade*[9] como síntese de tais fatores, significando o conjunto de possibilidades de uso dos objetos, equipamentos e sistemas presentes no espaço urbano. Sua formulação incorpora as condições de circulação, percepção, permanência, sociabilização e fruição. Neste sentido apresenta-se a noção de *acessibilidade* como síntese das condições fundamentais para a atribuição de significados aos lugares, a partir de três diferentes modalidades: *o acesso físico, o acesso perceptivo e o acesso referencial-cognitivo*. Estas modalidades se apresentam como gradações progressivas das relações entre o habitante e o lugar.

O *acesso físico* se refere à espacialidade inerente à condição humana e se constitui na presença física enquanto condição primeira para a prática do mundo vivido, em situação concreta, no cotidiano. É a condição que fundamenta o ser-no-mundo enquanto existência, estabelecendo as bases das relações sociais e interação com o mundo. Neste sentido se opõe aos modos de percepção puramente visuais e àqueles fundamentados na imagem midiática e nos recursos de acesso virtual proporcionados pelas tecnologias de comunicação.

O *acesso perceptivo* se refere ao conjunto de condições responsáveis pelas possibilidades de identificação, referência e orientação no ambiente. É a condição que responde pela fruição do espaço urbano e que fundamenta a paisagem enquanto *realidade trajetiva*[10], termo mediador entre o homem e seu ambiente, realidade gerada a partir da interação constante entre sujeito e objeto. O acesso perceptivo se apresenta como condição de atribuição dos *valores formais / estéticos,* responsáveis pela mobilização das propriedades dos objetos físicos em

---

[9] A formulação do conceito toma por base uma interpretação ampliada da "Instrução Normativa n.1/ 2003" do IPHAN (BRASIL, 2003) que dispõe sobre o acesso aos bens culturais imóveis.

[10] BERQUE, 2000

função da potenciação da percepção. Esta modalidade se utiliza da paisagem enquanto referência espacial e refere-se mais diretamente aos requisitos fundamentais da percepção sinestésica, nas possibilidades de deslocamento e circulação.

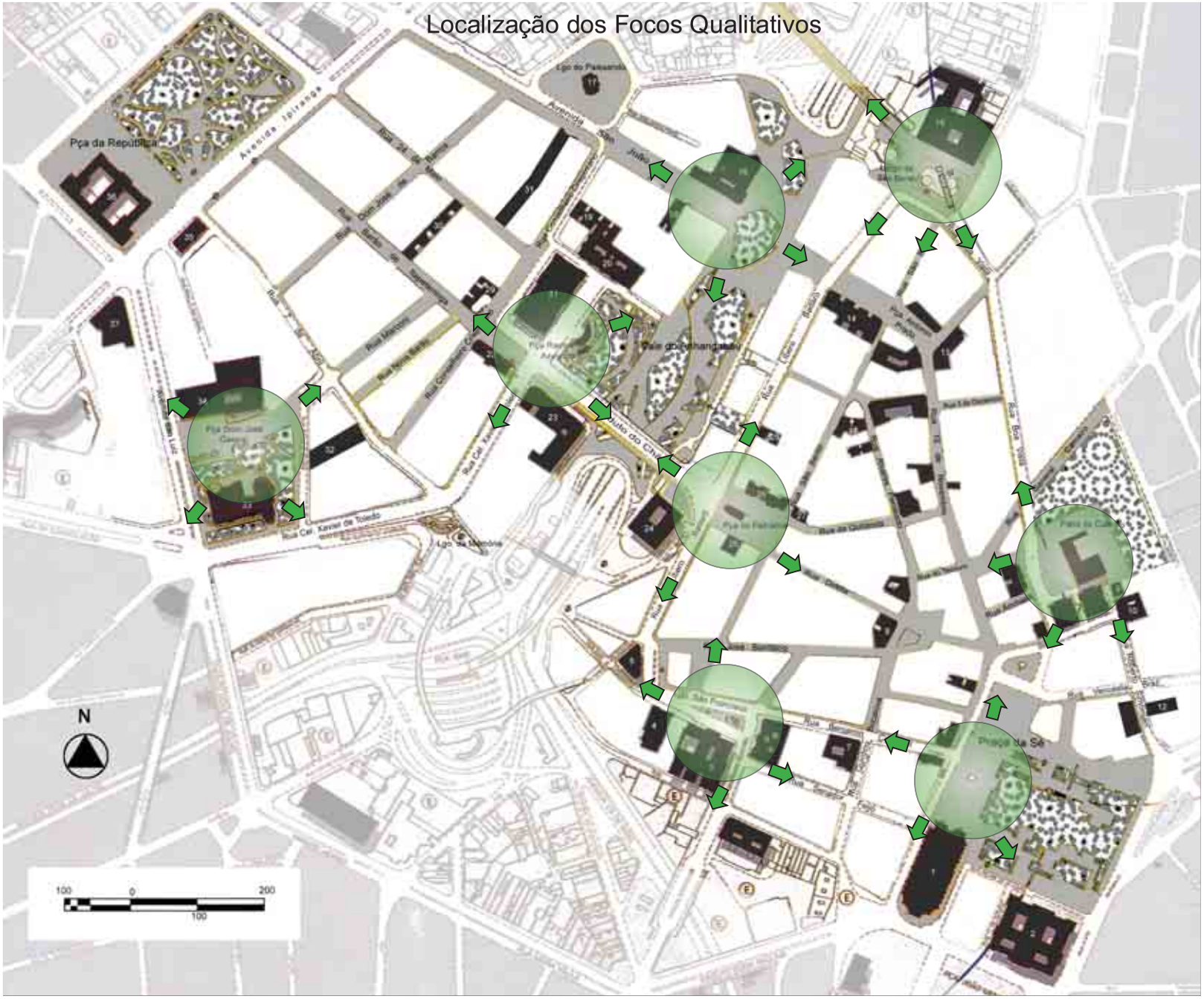
O acesso *referencial-cognitivo* implica nas vivências, experiências e relações que se estabelecem entre o habitante e o lugar. É a condição que mobiliza a memória e o processo de construção de identidades pessoais e sociais. Diretamente relacionada à atribuição de *valores afetivos,* aponta as relações subjetivas dos indivíduos em sociedade com o espaço, os processos identitários, incluindo a identidade do lugar. Simultaneamente mobiliza os *valores cognitivos,* relativos às possibilidades de conhecimento e ao domínio da informação da qual o objeto é suporte. Trata-se da condição de máximo potencial semântico, expressão plena do *lugar* como centro de conexões entre o indivíduo e o mundo e fundamento para a construção e recuperação dos significados intersubjetivos. O *acesso referencial* tem referência na *permanência e na interação* e se coloca como condição resultante da capacidade intrínseca do habitante em manter relações de pertença com o lugar através do *hábito,* de sua história pessoal e da memória.

É necessário mais uma vez afirmar o caráter relativo destas condições, estabelecidas de forma comparativa àquelas características predominantes do objeto de estudo que foram constatadas a partir dos procedimentos metodológicos adotados. No mesmo sentido, as condições estabelecidas não dizem respeito à presença ou execução daquelas atividades que se referem às prerrogativas e obrigações primárias da administração pública, como os serviços de limpeza, manutenção, segurança e transporte, fatores que implicam nas condições básicas de cidadania em qualquer cidade, tenha ela as pretensões de assumir o status de cidade global ou não.

Desta forma, por sua natureza propositiva, a definição dos *focos qualitativos* visa principalmente servir como ponto de partida para uma discussão mais conseqüente sobre as dimensões culturais da cidade e as possibilidades de recuperação de seu potencial semântico a partir do patrimônio ambiental urbano.

Este, constitui fator fundamental para a compreensão das dinâmicas urbanas atuais e propostas que visam tornar possível a experiência da cidade como bem cultural.

Localização dos Focos Qualitativos



Relação de edifícios de importância histórica e cultural

1. Catedral da Sé
2. Palácio da Justiça
3. Ed. Faculdade de Direito da USP
4. Igreja de S. Francisco
5. Ed. Saldanha Marinho
6. Escola Alvares Penteado
7. Casa das Arcadas
8. Ed. Antiga Radio Record
9. Casa n. 1
10. Casa da Marquesa de Santos
11. Conjunto do Pátio do Colégio
12. Ed. Sede Classes Laboriosas
13. Ed. Banespa
14. Ed. Martinelli
15. Colégio e Monastério de São Bento
16. Ed. dos Correios
17. igreja de N.S. do Rosário
18. Conservatório Dramático e Musical
19. Cine Marrocos
20. Antigo Hotel Esplanada - Sede Votorantin
21. Teatro Municipal
22. Ed. Antigo Mappin
23. Ed. Alexandre Mackenzie- Shopp. Light
24. Ed. Matarazzo -Sede Prefeitura SP
25. Igreja de Sto. Antonio
26. Ed. Patriarca n.56-96
27. Ed. Antiga casa Fretin
28. Ed. Sampaio Moreira
29. Ed. Glória
30. Galeria Guatapará
31. Ed. Grandes Galerias- Galeria do Rock
32. Galerias
33. Biblioteca Municipal
34. Galeria Metrópole
35. Ed. Esther
36. Ed. Colégio Caetano de Campos
37. Ed. Itália

Elaborado por Eduardo Geraldes, 2006 Fontes: Cartas Município de São Paulo- folha Cerqueira Cesar - Emplasa- 1981 ; Mapa Emurb/ Associação Viva o Centro- 2001

Legenda: áreas verdes | vias e áreas exclusivas de pedestres | edifícios de importância histórica e cultural | Vetores / Fluxos principais

BIBLIOGRAFIA

ALES BELLO, A. *Fenomenologia e ciências humanas.* Bauru : EDUSC, 2004.

ANDERSON, B. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism.* London : Verso, 1983.

ARANTES, O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.B. e MARICATO, E. (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000, p.11-74.

BEAVERSTOCK J.V. *et alli. Globalization and World Cities: Some Measurement Methodologies*. *Applied Geography*, v. 20, n.1, p. 43-63, 2000.

BENACH,N. *Perspectivas culturais para o estudo da cidade.* In. CARLOS, A.; CARRERAS, C. *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005.

BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R.L. ; ROSENDHAL, Z. (orgs) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: UERJ,1998. p. 84-89.

_____. *Les raisons du paysage. de la chine antique aux environnements de synthése*. Paris: Hazan, 1995.

_____ . Urbs dat esse homini. La trajectivité des formes urbaines. In. H. A. SALGUEIRO (org).*Paisagem e Arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar*. São Paulo: CBHA, 2000

BOLLE, W. *Fisiognomia da metrópole moderna*. São Paulo: Edusp, 1994.

BORJA, J. Urbanização e centralidade. In: *O Centro da Metrópole*: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Ed. Terceiro Nome/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.

BORJA, J. ; CASTELLS, M. As cidades como atores políticos. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, n.45, p.152-166, jul. 1996.

BOSI, E. *Memória e Sociedade*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.

BRASIL. *Constituição federal de 1988*. Brasília, 1988.

_____. *Decreto-Lei n.25.* Rio de Janeiro, 1937. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12239&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao >. Acesso em: 04, maio de 2006

_____ . IPHAN. *Instrução Normativa n.1/ 2003*. Brasília, 2003. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12239&sigla=Legislacao&retorno=paginaLegislacao >. Acesso em: 04, maio de 2006.

_____ . *Lei 10.257*. Brasilia, 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm >

_____ . Ministério da Educação e Cultura. SPHAN. *Proteção e revitalização do patrimônio cultural no Brasil: uma trajetória*. Brasília: MEC-SPHAN, 1980.

BUCK-MORSS, S. *Dialética do olhar*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

BUTTIMER, A. Grasping the dinamism of lifeworld. *Annals of the Association of American Geographers*, v.66, n.2, p. 277-299, June 1976.

CALDEIRA, T.P.R. *Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo, Edusp/Editora 34, 2000.

CAMARGO, C. et alii. Consideraciones sobre el desarollo de São Paulo. Cultura y Participación. In: CASTELLS, M. *Imperialismo y Urbanización en América Latina.* Barcelona: G. Gilli, 1973.

CANEVACCI, M. *A Cidade Polifônica*. São Paulo: Nobel, 1997.

CANCLINI, N. G. *Culturas híbridas*. São Paulo: EDUSP, 1997.

_____. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n.23, p.94-115, 1994.

CASTELLS, M. *A sociedade em rede.* São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *O Poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CARLOS, A. F. *A (Re) Produção do Espaço Urbano*. São Paulo: Edusp,1994.

CARVALHO, M. *Cidade Global: Anotações críticas sobre um conceito*. In. São Paulo em Perspectiva. out./dez. 2000, vol.14, no.4, p.70-82.2002.

CERTEAU, M. *A Invenção do cotidiano* . Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

CERVELLATI, P. L. *La nouva cultura delle cittá*. Milano: Mondadori, 1977.

CHOAY, F. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.

CHOMBARD de LAUWE, P. *et alli*. *Espace et culture au travail.* Paris, Ministére de la Culture/ Dalloz, 1983.

CLAVAL, P. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

COSGROVE, D. A geografia está em toda parte. In: CORRÊA, R.L. ; ROSENDHAL, Z. (orgs) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 92-123.

_____. *The iconography of landscape*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. 318 p.

_____ . Towards a radical cultural geography. *Antipode*, v.15 n.1, p. 1-11, 1983.

COSGROVE, D. ; JACKSON, P. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, R.L. e ROSENDHAL, Z. (orgs) *Geografia cultural: um século (2).* Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

CRESSWELL, T. Theorizing place. *Thamyris/Intersecting,* n. 9, p. 11–32, 2002.

CURTIS, S. *et alli.* Approaches to sampling and case selection in qualitative research: examples in the geography of health. *Social Science & Medicine*, n. 50, p. 1001-1014, 2000.

DARDEL. *L'Homme et la Terre: Nature de la Realité Géographique.* 1952.

DARTIGUES, A. *O que é fenomenologia?* São Paulo: Moraes, 1992.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Lisboa: Mobilis in Mobile, 1991. 174p.

DURHAM, E. Cultura, Patrimônio e Preservação. Texto II. In. ARANTES, A. (org.) *Produzindo o Passado.* São Paulo: Brasiliense 1984.

FERRARA, L. *Os significados urbanos.* São Paulo: Fapesp, 2000.

FITCH, J. M. *Preservação do patrimônio arquitetônico*. São Paulo: FAUUSP, 1981.

FONSECA, M.C. *O patrimônio em processo*. Rio de Janeiro: UFRJ-IPHAN, 1997.

FRENTRESS,J.; WICKHMAN,C. *Memória social*. Lisboa: Teorema, 1992.

FRIEDMANN, J. The world city hypothesis. *Development and Change*, v. 17, n. 1, p. 69-84, 1986.

FRUGOLI, H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na metrópole*. São Paulo: Cortez / EDUSP, 2000

FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

GADAMER. H. G. *Verdade e método : traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica*. Petróplis: Vozes, 1997.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: LTC-Livros técnicos Científicos Editora, 1989.

GERALDES, E. *Paisagem, identidade e memória: Vila de Picinguaba - contribuição para a discussão do conceito de paisagem enquanto patrimônio cultural.* São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GIOVANNONI, G. *Vecchie città ed edilizia nuova*. Torino : Unione tipografico-editrice torinese, 1931.

GOOTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1993. 312p.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. 190p.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. 104 p.

HARVEY, D. *A condição pós-moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudanca cultural*. São Paulo : Loyola, 1992.

HEIDEGGER, M. *1889-1976 Essais et conferences*. s.l. : Gallimard, 1969. 349 p.

_____ *Ser e tempo.* Petropolis : Vozes, 2005

HOLZER, W. *A geografia humanista- sua trajetória de 1950 a 1990.* Rio de Janeiro,1992. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro.

ICOMOS. *The Athens Charter for the Restoration of Historic Monuments*. (Adopted at the First International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments, Athens 1931). Disponível em:
<http://www.icomos.org/docs/athens_charter.html> Acesso em: 04 maio de 2006.

_____ . *Charter of the conservation of historic towns and urban areas.* (Adopted by ICOMOS General Assembly in Washington D.C., October 1987). Disponível em:

<http://www.international.icomos.org/charters/towns_e.htm> Acesso em: 04 maio de 2006.

_____ . *The Declaration of Amsterdam*. (Adopted at Congress on the European Architectural Heritage, Amsterdam, 1975). Disponível em: <http://www.icomos.org/docs/amsterdam.html> Acesso em: 04 maio de 2006.

_____ . *As Normas de Quito*. (Final Report of the Meeting on the Preservation and Utilization of Monuments and Sites of Artistic and historical Value, Quito, 1967). Disponível em: <http://www.international.icomos.org/quito67.htm> Acesso em: 04 maio de 2006.

_____ . *Recommendation Concerning the International Exchange of Cultural Property*. (Adopted at The General Conference of the United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, meeting in Nairobi, 1976, at its nineteenth session). Disponível em: <http://www.icomos.org/unesco/exchange76.html> Acesso em: 04 maio de 2006.

_____ . *The Venice Charter - International charter for the conservation and restoration of monuments and sites.* (Adopted at International Congress of Architects and Technicians of Historic Monuments, Venice, 1964; 1965). Disponível em: <http://www.icomos.org/docs/venice_charter.html> Acesso em: 04 maio de 2006.

JAMESON, F. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática , 1996. 432 p.

KUSENBACH, M. Street phenomenology: the go-along as ethnographic research tool. *Ethnography*, v. 4, n. 3, p. 455-485, 2003.

LARAIA, R. *Cultura: um conceito antropológico*. 8.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar,1993. 116p.

LAVERTY, S. M. Hermeneutic phenomenology and phenomenology: A comparison of historical and methodological considerations. *International Journal of Qualitative Methods,* v. 2, n. 3, 2003. Disponível em: <http://www.ualberta.ca/~iiqm/backissues/2_3final/pdf/laverty.pdf> Acesso em 06 maio de 2006.

LE CORBUSIER (org.) *Carta de Atenas*. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Oxford: Blackwell, 1991.

_____ . A revolução urbana. Belo Horizonte, Editora UFMG, 1999.

LEPETIT, B. *Por uma nova história urbana*. Trad. Salgueiro, H.A. São Paulo: Edusp, 2001. 328p.

LEVY, E. *Democracia nas cidades globais: um estudo sobre Londres e São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

LYNCH, K. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997. 228 p.

LOWENTHAL, D. *The past is a foreign country*. New York: Cambridge University Press, 1990. 490 p.

MAGNANI, A. *Notas para uma etnografia urbana*. 2001. Disponível em: <http://www.n-a-u.org/artigos.html> Acesso em 04 maio de 2006.

MARICATO, E. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, O.; VAINER, C.B. e MARICATO, E. (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes, 2000

McDOWELL, L. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, *et alli*. *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. 310 p.

MEINIG, D. W. *The interpretation of ordinary landscapes - geographical essays*. NewYork: Oxford University Press, 1979. 256 p.

MENESES, U.T.B. *A cidade como bem Cultural*. / Versão preliminar de texto-2003/

_____ . Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, v.23, n.45, p. 11-36, 2003a.

_____ . A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, E.(org.). *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-64.

_____ . Cidade capital hoje. In: SALGUEIRO, H.A. (org.). *Cidades capitais do século XIX*. São Paulo: Edusp, 2001. p. 9-17.

_____ . Os usos culturais da cultura. In: YÁZIGI, E; CARLOS,A.F.A.;CRUZ, R.C. *Turismo : espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.

MERLEAU-PONTY. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLIN, P. ; CHOAY, F. *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement.* 2.ed. Paris: Presses Universitaires de France, 1996.

MEYER, R. et al *São Paulo metrópole.* São Paulo: Edusp 2004.

MILES, M. ; HUBERMAN, A. *Qualitative Data Analysis*. London: Sage, 1994

MIRZOEFF, N. What is visual culture? In: *An introduction to visual culture*. London: Routledge, 1999.

NEIVA JR., E. *A imagem*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2002. 94 p.

NORBERG-SCHULZ, C. *Genius loci: towards a phenomenology of architecture*. New York: Rizzoli, 1980.

PINTO, M.; GALVANESE, H. Requalificação do centro de São Paulo - Projeto Corredor Cultural. In: VARGAS,H.; CASTILHO A. *Intervenções em centros urbanos*: objetivos, estratégias e resultados. São Paulo: Manole, 2006.

POLKINGHORNE, D. *Methodology for the human sciences: systems of inquiry*. Albany: State University of New York Press, 1993.

PORTO ALEGRE, M. S. Reflexões sobre a iconografia etnográfica: por uma hermenêutica visual. In: FELDMAN-BIANCO, B.; LEITE, M. M. (org.) *Desafios da imagem: fotografia, iconografia e vídeo nas ciências sociais*. Campinas: Papirus, 1998.

REE, J. *História e verdade em Ser e Tempo.* São Paulo, UNESP 2000.

RELPH, E. An inquiry into relations between phenomenology and geography. *Canadian Geographer*, v.14, p. 193-201, 1970.

_____ *A paisagem urbana moderna*. Lisboa: Edições 70, 1988.

RICOEUR, P. Explanation and understanding. In: *From Text to Action*, trans. Kathleen Blamey and John Thompson. Evanston, Ill: Northwestern University Press, 1991.

_____. The model of the text: Meaningful action considered as a text. In: RABINOW., P. ; SULLIVAN, (eds). *Interpretive social science: a reader* . Berkeley: University of California Press, 1979.

RIGOL, S. M. *A gentrification: conceito e método .* In. CARLOS, A.; CARRERAS, C. *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005.

ROGER, A. La naissance du paysage en occident. In: SALGUEIRO, H.A. (coord). *Paisagem e arte: a invenção da natureza, a evolução do olhar*. São Paulo: H. Angiotti Salgueiro, 2000.

ROHDEN, L. *Hermenêutica filosófica.* São Leopoldo: ed. Unisinos, 2002.

ROUGERIE, G. *Geografia das paisagens*. São Paulo: Difel, 1971. 134 p.

SAMUELS, M. An existential geography. In: HARVEY, M.E. ; HOLLY, B.P. (org.). *Themes in geography thought*. London: Croom Helm, 1981.

SANTAELLA, L.; NOTH, W. *Imagem*. 2.ed. São Paulo: Iluminuras,1999. 224 p.

SANTOS, C. R. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. *Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n.2, p.43-48, 2001.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*. 2.ed. São Paulo: Hucitec,1997. 308 p.

SÃO PAULO. CONDEPHAAT. *Patrimônio cultural paulista: bens tombados 1968-1998.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998. 276 p.

_____. CONDEPHAAT . *Resolução n.o 7 de 1.o de março de 1983: tombamento da Vila de Picinguaba.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.

_____. Prefeitura de São Paulo. *Lei Orgânica do Município de São Paulo*. Promulgada em 18 de abril de 1990. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/.../cidadania/conselhosecoordenadorias/educacao/legislacao/0001/lei_organica.rtf> Acesso em: 04 maio de 2006.

_____. Prefeitura de São Paulo. *Plano diretor de São Paulo*. São Paulo, 2002. Disponível em: <http://www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/planejamento/plano_diretor/0004>

_____. Prefeitura de São Paulo. *Lei Municipal 10.032, de 1985 (criação do CONPRESP).* São Paulo, 1985.

_____. *Decreto Estadual 13.246, de 1979.* São Paulo, 1979.

_____. SEPESP. Secretaria de Economia e Planejamento do Estado. *Programa de preservação e revitalização do patrimônio ambiental urbano*. São Paulo: S.E.P.E.S.P, 1977. 74 p.

_____. SEPLAN. *Programa de Preservação e Revitalização do Patrimônio Ambiental Urbano*. São Paulo: SEPLAN, 1978. Mimeo.

_____. *Lei Estadual 10. 247 de 1968*. São Paulo, 1968

_____. *Decreto-Lei Estadual n.2, de 1969.* São Paulo, 1969

_____. *Constituição do Estado de São Paulo.* São Paulo, 1967

SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Nobel, 1998. 190 p.

SAUER, C. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R.L. ; ROSENDHAL, Z. (orgs) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998. p. 12-74.

SAUTTER, G. Le paysage comme connivence. *Herodote*, v.16, p.18 – 54. 1979.

SCARLATO, F. Revitalização do centro antigo: o espaço da memória de São Paulo. In. CARLOS, A.; CARRERAS, C. (orgs) *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole.* São Paulo: Contexto, 2005.

SEABRA, O. Insurreição do uso. In: MARTINS, J.S. (org). *Henri Lefebvre e o retorno da dialética*. São Paulo, Hucitec, 1996. p. 77.

SEAMON, D. *A geography of the lifeworld: movement, rest, and encounter*. New York: St. Martin's Press, 1979.

SHIEH, S. Y. *et alli*. *Plano diretor com vistas a preservação do núcleo histórico e urbano de Iguape .* São Paulo : Condephaat, 1990

SILVA, A. *Imaginários urbanos*. São Paulo: Perspectiva, 2001. 248 p.

SILVA, A.M. *A contemporaneidade de São Paulo. Produção de informações e o novo uso do território brasileiro.* São Paulo, 2001. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001.

SMITH, N. *The new urban frontier: gentrification and revanchist city* .Londres/Nova York: Routledge.1996.

SORRE, M. *Max Sorre* (coletânea de textos). MEGALE,J.(org.) São Paulo, 1984.

SOUZA, M. A. *A identidade da metrópole*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1994.

_____. Metrópole e paisagem: caminhos e descaminhos da urbanização. In: PORTA (org). *História da cidade de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra, 2004. v.3.

TEIXEIRA COELHO, J. *Dicionário crítico de política cultural – cultura e imaginário*. São Paulo: Iluminuras, 1997.

TUAN, Y.F. *Espaço e lugar*. São Paulo: Difel, 1983. 250 p.

_____. Humanistic geography. *Annals of the Association of American Geographers*, v.66, n.2, June, 1976.

_____ . *Topofilia*. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

URRY, J. *Consuming places*. London: Routledge, 1995. 258 p.

VARGAS, H.; CASTILHO, A. *Intervenções em centros urbanos.* São Paulo, Manole, 2006.

VARINE-BOHAM,H. *A experiência internacional: notas de aula 12-8-1974.* São Paulo: FAU_USP, s/d

YÁZIGI, E. *A alma do lugar*. São Paulo: Contexto, 2001. 301 p.

_____ . *Civilização urbana, planejamento e turismo*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. A Conceituação de Patrimônio Ambiental Urbano em países emergentes. *GeoNova, Revista do Departamento de Geografia e PlaneJamento Regional da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa*, n. 12, 2005.

_____ . Funções Culturais da Metrópole: mrtodologia sobre a requalificação urbana do centro de São Paulo. In. CARLOS, A.; CARRERAS, C. *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____ . *O mundo das calçadas*. São Paulo: Humanitas/Imprensa Oficial do Estado, 2000 a. 548 p.

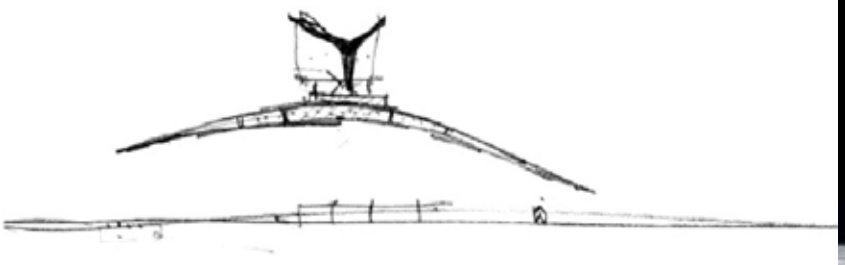
_____ . *Patrimônio ambiental urbano: resgatando um conceito*. /originais do autor/, 2000. 14 p.

YIN, R. *Case study research ; design and methods.* Newbury Park : Sage, 1988.

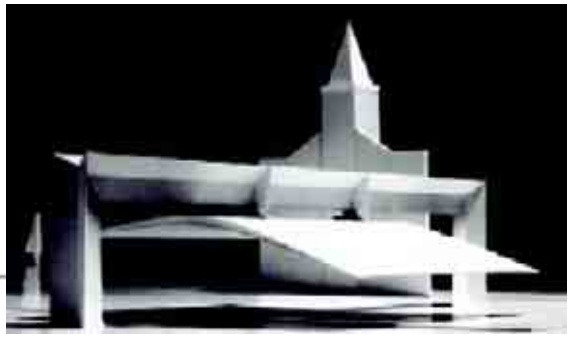
ZUKIN, S. *The culture of the cities*. Cambridge: Blackwell, 1999. 322 p.

ANEXO A

Praça do Patriarca - Projeto Corredor Cultural



Projeto Praça do Patriarca
Esboço do Arq. Paulo Mendes da Rocha*



Projeto Praça do Patriarca
Maquete do projeto*

Vista da Praça do Patriarca a partir da cobertura do Shopping Light*

Projeto Corredor Cultural - Planta de Situação (PINTO, M; GALVANESE,H. 2006, p.111)

* Fonte: ARCOWEB. Disponível em: http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura317.asp

ANEXO B

Reportagens, matérias e artigos publicados pela imprensa

FOLHA DE S. PAULO. “Revitalização em sete cidades custa R$ 3,7 bi”. São Paulo, 11.06.2001.

_____. “Preservar a memória é resguardar parte da vida”. São Paulo, 19.06.2001, (Caderno Especial).

_____. “Da belle époque ao caos”. São Paulo, 28.06.2001.

_____. “Urbanistas propõem “pacto social “ para SP”. São Paulo, 30.11.2001.

_____. “Projeto procura repovoar o centro de SP”. São Paulo, 25.11.2001.

_____. “Para Wilheim, seu plano vai financiar SP”. São Paulo, 02.12.2001.

_____. “Sem-teto lideram reocupação do centro”. São Paulo, 10.04.2002.

_____. “Um golpe no saudosismo”. São Paulo, 10.08.2002.

_____. “Memórias abertas ao público”. São Paulo, 01.09.2002.

_____. “Comerciantes poderão usar linha de crédito”. São Paulo, 05.10.2002.

_____. “Tesouros escondidos”. São Paulo, 13.10.2002.

_____. “Volta ao centro em 450 anos”. São Paulo, 04.12.2002, (Caderno Especial).

_____. “Obras de revitalização só saem em 2004”. São Paulo, 27.04.2003.

_____. “Longe do público, prédio art déco é tombado”. São Paulo, 29.06.2003.

_____. “Reforma resgata parque D. Pedro II”. São Paulo, 29.06.2003.

_____. “Força da grana volta para o centro de SP”. São Paulo, 03.08.2003.

_____. “Imóvel vago escapa de programas oficiais”. São Paulo, 10.08.2003.

_____. “Em busca do glamour perdido”. São Paulo, 12.08.2003.

_____. “Preservação valoriza face moderna de SP”. São Paulo, 17.08.2003.

_____. “História que as imagens contam”. São Paulo, 19.08.2003.

_____. “Inflexões paulistanas”. São Paulo, 25.10.2003.

_____. “Mercadão já foi quartel de revolucionários”. São Paulo, 4.11.2003.

_____. “Passado reconta o cotidiano de São Paulo”. São Paulo, 28.11.2003.

_____. “Cidade vai se valorizar com recuperação de seu centro”. São Paulo, 06.12.2003.

_____. “Uma relação espacial com SP”. São Paulo, 14.12.2003.

_____. “Imagens fazem o resgate do que a cidade destruiu”. São Paulo, 21.12.2003.
FOLHA DE S. PAULO. ”Muito além dos Jardins”. São Paulo, 21.12.2003.
_____. “‘Área Modelo’ ainda tem comércio informal”. São Paulo, 09.01.2004.
_____. “Aqui jaz São Paulo”. São Paulo, 10.01.2004.
_____. “São Paulo da janela”. São Paulo, 11.01.2004.
_____. “Sumaré e City Lapa viram patrimônio de São Paulo”. São Paulo, 16.01.2004.
_____. “Na São Paulo de 70 anos atrás”. São Paulo, 22.01.2004.
_____. “Cidade-problema em busca de soluções”. São Paulo, 24.01.2004.
_____. “83% o se orgulham de São Paulo”. São Paulo, 25.01.2004.
_____. “Amor pela cidade temor pela violência”. São Paulo, 25.01.2004.
_____. “SP, 450 Edição Especial”. São Paulo, 25.01.2004.
_____. “São Paulo é como o mundo todo”. São Paulo, 25.01.2004.
_____. “Por dentro da diversidade”. São Paulo, 25.01.2004, (Caderno Especial).
_____. “Purgatório da beleza e do caos”. São Paulo, 25.01.2004.
_____. “Uma viagem a São Paulo”. São Paulo, 25.01.2004, (Caderno Especial).
_____. “O coração de São Paulo já bate mais forte”. São Paulo, 08.02.2004.
_____. “Para urbanistas, Plano Diretor não tem foco”. São Paulo, 21.07.2004.
_____. “SP devora seu passado”. São Paulo, 16.08.2004, (Caderno Especial).
_____. “Mercado municipal abre mezzanino hoje”. São Paulo, 26.08.2004.
_____. “Centrão muda, mas não recupera glamour”. São Paulo, 29.08.2004.
_____. “Guerra entre pichadores desfigura paisagem urbana”. São Paulo, 03.10.2004.
_____. “SP tem que se tornar uma cidade compacta”. São Paulo, 10.10.2004.
_____. “São Paulo ainda precisa fazer o óbvio”. São Paulo, 31.10.2004.
_____. “Serra estuda abrir calçadões para carros”. São Paulo, 28.01.2005.
_____. “A última sessão de cinema”. São Paulo, 13.02.2005.
_____. “Estudo vê risco em abertura de calçadão”. São Paulo, 02.03.2005.
_____. “‘Cracolândia’ sobrevive à ofensiva policial”. São Paulo, 10.03.2005.
_____. “PUC planeja abrir campus na Praça da Sé”. São Paulo, 15.03.2005.
_____. “Fachada renovada dá ar antigo à Bovespa”. São Paulo, 23.03.2005.
_____. “Estado faz obra irregular em prédio tombado”. São Paulo, 07.05.2005.

_____. “Região Central terá regras de preservação”. São Paulo, 08.05.2005.
FOLHA DE S. PAULO. “Câmara veta publicidade no centro histórico”. São Paulo, 18.05.2005.
_____. ”Praça da Sé passará por nova reforma”. São Paulo, 24.05.2005.
_____. “ONGs vêem ação higienista na reforma da Sé”. São Paulo, 25.05.2005.
_____. “Sem sinalização, ruas de SP viram labirintos”. São Paulo, 26.06.2005.
_____. “Centro histórico vai abrigar prédio da UNESP”. São Paulo, 07.07.2005.
_____. “8 calçadões do centro serão abertos para carros”. São Paulo, 09.07.2005.
_____. “SP faz ‘esconde-esconde’ com suas estátuas”. São Paulo, 07.08.2005.
_____. “Patrimônio Ameaçado”. São Paulo, 31.08.2005.
_____. “SP, indecifrável para estrangeiros”. São Paulo, 04.09.2005.
_____. “Prefeitura decide desapropiar cracolândia”. São Paulo, 09.09.2005.
_____. “Prédios históricos buscam nova identidade”. São Paulo, 18.09.2005.
_____. “Centro deve ficar sem anúncios em 2006”. São Paulo, 19.10.2005.
JORNAL DA TARDE. “Imóveis históricos de São Paulo, ao abandono”. São Paulo, 09.01.2001.
_____. “Plano Diretor: Planos para um novo centro e um novo bairro São Paulo”. São Paulo, 19.10.2001.
_____. “Vendedores de frutas invadem até faixa de pedestres”. São Paulo, 05.12.2001.
_____. “Caderno Especial São Paulo 448 anos”. São Paulo, 25.01.2002, (Caderno Especial).
_____. “A volta do Hotel Atlântico. De cara nova”. São Paulo, 06.05.2002.
_____. “O centro abre suas portas para novos moradores”. São Paulo, 04.12.2002.
_____. “D. Pedro II pode virar parque de verdade”. São Paulo, 22.05.2003.
_____. “No Centro, camelôs estão mapeados”. São Paulo, 22.07.2003.
_____. “Para a Luz, um projeto ‘à veneziana’”. São Paulo, 05.08.2003.
_____. “Ao som das britadeiras, nasce o novo Centro Velho”. São Paulo, 11.08.2003.
_____. “O arquiteto do mosteiro”. São Paulo, 25.08.2003.
_____. “Recuperação do centro é inadiável”. São Paulo, 24.09.2003.
_____. “Mercado aposta no Centro revitalizado”. São Paulo, 08.10.2003.

_____. “São Paulo, 400 anos”. São Paulo, 13.11.2003.
JORNAL DA TARDE. “A história da vila que virou metrópole”. São Paulo, 20.11.2003.
_____. ”Planeta São Paulo Ano 450”. São Paulo, 25.01.2004, (Caderno Especial).
_____. “A vida de estátua de quem não tem onde sentar”. São Paulo, 03.05.2004.
_____. “Centro da capital na era do ‘retrofit’”. São Paulo, 26.05.2005.
_____. “Praça do Patriarca terá condomínio de estudantes”. São Paulo, 17.03.2005.
_____. “Dois projetos já podem sair do papel”. São Paulo, 13.08.2005.
_____. “Hotel de 1918, no boulevard. Em São Paulo”. São Paulo, 28.08.05.
_____. “Calçadas menores na São João”. São Paulo, 20.10.2005.
O ESTADO DE S. PAULO. “Um século de imagens vai morar na Luz”. São Paulo, 01.07.2001.
_____. “A luta para dar futuro ao passado”. São Paulo, 19.08.2001.
_____. “Para salvar a história por trás das fachadas”. São Paulo, 08.12.2002.
_____. “Reforma da estação da Luz causa polêmica”. São Paulo, 22.12.2002.
_____. “Só mesmo em São Paulo”. São Paulo, 25.01.2003, (Caderno Especial).
_____. “Arouche, oásis no centro, em debate”. São Paulo, 13.04.2003.
_____. “Tesouros escondidos nos cortiços de São Paulo”. São Paulo, 11.01.2004.
_____. “Revitalização do centro: O coração de São Paulo bate mais forte”. São Paulo, 08.02.2004.
_____. “Restauração, mais uma ameaça ao patrimônio”. São Paulo, 28.03.2004.
_____. “O sonho: São Paulo com cara de Paris”. São Paulo, 13.06.2004.
_____. “A redescoberta da SP parada no tempo”. São Paulo, 04.07.2004.
_____. “Centro arruma a casa para a volta da classe média”. São Paulo, 22.07.2004.
_____. “O privilégio de morar em obras de arte”. São Paulo, 26.07.2004.
_____. “Patrimônio histórico vira moradia”. São Paulo, 01.08.2004.
_____. “Baladas avançam pela noite do centro”. São Paulo, 20.08.2005.
_____. “Sob a tinta no teto da igreja, anjos e santos”. São Paulo, 11.09.2005.
_____. “Estudantes desembarcam no centro”. São Paulo, 17.09.2005.
_____. “Menos negócios e mais cultura no turismo em SP”. São Paulo, 16.10.2005.
_____. “Cracolândia pode virar pólo digital”. São Paulo, 16.09.2005.
_____. “Solar da Marquesa abrigará Museu da Cidade”. São Paulo, 19.11.2005.

_____. “24 horas à altura de São Paulo”. São Paulo, 21.11.2005.

ANEXO C
Estrutura das Entrevistas

1. Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino

2. Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Outros

3. Idade: ( ) 16 a 20 anos ( ) 21 a 35 anos ( ) 36 a 40 anos
( ) 41 a 45 anos ( ) 46 a 50 anos ( ) mais de 50

4. Escolaridade: ( ) Primeiro Grau Completo ( ) Primeiro Grau Incompleto
( ) Segundo Grau Completo ( ) Segundo Grau Incompleto
( ) Superior Completo ( ) Superior Incompleto
( ) Analfabeto

5. Grau de conhecimento do centro:
( ) 0 ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

6. Grau de freqüência:
( ) 0 ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ( ) 4 ( ) 5

7. Principais atividades realizadas na região:

8. Importância pessoal do centro. Porque?

9. Importância social do centro. Porque?